



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MAYARA RAMOS ORTLIEB

**A ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU JOÃO FERNANDES, EM
MARACAJU, DE 1974 A 1991: SINAIS DA CULTURA ESCOLAR**

**DOURADOS-MS
2021**

MAYARA RAMOS ORTLIEB

**A ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU JOÃO FERNANDES, EM
MARACAJU, DE 1974 A 1991: SINAIS DA CULTURA ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado, da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), vinculado à linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dr^a Kênia Hilda Moreira.

DOURADOS-MS

2021

MAYARA RAMOS ORTLIEB

**A ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU JOÃO FERNANDES, EM
MARACAJU, DE 1974 A 1991: SINAIS DA CULTURA ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Kênia Hilda Moreira.
Área de concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.
Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Data da Defesa: 10 de setembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Kênia Hilda Moreira – Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes – Membro Externo
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof.^a Dr.^a Alessandra Cristina Furtado – Membro Interno
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof.^a Dr.^a Eurize Caldas Pessanha – Membro Suplente
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Dourados-MS

2021

Aos meus pais e irmã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por Ele ter me capacitado a cada dia no decorrer de minha pesquisa.

À minha família: minha mãe, Elistonia, e meu pai, Paulo, que estiveram comigo em todos os momentos; minha irmã, Maryana, pela sua companhia nos trajetos percorridos para obtenção de fontes para a elaboração da minha pesquisa.

À professora Kênia Hilda Moreira, por ter me acompanhado em cada passo da minha dissertação, e por ter me mostrado os caminhos de uma pesquisa séria. Tive muitas dificuldades, reconheço, mas sei que foram necessárias para que eu aprendesse o que aprendi.

Do mesmo modo, sou grata à professora Alessandra Cristina Furtado e ao professor Paulo Roberto Cimó Queiroz, do Centro de Documentação Regional (CDR), do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), ambos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pela oportunidade de pesquisas que foram feitas neste acervo.

Aos meus colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), em especial da linha de Cultura Escrita, com as reuniões quinzenais do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Cultura Escrita (NEPCE) e aos colegas do Mestrado de todas as linhas de pesquisas, por todas as discussões e debates, que contribuíram para minha formação no mestrado.

Às pessoas do Laboratório de Documentação História da Educação e Memória da Faculdade de Educação (FAED), da UFGD, que me proveu todo o amparo possível de materiais necessários para a realização desta pesquisa, assim como às técnicas da Secretaria do PPGEdu, que em todos os momentos sanaram minhas dúvidas.

À Banca Examinadora, formada pelos professores Ademilson Batista Paes e Alessandra Cristina Furtado, que se dedicaram à leitura do texto e deram sugestões que contribuíram para melhorar a pesquisa.

A todos os meus amigos que me apoiaram e de certa forma contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Gostaria de agradecer a Margareth Antunes Melchiorie e Zenaide Lampert Carneiro, que ajudaram na coleta de dados e discussão nos momentos oportunos que contribuíram com as análises feitas; à Ceila Marcondes Machado, Martha Machado Krolow e Glauce Machado dos Santos, que deixaram seus depoimentos para o avanço da pesquisa. A todos o meu carinho e respeito pelos profissionais que são.

Obrigada!

RESUMO

ORTLIEB, Mayara Ramos. **A Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, em Maracaju, de 1974 a 1991: sinais da Cultura Escolar.** Orientadora: Kênia Hilda Moreira. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2021.

Esta Dissertação de Mestrado em Educação vincula-se à linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação na Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/FAED/UFGD). Tem como tema a cultura escolar em uma instituição do sul de Mato Grosso do Sul. O objetivo geral desta dissertação foi analisar aspectos do funcionamento da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, instituição que funcionou sob essa alcunha no período de 1974 a 1991, no município de Maracaju, período que delimitamos como recorte temporal desta pesquisa. Como objetivos específicos, intencionamos recolher documentação sobre a escola nesse período referido; analisar elementos da arquitetura escolar considerando as fotografias disponíveis; problematizar elementos do currículo escolar em acordo com a época e a documentação da instituição; evidenciar aspectos das práticas de funcionamento da instituição como festividades e atividades extracurriculares, especificamente um Clube Escolar. A referida delimitação temporal refere-se, respectivamente, ao momento que, por causa da promulgação da Lei nº 5.692/1971, as instituições nomeadas de Grupo Escolar passaram a ser responsabilidade do Estado e foram divididas em escolas de 1º ou 2º grau, dependendo do número de alunos e público alcançado, fato que aconteceu com a escola aqui investigada, e quando a escola recebeu outra denominação. Para analisarmos os indicados aspectos do funcionamento da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes tivemos como base a Cultura Escolar, entendendo-a como manifestações das práticas e do cotidiano da instituição que se constitui no tensionamento entre a cultura social e a própria instituição. Esses aspectos foram compreendidos na condição de sinais, segundo a perspectiva de Carlos Guinburg, pois nos fornecem pistas para problematizar a história da escola em determinado tempo histórico. Também dialogamos com autores da História da Educação para analisar as fontes, as quais são oriundas do arquivo da escola, da Prefeitura de Maracaju e de pessoas que estudaram e trabalharam durante os anos dos quais estabelecemos como recorte temporal, a saber o período de 1974 a 1991. Utilizamos Leis, Decretos, Livros de Matrícula, fotografias e “depoimentos orais” de algumas pessoas, considerando os temas que emergiram durante a estruturação da pesquisa. Diante da pesquisa, podemos considerar que o currículo escolar na década de 1970 foi marcado pelo impacto da Ditadura Militar, pois tinha a tentativa de levar às crianças um aspecto de civilidade e espírito de nação, sobretudo por meio do ensino de Língua Portuguesa, que foi determinado como o principal “conteúdo” da época. A partir de 1971 o ingresso na escola foi facilitado, pois foi extinto o exame de admissão, fato que contribuiu para a democratização da escola e possivelmente alterou o perfil de alunos da instituição, que passou a receber crianças pobres, conforme percebemos em alguns registros de matrículas. Além disso, as festas, comemorações e rituais que estiveram presentes no cotidiano da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes fizeram parte desse cenário, assim como o Clube Escolar, que tinha a prática de esporte como principal finalidade, buscando formar pessoas em seus aspectos físicos e sociais. Analisando os aspectos de funcionamento da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, entre os anos de 1974 e 1991, tivemos a oportunidade de ir de encontro aos “seres de carne e osso” que passam a narrar suas vidas e as histórias contadas por cada um deles traçam mais uma peça no cenário da história da educação brasileira.

Palavras-chave: Cultura Escolar; funcionamento escolar; História da Educação.

ABSTRACT

This Master's Thesis in Education is linked to the research line History of Education, Memory and Society of the Graduate Program in Education of the Faculty of Education at the Federal University of Grande Dourados (PPGEdu/FAED/UFGD). Its theme is school culture in an institution in the south of Mato Grosso do Sul. The general objective of this dissertation was to analyze aspects of the functioning of the João Fernandes State Elementary School, an institution that operated under this nickname from 1974 to 1991, in municipality of Maracaju, a period that we delimited as a time frame for this research. As specific objectives, we intend to collect documentation about the school during this period; analyze elements of school architecture considering the available photographs; problematize elements of the school curriculum in accordance with the time and the institution's documentation; highlight aspects of the institution's operating practices such as festivities and extracurricular activities, specifically a School Club. The aforementioned temporal delimitation refers, respectively, to the moment when, due to the enactment of Law n. 5.692/1971, the institutions named Grupo Escolar became the responsibility of the State and were divided into 1st or 2nd grade schools, depending on the number of students and audience reached, a fact that happened with the school investigated here. In order to analyze the indicated aspects of the functioning of the João Fernandes State Elementary School, we had as basis the School Culture, understanding it as manifestations of the institution's practices and daily life, which constitutes the tension between social culture and the institution itself. These aspects were understood as signs, according to Carlos Guinburg's perspective, as they provide us with clues to problematize the history of the school in a given historical time. We also dialogued with authors from the History of Education to analyze the sources, which come from the school archive, the Maracaju City Hall and people who studied and worked during the years we established as a time frame, namely the period from 1974 to 1991. We used Laws, Decrees, Enrollment Books, photographs and "oral statements" from some people, considering the themes that emerged during the structuring of the research. In view of the research, we can consider that the school curriculum in the 1970s was marked by the impact of the Military Dictatorship, as it attempted to bring to children an aspect of civility and nation spirit, especially through the teaching of Portuguese Language, which was determined as the main "content" of the time. From 1971 onwards, admission to the school was facilitated, as the entrance exam was abolished, a fact that contributed to the democratization of the school and possibly changed the profile of students at the institution, which started to receive poor children, as we noticed in some records of enrollment. In addition, the parties, celebrations and rituals that were present in the daily life of the João Fernandes State Elementary School were part of this scenario, as well as the School Club, which had the practice of sport as its main purpose, seeking to train people in their physical aspects and social. Analyzing the functioning aspects of the João Fernandes State Elementary School, between the years 1974 and 1991, we had the opportunity to meet the "beings of flesh and blood" who began to narrate their lives and the stories told by each one of them trace another piece in the scenario of the history of Brazilian education.

Keywords: School Culture; school functioning; History of Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes de pesquisa	17
Quadro 2 – Detalhamento da Fotografia 14	50
Quadro 3 – Currículo do 1º Grau com a Lei nº 5.692/1971	61
Quadro 4 – Ofício de solicitação de trilhos	92

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Planta do lote onde Maracaju foi fundada	24
Fotografia 2 – Farmácia de João Pedro Fernandes (1934)	25
Fotografia 3 – Casa da senhora Fé Fernandes, primeira casa de Maracaju.....	26
Fotografia 4 – Primeiro Prédio do Colégio João Pedro Fernandes (1930).....	26
Fotografia 5 – Estação Sete Voltas (década de 1940)	28
Fotografia 6 – Localização geográfica de Maracaju no mapa de Mato Grosso uno	29
Fotografia 7 – Primeiro Prédio da Escola João Pedro Fernandes (1927).....	33
Fotografia 8 – Grupo Escolar João Pedro Fernandes (1946)	35
Fotografia 9 – Lateral da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes (1974).....	38
Fotografia 10 –Fachada da Escola Estadual de 1º João Fernandes (1975)	39
Fotografia 11 – Fachada da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes (1980)	40
Fotografia 12 – Fundo da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes (1978).....	42
Fotografia 13 – Requerimento de matrícula da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes em 1976	48
Fotografia 14 – Atestado de sanidade física e mental para ingresso na escola em 1976	50
Fotografia 15 – Ficha de matrícula da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes em 1977.	52
Fotografia 16 – Ficha de matrícula da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes em 1977.	55
Fotografia 17 – Histórico Escolar de uma estudante da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes (1979).....	60
Fotografia 18 – Desfile Escolar Escola João Fernandes em 1976.....	73
Fotografia 19 – Festa Junina na escola em 1977	74
Fotografia 20 – Desfile em comemoração aos 50 anos da Escola em 1977.....	75
Fotografia 21 – Desfile de 7 de setembro de 1978	78
Fotografia 22 – Carro alegórico em desfile escolar em 1978.....	80
Fotografia 23 – Carro alegórico em desfile escolar em 1979.....	81
Fotografia 24 – Comemoração do Dia da Criança em 1979	82

LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CAPES - Catálogo de Teses e Dissertações

GEPHEMES - Grupo de Pesquisa História, Memória e Sociedade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PPGEdu - Programa de Pós-Graduação de Educação

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História

PIB - Produto Interno Bruto

UFGD -Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DE ASSOCIAÇÃO INCENTIVADORA DA INSTRUÇÃO DE MARACAJU (1927) À ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU JOÃO FERNANDES (1974): ARQUITETURA DO ESPAÇO ESCOLAR	22
2.1 Fundação de Maracaju: a cidade e sua gente	22
2.2 O começo da Associação Incentivadora da Instrução de Maracaju	30
2.3 Arquitetura e espaço escolar da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes.....	38
3 INGRESSO DE ALUNOS E CURRÍCULO NA ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU JOÃO FERNANDES	45
3.1 Forma de ingresso na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes.....	45
3.2 O currículo e suas implicações educacionais na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes	57
4 FESTIVIDADES E ATIVIDADES EXTRACURRICULARES NA ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU JOÃO FERNANDES	69
4.1 Festividades na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes	70
4.2 O Clube Escolar na Escola de 1º Grau João Fernandes	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua existência, a instituição hoje denominada “Escola Municipal João Pedro Fernandes”, localizada em Maracaju, estado de Mato Grosso do Sul, teve vários nomes. Criada em 1927 como “Associação Incentivadora de Maracaju”, em 1930 a instituição passou a ser denominada “Escolas Reunidas de Maracaju”; no mesmo ano, seu nome foi alterado para “Escolas Reunidas João Pedro Fernandes”. Em 1946, foi chamada de “Grupo Escolar João Fernandes” e, a partir de 1974, passou a ser “Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes”. Em 1991, recebeu o nome de Escola Estadual de 1º e 2º Graus João Pedro Fernandes, mas no mesmo ano voltou para Escola Estadual de 1º Grau João Pedro Fernandes. Em 1993, sendo municipalizada, passou a ser denominada Escola Municipal de Pré-escolar e 1º Grau João P. Fernandes. Por fim, em 1998, recebeu o nome que perdura até hoje em sua fachada: “Escola Municipal João Pedro Fernandes”.

Podemos dizer que cada uma dessas denominações não foi em vão, pois acompanhou um movimento maior que acontecia no país em se tratando das reformas educacionais. Sobretudo nas primeiras décadas percebemos que as mudanças foram inúmeras, visto que o Brasil buscava organizar seu sistema de educação, de maneira que os estados deveriam realizar tais mudanças, mas não apenas nas denominações das instituições. Por isso mesmo pode-se dizer que em cada momento, a cada nome que lhe foi dado, a instituição funcionou de um modo diferente, implicou uma reorganização interna em seu currículo, nas práticas de ensino-aprendizagem desenvolvidas, na organização administrativa nas formas de acesso e exames dos alunos, por exemplo.

Nosso objetivo inicial era analisar a criação e funcionamento desta instituição escolar, criada em 1927 e ainda hoje em funcionamento, no município de Maracaju, situado no atual estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, ao acessar a documentação, que era escassa, vimos que pouco se tinha a fazer. Como analisar o início da escola se haviam poucos indícios do que ela foi em tempos idos? Como localizar, selecionar e analisar os dados a partir de informações esparsas, algumas datas e fotografias do prédio escolar? Como saber como foi o funcionamento da instituição em suas primeiras décadas se os sujeitos que nela estudaram ou trabalharam não vivem mais e não há documentos institucionais disponíveis? A partir dessas indagações, ao observar as fontes disponíveis, decidimos deslocar o objetivo inicial da pesquisa, que era o de analisar a criação da referida escola e analisar o seu funcionamento em décadas posteriores.

Observando a concentração de documentos datados das décadas de 1970 e 1980, decidimos que o problema da pesquisa deveria comportar uma “solução” possível. Observando

os documentos históricos disponíveis na instituição e em acervo pessoal, traçando comparações e visualizando as fontes, notamos que tínhamos maior número de materiais sobre o período em que a instituição funcionou como Escola de 1º Grau João Fernandes, os quais suscitaram questionamentos em torno da cultura escolar desta instituição de ensino, destinada a formar os alunos no então denominado ensino de 1º Grau.

A obra memorialística intitulada “Maracaju e sua gente”, de Ferreira e Rosa (1988), aponta que, em 1922, devido a um surto de malária, João Pedro Fernandes, proprietário de uma farmácia, levou seu estabelecimento à região que, hoje, compreende a cidade de Maracaju. O pioneiro saiu de Minas Gerais após deparar-se com a crise econômica advinda da Primeira Guerra Mundial que afetou o Brasil, e assim instalou-se no território que, naquele período, fazia parte da cidade de Nioaque. No ano seguinte, João Pedro Fernandes, vendo a necessidade de criação de uma instituição de ensino para atender às crianças do povoado, se organizou com a população local e, juntos, conseguiram a doação de um terreno destinado à construção da escola, que se erguia juntamente com o povoado, originando a cidade.

Em oito de agosto de 1924, por meio da Resolução nº 912 (MATO GROSSO, 1924), foi criado o Distrito de Maracaju (pertencente ao município de Nioaque), devido ao desenvolvimento do povoado que se caracterizava por suas atividades agrárias. Pela Lei nº 987, de 7 de julho de 1928 (MARACAJU, 1928), o distrito foi elevado à categoria de município, tendo João Pedro Fernandes como primeiro prefeito. Isto porque o farmacêutico, àquela altura, era uma figura reconhecida na região sobretudo pelo atendimento que prestava à população. Tanto por isso, sua escolha foi fortemente apoiada pelos moradores locais.

Um fator que contribuiu para o crescimento da região foi a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a qual surgiu pela necessidade de se ter um transporte eficiente para conectar a fronteira entre o Paraguai, Brasil e Bolívia. Buscava-se, assim, “[...] unir Mato Grosso ao restante do país, pois, a proximidade material e a estreita ligação comercial dessa província com os países limítrofes, em contraste com a tênue vinculação física com a corte alarmava o governo imperial” (GHIRARDELLO, 2020, p. 115), preocupação que se prolongou até as próximas décadas, quando finalmente houve essa unificação. Com o passar dos anos, Maracaju mostrou-se um importante aliado no mercado de grãos devido ao crescimento de terras dedicadas ao plantio, o que justifica seu crescimento nesse período.

Em relação à escola, sabe-se que ela foi a primeira instituição de ensino a atender à sociedade maracajuense na época¹. Em 1946, o governador do Território Federal de Ponta Porã² decretou a instituição como “Grupo Escolar³ João Pedro Fernandes, e a partir de 1974 passou a ser denominada “Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes”. A partir do ano de 1974 a instituição foi integrada à Rede Estadual de Educação, por ocasião da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), sendo denominada, a partir do Decreto nº 2.049/1974 (MATO GROSSO, 1974), Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, e o primário e o ginásio, que correspondiam ao primeiro ciclo do ensino secundário, passaram a compor o ensino de 1º grau.

O objetivo geral desta dissertação, portanto, foi analisar aspectos do funcionamento da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, instituição que funcionou sob essa alcunha no período de 1974 a 1991, no município de Maracaju, período que delimitamos como recorte temporal desta pesquisa. Como objetivos específicos, intencionamos recolher documentação sobre a escola nesse período referido; analisar elementos da arquitetura escolar considerando as fotografias disponíveis; problematizar elementos do currículo escolar em acordo com a época e a documentação da instituição; evidenciar aspectos das práticas de funcionamento da instituição como festividades e atividades extracurriculares.

A delimitação temporal refere-se, respectivamente, ao momento que, por causa da promulgação da Lei nº 5.692/1971, as instituições nomeadas de Grupo Escolar passaram a ser responsabilidade do Estado e foram divididas em escolas de 1º ou 2º grau, dependendo do número de alunos e público alcançado, fato que aconteceu com a escola aqui investigada, e quando a escola recebeu outra denominação, passando a ser chamada de Escola Estadual de 1º e 2º Graus João Pedro Fernandes.

Trata-se, portanto, na perspectiva de uma pesquisa inscrita na história do tempo presente, que é definida por Chartier (1996, p. 215) como o “[...] encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas”. Como assinala Scocuglia (2011, p. 296-297), “[...] as histórias da educação do tempo presente reconstroem as histórias da educação do passado sendo, portanto, fundamentais para a história e a historiografia da educação – do passado, do presente e da projeção do futuro”. Nesse sentido, segundo este autor,

¹Em 1929, criou-se em Maracaju a instituição hoje denominada Escola Estadual Cel. Lima de Figueiredo, para atender o nível secundário de ensino. Em 1958, inaugurou-se a terceira escola da cidade, sendo ela privada, chamada Escola Paroquial Nossa Sra. Aparecida.

²O Território Federal de Ponta Porã, foi criado em 13 de setembro de 1943, de acordo com o Decreto-lei nº 5812 no governo de Getúlio Vargas, neste mesmo decreto ficou estabelecido que seis cidades fizessem parte deste território: Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju. Assim durou até 1946.

³A denominação Grupo Escolar refere-se a um modelo de ensino, a partir de um agrupamento de escolas, que foi adotado no período republicano. Este tipo de organização previa mudanças na didática e também na organização espacial dos edifícios escolares.

“[...] o aprofundamento das pesquisas da história da educação do tempo presente é de suma importância [...]”, constituindo-se um desafio para os historiadores e pesquisadores que dela fazem uso, exigindo reflexão e rigor metodológico (SCOCUGLIA, 2011, p. 297).

Para analisarmos aspectos do funcionamento da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, como objetivo principal desta dissertação, tivemos como base a Cultura Escolar, entendendo-a como manifestações das práticas e do cotidiano da instituição, que se constitui no tensionamento entre a cultura social e a própria instituição (JULIA, 2001).

Como expõe Julia (2001), a cultura escolar pode ser brevemente definida como

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10-11)

Diante da gama de possibilidades para se pensar a cultura escolar, elegemos alguns “sinais” que as fontes nos deram diante da tentativa de visualizar como aquela instituição escolar foi desenvolvida, quais sejam: os sujeitos e o currículo da instituição no período, atentando-nos para a mudança dos saberes curriculares; a arquitetura e aspectos do tempo-espaço escolar; e as festividades e atividades extracurriculares desenvolvidas no processo de escolarização, tendo em conta, portanto, a cultura material escolar.

Os sinais aos quais nos referimos nesta Dissertação está na mesma ordem do que Carlos Ginzburg (1989) chamou de “paradigmas indiciários”, os pormenores que, quando observado e analisados, nos revelam as riquezas da história a ser contada. Com isto queremos dizer que por meio dos detalhes, das minúcias, dos pequenos gestos dos sujeitos, das simples manifestações e práticas ocorridas dentro da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes tentamos escrever uma parte da história desta instituição educacional. Trata-se de um modo de entender a escrita da história em nosso tempo; modo propiciado, sobretudo, pela Nova História Cultural, perspectiva a qual nos alinhamos também no fazer da pesquisa e escrita deste trabalho.

Assim como Guinzburg (1989) olha para o rastro do quadro de Morelli para traçar o contexto de um tempo determinado, observamos, por exemplo, as bandeiras que eram hasteadas em desfiles cívicos e comemorações promovidas pela escola; os detalhes das roupas usadas pelos alunos em certas ocasiões, inclusive as posições em que eles estavam no momento do registro. Tudo isso, quando entendido como sinais ou indícios, nos ajuda a fazer uma interpretação do que foi e de como a instituição escolar em questão funcionou.

Entender a cultura escolar, não é somente pensar na relação de valores e escola, pois vai muito além. A cultura escolar perpassa as ideais inseridas na escola, levando a entender o verdadeiro sentido de pensar as práticas escolares em relação ao cotidiano dos sujeitos nela inserida, mostrando assim as diferentes manifestações no âmbito escolar.

Este estudo, por situar-se na área da História da Educação e adotar como objeto uma instituição escolar, acolheu também os estudos de Magalhães (2004, p. 35), que afirma: “A educação se reifica num tempo, num espaço e numa ação”. Assim, investigou-se a essa escola para entender não só questões relacionadas a como a educação organizava-se na época, mas também a sua influência no tempo e no espaço delimitados. Para Magalhães (2004):

As instituições educativas, construindo uma ação (in)formativa consequente e sistemática, geram apropriações que, refletindo as diferentes marcas e vias de subjetivação e de identidade individual, convergem numa homogeneização de olhares, visões de mundo, conceitos e axiologias, discursos e formas de representação, inteligência e ação. (MAGALHÃES, 2004, p. 167).

A citação acima deixa perceber que as instituições educativas/escolares constroem vias de identidade e, ainda, de representação. Investigar como esse processo representacional se dá em uma dada comunidade, especificamente na cidade de Maracaju, com a Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, compõe, de forma indireta, os objetivos deste estudo.

A escolha por esta escola encontra respaldo no fato de que há lacunas na história da instituição e também na história de Maracaju. Sabe-se que a referida instituição foi importante para a cidade, mas foi necessário compreendê-la para além do fato de ter sido a primeira escola daquele lugar.

Em busca de pesquisas sobre nosso objeto de pesquisa, a Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, consideramos, como afirma Galvão (s.d.), que

[...] realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência. (GALVÃO, s.d, n.p.).

Com tal preocupação, realizamos um levantamento que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso, defendido por Monique Maiara Ferreira Pompílio (2013), na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, intitulado “Um estudo histórico sobre a criação da Escola João Pedro Fernandes”. Nele pudemos encontrar informações muito básicas sobre a escola, como alguns de fundação, momentos históricos da cidade e outros.

Em busca de teses e dissertações sobre o tema, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizamos os descritores “escola primeiro grau” and “Mato Grosso” e tivemos um único resultado: a dissertação de Mariza Silva (2019). Em busca de mais pesquisas, ampliamos os descritores para “história escola” and “cultura escolar”, com filtro para localizar as pesquisas que abordassem nosso recorte tempo-espacial, ou seja, o estado de Mato Grosso (antes e depois da divisão) e o período das décadas de 1970 e 1980. Tal levantamento resultou em três dissertações, defendidas no mesmo programa.

A dissertação de Mariza Silva (2019), “História e memórias: a escola municipal de primeiro grau Antonio João do distrito de Indápolis-MS (1973-1988)”, além de estar dentro do recorte temporal da presente pesquisa, aponta discussões pertinentes como a história da formação e construção da escola, o seu funcionamento durante o regime militar no Brasil, as festividades e organização curricular, tendo a cultura escolar como pano de fundo da abordagem. Esta dissertação foi primordial, pois impulsionou o desenvolver desta pesquisa. Com ela, fomos levados a pensar sobre como determinados aspectos se deram na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes no período estudado.

A segunda dissertação intitulada de “A história da casa escola o infantil do Bom Senso, em Dourados-MS (1973-1986), de Ronise Santos (2015), além de apresentar o recorte temporal próximo a esta pesquisa, mostrou como se deu o processo de institucionalização, implantação e funcionamento da casa escola, apontando os decretos que visavam este funcionamento, o que não se difere muito dessa pesquisa.

Ao analisar a última dissertação encontrada, de Poliana Santini (2012), que teve como título “Contando histórias: a Escola Estadual Dom Bosco (Década de 1950-2000), fomos remetidas a uma mesma perspectiva apontando as diversas transformações que a instituição sofreu ao longo deste período, construindo, assim, a sua história enquanto instituição. A investigação utilizou a Cultura Escolar enquanto uma categoria de análise nas fotografias encontradas no acervo da escola, o que se assemelha com esta discussão feita aqui.

A investigação sobre a história da Escola Estadual de 1º Grau João Pedro Fernandes, que ora apresentamos, recorreu à Nova História Cultural como referencial teórico

metodológico, cujo objetivo é “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, e entende que “[...] as representações do mundo social, assim construídas”, [...] são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Nesse sentido, buscamos entender os documentos, os achados da pesquisa com efeitos da produção de um tempo, de maneira que quando nos deparamos com determinados temas – como a disciplina moral cívica ou a arquitetura escolar, por exemplo –, recorremos a referenciais que dizem respeito especificamente a eles, e sempre os tratando de maneira a não cometer anacronismos históricos. Esta, aliás, foi uma de nossas preocupações.

As fontes utilizadas na análise são oriundas do arquivo da escola, da Prefeitura de Maracaju e de pessoas que estudaram e trabalharam durante os anos dos quais estabelecemos como recorte temporal, a saber o período de 1974 a 1991. Foram utilizados como fontes Leis, Decretos, Atas, Livros de Matrícula, fotografias e “depoimentos orais” de algumas pessoas, considerando os temas que emergiram durante a estruturação da pesquisa. A localização de grande parte das fontes aqui elencadas foi possível a partir de um diálogo com a coordenadora atual da escola, Margareth Antunes Melchiori, a quem agradecemos publicamente pelo apoio a esta pesquisa. No entanto, cabe enfatizar as dificuldades na localização e acesso às fontes para esta pesquisa, em detrimento da pandemia de COVID-19, desde março de 2019 até o presente.

Para a melhor visualização das fontes utilizadas, elaboramos o quadro a seguir, considerando, como afirma Michel de Certeau, que este ato de operação historiográfica “[...] significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma *outra coisa* que funciona diferentemente” (CERTEAU, 1982, p. 83, grifo do autor).

Quadro 1 – Fontes de pesquisa

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO	LOCAL DE ACESSO
Depoimentos	Ex-professoras	Acervo pessoal.
Fotografias (1927-1979)	Fotos que retratam as transformações da arquitetura escolar e as festividades extracurriculares da escola.	Escola Municipal João Pedro Fernandes.
Lei nº 5.692/1971	Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Legislação Informatizada (Portal da câmara dos Deputados).

Decreto 2.049, de 12 de junho de 1974	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Práticas de funcionamento das escolas neste período.	Legislação Informatizada (Secretária da Educação).
Livro de matrícula, ficha de transferência e pasta individual de aluno (1976 a 1979)	Detalhamento dos requisitos para a matrícula do aluno e de tudo que acontecia durante sua permanência na escola.	Escola Municipal João Pedro Fernandes.
FERREIRA; ROSA, 1988.	Livro memorialista, que conta a história da Escola João Pedro Fernandes e suas influências na cidade.	Biblioteca Municipal da cidade de Maracaju.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Quanto aos documentos localizados cabe dizer, primeiro, que entre eles não estabelecemos nenhum grau de diferença, pois todos são igualmente importantes; e segundo que eles foram analisados em sua condição de monumentos. Aproximando-nos das teorizações de Le Goff (1996), isto significa que as análises empreendidas até aqui tomam como ponto de partida o fato de que o corpus documental não é neutro, não possui uma verdade, ou ainda, que eles fazem mostrar a realidade daquilo que de fato aconteceu em relação à fundação da escola e seu funcionamento. Trata-se, antes, de entender tais materiais como resultados de uma operação interessada por parte de quem o produziu. Uma foto, por exemplo, não representa o que de fato ocorreu, pois ela é apenas um enquadramento entre tantos dos que seriam possíveis, é o que se quis mostrar sobre o momento. O mesmo ocorre com os depoimentos, pois tudo o que alguém diz é sempre a tomada de uma posição interessada, uma operação de escolha consciente ou não, e por isso não representa a verdade dos fatos; é, antes, uma versão dos acontecimentos. Como afirma Le Goff (1996):

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1996, p. 538).

Nesse sentido, consideramos que ao analisar as fontes disponíveis é importante aceitar o fato de que são produções humanas, e emergem no espaço e no tempo como resultado de relações entre instituições, pessoas, os saberes e as verdades de um tempo. Todo documento é, pois, “uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 1996, p. 538).

A metodologia que norteou este trabalho foi a análise documental, adotando a concepção de Le Goff (1996) ao fazer uma retomada acerca do conceito de documento, considerando novas possibilidades de fontes históricas:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas (LE GOFF, 1996, p. 541).

Em concordância com Le Goff (1996), esta pesquisa reuniu e analisou os dados não apenas escritos, como já afirmamos, mas também fotografias oriundas do arquivo de pessoas que tiveram papel fundamental na inserção/visibilidade social da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes em sua comunidade. Para analisar as fotografias, compreendemos que,

Quando as imagens visuais, dentre elas a fotografia, são utilizadas como fontes de pesquisa histórica, é porque funcionam como mediadoras não como reflexo de dado universo sociocultural. Integram um sistema de significação que não pode ser reduzido ao sistema de crenças formais e conscientes, pertencem à ordem do simbólico, da linguagem metafórica. São portadoras de estilos cognitivos próprios. (BORGES, 2003, p. 18-19).

Além disso, contamos com depoimentos de pessoas ligadas à instituição na tentativa de resgatar memórias e fatos que não foram atestados em documentos ou responder algumas dúvidas. A utilização desta ferramenta metodológica visa, dentre outras coisas, a coleta de materiais que ultrapassem o texto escrito.

Definimos o depoimento oral como alternativa à entrevista de história oral. Trata-se, aqui, de coleta de discursos, amparado ou não no anonimato de quem diz, sem o compromisso formal com sua doação. A base desta discussão situa-se na captura de discursos que o pesquisador identifica como relacionados ao seu objeto de estudo, “ainda que estes discursos não integrem um conjunto sistematizado de fontes ou não faça parte de um projeto, cujo resultado passe a caracterizar um acervo colecionado que ofereça respostas a quem pesquisa”

(ALMEIDA, 2010, p. 2). Refere-se, em síntese, a uma coleta informal do depoimento oral. No nosso caso, tais depoimentos orais informais foram muito úteis no sentido de localizar novos arquivos documentais e de buscar datas aproximadas para as fotografias selecionadas⁴.

Cabe enfatizar, conforme Le Goff (1996, p. 541), que utilizamos de nossa habilidade analítica possível “para fabricar o mel”, considerando a ausência das “flores habituais”, fazendo usadas “palavras”/depoimentos e das fotografias, juntamente com os documentos escritos, para reconstruir a história das práticas da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, entre 1974 e 1991, na cidade de Maracaju. Nesse sentido, consideramos o método do paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1992, p. 169), o qual resgata a figura do caçador que “lê” as pistas pelo caminho para criar uma narrativa coerente a partir dos vestígios, das pistas, dos sinais. E “quando as causas não são reprodutíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos”.

Nossa narrativa analítica está apresentada nesta dissertação na forma de três seções, além da Introdução e das Considerações Finais.

Na primeira seção, “Arquitetura e espaço escola da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes”, abordamos questões como a criação da escola aqui pesquisada, as diferentes nomenclaturas que a escola teve ao decorrer dos anos e o espaço arquitetônico da instituição no recorte de tempo da investigação. Explicitamos as permanências e modificações de sua arquitetura, entendendo de que esse elemento ajudou a delimitar suas atividades e funcionamento, bem como modificou o cenário da cidade, pois ao longo dos anos ela foi reformada para atender aos imperativos de modernização da sociedade.

Na segunda seção, que tem como título “Formas de ingresso e currículo na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes”, fazemos menções à cultura escolar, ao currículo da instituição a partir de 1974, bem como às questões relacionadas à forma de ingresso. Para isso, contextualizamos o momento histórico e realizamos uma descrição da legislação vigente no período para demarcar as exigências na lei e como elas foram adotadas pela escola, tanto no que diz respeito à maneira de inserção dos alunos quanto das práticas de ensino, conteúdos etc.

Na terceira seção, intitulada “Festividades e atividades extracurriculares na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes”, apresentamos as festividades e atividades desenvolvidas no período, focalizando as comemorações registradas em fotografias diversas e o desenvolvimento de um “Clube Escolar”, que para a escola foi importante para o funcionamento

⁴No entanto, o momento de reestrutura da dissertação ocorreu no período mais crítico da pandemia de COVID-19, impossibilitando o acesso de algumas fontes, pessoas e locais. Pessoas que antes forneciam as fontes, passaram a ter medo do contato humano, cancelando a entrega de documentos para serem analisados e também deixando de dar depoimentos importantes. Por mais que o uso da tecnologia tenha sido mais frequente nesse período, nem todos os nossos depoentes sabiam usar as diversas plataformas de Tecnologia de Informação e Comunicação.

de todas as atividades que aconteciam fora da sala de aula. Partimos do entendimento de que as comemorações são inerentes à escola e dão-lhe um sentido a mais do que simplesmente ler e escrever. Além disso, por meio das festividades e rituais, a escola contribui para fixar em seus estudantes determinadas formas de pensar ou de agir, aspecto que foi observado na pesquisa.

2 DE ASSOCIAÇÃO INCENTIVADORADA INSTRUÇÃO DE MARACAJU (1927) À ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU JOÃO FERNANDES (1974): ARQUITETURA DO ESPAÇO ESCOLAR

Nesta seção, analisamos os aspectos físicos da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, como parte da cultura material da escola, entendendo as relações entre a arquitetura e o espaço escolar, de acordo com Escolano (2001), Bencostta (2001) e Frago (1995). Para tratar do tema, contamos com fotografias do prédio, em diferentes momentos e situações. Consideramos que, ao analisar a arquitetura da Escola de 1º Grau João Fernandes, “[...] temos a possibilidade de interrogar o processo histórico de sua produção, mudanças e permanências, contribuindo para descobrirmos infinitas possibilidades de viver e, dentro da vida, formas infinitas de *fazer a* e *do fazer-se da* escola e de seus sujeitos” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 20, grifo do autor).

Com este fim, dividimos o texto em três seções. Na primeira seção, apresentamos alguns elementos da fundação da cidade de Maracaju, ainda no Estado de Mato Grosso, bem como a escola surgiu nesse contexto como uma necessidade para o povo maracajuense. Na segunda, tratamos sobre o contexto histórico da escola, abordando desde sua criação, em 1927, até 1974, evidenciando, assim, as transformações que o espaço escolar sofreu com o passar do tempo e suas nomenclaturas que recebeu ao longo do período. Por fim, na terceira sessão, tivemos como foco analisar os elementos arquitetônicos da escola, apontando as transformações que ocorreram na instituição ao longo de seu funcionamento sob a denominação de Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, entre os anos de 1974 e 1991.

2.1 Fundação de Maracaju: a cidade e sua gente

Nesta seção, estabelecemos um panorama da história de Maracaju e os processos que levaram à sua fundação. Para tanto, utilizamos como fontes de investigação a obra memorialista de Ferreira e Rosa (1988) e informações disponibilizadas nos sites da Prefeitura de Maracaju e da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A história de fundação de Maracaju se iniciou em 1922, entrelaçada com a história de João Pedro Fernandes. Neste ano, a região sul de Mato Grosso já era habitada por algumas centenas de moradores, de maneira que havia o “princípio” de um povoado que poderia, ou não, tornar-se um município. Em 1924, o Distrito de Maracaju foi criado, sendo seu nome baseado no planalto e na serra, que cobre quase todo o sul do estado.

A fundação de Maracaju também guarda relação com uma importante organização, chamada Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). As Colônias Agrícolas tinham a função de ajudar na territorialização das regiões menos habitadas do país, por volta da década de 1940. Elas serviram como plano de ocupação do Centro Oeste e, principalmente, para a parte sul do antigo estado de Mato Grosso. Conforme Santana (2009), a CAND, enquanto uma política governamental, foi pelo Decreto-Lei 5.941, de 28 de outubro de 1943, no estado de Mato Grosso, mas a sua real implantação ocorreu em 20 de julho de 1948, quando seus limites foram demarcados pelo Governo Federal, através do Decreto-lei nº 87.

As finalidades da CAND foram assim resumidas:

A CAND teve um caráter de povoamento com múltiplos objetivos, entre eles: garantir a ocupação territorial, aumentando o contingente populacional nas áreas de fronteira; desconcentrar áreas de possíveis conflitos sociais, como o Nordeste brasileiro; firmar a parte meridional mato-grossense como extensão do Sudeste, como mercado consumidor e produtor de matéria-prima. (ABREU, 2001 apud SANTANA, 2009, p. 95)

Portanto, ela não tinha somente a função e ajudar no povoamento do estado de Mato Grosso. A partir das afirmações do autor, é possível observar que o mesmo as colônias agrícolas sendo focadas na distribuição de terras, elas tiveram impactos na organização do país todo. Dessa maneira, a CAND foi designada a administrar as terras correspondentes à região da Grande Dourados, que abrangia os seguintes municípios: Dourados, Caarapó, Juti, Itaporã, Maracajú, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis (SANTANA, 2009).

Santana (2009) debate também outras funções que a CAND teve durante sua existência, dentre elas, a organização estabelecia modelos de produção agrícola, girando em torno da agricultura. O autor revela que o sistema de produção da CAND era policultor, ou seja, havia o plantio de culturas variadas, como “[...] feijão, arroz, milho, mandioca, amendoim e algodão, cultivados para o próprio consumo familiar [...]” (SANTANA, 2009, p. 99). Além das culturas supracitadas, a produção de amendoim e o algodão era reservada para o mercado local.

Ao pensar a relação da cidade de Maracaju com a CAND, é possível evidenciar que a organização influenciou positivamente no desenvolvimento do município em questão. Santana discorre também a atual situação da região da Grande Dourados e a aponta como um dos principais polos do agronegócio do atual estado de Mato Grosso do Sul.

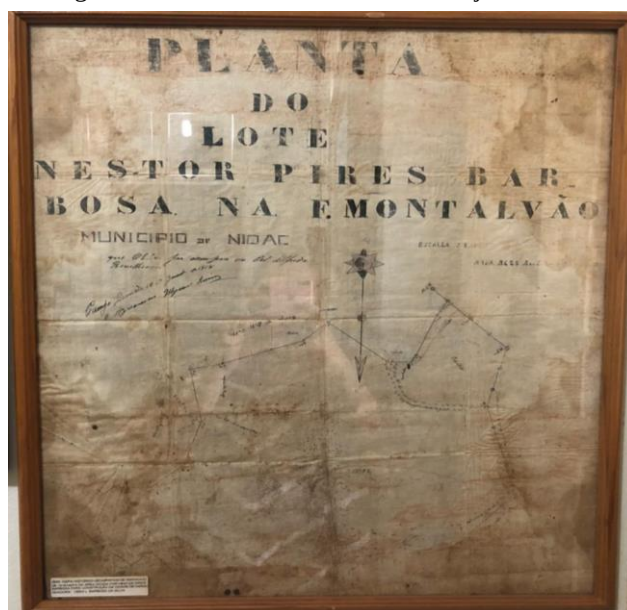
Ele ainda afirma que “A implantação da CAND foi de suma importância para o desenvolvimento econômico da região e para integração com as demais regiões do país,

principalmente com a região Sudeste” (SANTANA, 2009, p. 103). Sendo assim, compreendemos a importância dessa organização para o entendimento da história do município de Maracaju. Entendemos que Maracaju estava situada nesse contexto de transformação do país, especificamente do estado mato-grossense.

A comemoração do aniversário do município é no dia 11 de junho, tendo em vista a data em que o morador João Pedro Fernandes mudou-se definitivamente com a sua família, em 11 de junho de 1924. A resolução que embasou a fundação do distrito foi a Resolução Estadual nº 912, de 8 de julho de 1924 (MATO GROSSO, 1924). Essa mesma resolução criou o município de Nioaque, estabelecendo Maracaju como distrito deste. Devido à crescente expansão populacional em pouco tempo, foi determinado, por meio da Lei nº 987, de 7 de julho de 1928 (MATO GROSSO, 1928), que Maracaju tornar-se-ia também um município. Com a mesma Lei, Maracaju foi transferida para a comarca de Nioaque. Em seguida, a Lei nº 1.031, de 1 de outubro de 1929 (MATO GROSSO, 1929) elevou Maracaju à categoria de cidade, dando também o mesmo nome à comarca de Nioaque, com sede em Maracaju.

Ferreira e Rosa (1988) atestam a criação das primeiras casas na cidade, indicando que estas foram erguidas no meio do campo próximo ao Córrego Mont’Alvão. Uma das casas funcionou com farmácia para atender o povoado que ali se formava, e a outra era de posse da senhora Fé Fernandes. A Fotografia 1 mostra a Planta que representa o lugar onde o município de Maracaju foi fundado.

Fotografia 1 – Planta do lote onde Maracaju foi fundada



Fonte: Acervo do Museu de Maracaju (2020)

Após a Planta ser elaborada, deu-se início à construção das primeiras casas em Maracaju. A segunda fotografia retrata a construção da primeira farmácia, onde João Pedro Fernandes, o pioneiro da cidade, trabalhou por muito tempo. Devido a um surto de malária, João Pedro Fernandes instalou-se no pequeno povoado do território do atual município de Maracaju, com o objetivo de atender aos habitantes das redondezas. Além de vendedor de remédios, João Pedro Fernandes foi “[...] forçado pelas circunstâncias a tornar-se um médico prático, atendendo aos doentes da região, já que, a esse tempo, só existiam médicos em Nioaque e Campo Grande” (FERREIRA; ROSA, 1988, p. 15).

Fotografia 2 – Farmácia de João Pedro Fernandes (1934)



Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Maracaju (2020)

Os primeiros moradores de Maracaju foram: João Pedro Fernandes, Francisco Bernardes Ferreira, dona Fé Fernandes, Marcos dos Santos, José Pereira da Rosa, Gilberto Teixeira Alves, José Adrião Juquita, Antônio José Fereira, Melanio Garcia Barbosa, José Pereira da Rosa Filho, Antonio Ferreira Ribeiro, Vitor Constantino Evanof, Antônio Aracaju, Saraiva Pereira da Rosa, Firmo Garcia de Limo, Olimpio Camargo, Bartolomeu Bueno da Costa, Abadio Romualdo, João Batista Pereira da Rosa, João Galberto Ferreira, Manoel Retamoso, Carlos Ferreira Tito, Arakaki Tokiti e Delfino Pereira Antonio

Logo após a construção da farmácia, houve, no mesmo período, as construções das primeiras casas em Maracaju. A primeira delas foi a de dona Fé Fernandes, conforme apontam Ferreira e Rosa (1988).

Fotografia 3 – Casa da senhora Fé Fernandes, primeira casa de Maracaju



Fonte: Ferreira e Rosa (1988)

Com o processo de povoamento acelerado que ocorreu neste território, houve a necessidade de construir a primeira escola de Maracaju, que é o objeto de estudo. Em 1927, houve a criação da “Associação Incentivadora da Instrução de Maracaju”, sendo que a principal função dessa instituição era atender aos filhos dos primeiros moradores da cidade.

Fotografia 4 – Primeiro Prédio do Colégio João Pedro Fernandes (1930)



Fonte: Acervo da Escola Municipal João Pedro Fernandes (2020)

Como podemos ver, tratava-se de um prédio de alvenaria, algo que naquela época poderia representar certo ar de modernidade para o local. Observamos que há um grande contraste entre a escola e a primeira casa de Maracaju. O que isto pode ter significado? Consideramos que isto revela muito o valor que se dava à escola e à educação, fazendo com que até mesmo o prédio tivesse um distintivo em relação aos espaços mais comuns.

No que tange à formação administrativa, em 1928, o distrito foi elevado à categoria de vila com a denominação de Maracaju pela Lei Estadual nº 987/1928 (MATO GROSSO, 1928), sendo separado de Nioaque e, assim, emancipado. Somente dois meses depois é que a resolução foi instalada. O primeiro prefeito do município foi João Pedro Fernandes, aspecto do qual depreende-se a sua importância política, por sua influência e popularidade entre os primeiros moradores do local, considerado empreendedor e homem “esclarecido”, detentor de certo conhecimento das ciências e, por isso, capaz de gerir aquela dependência administrativa.

Ao revisitar a história de Maracaju, percebemos o fato de que o município aparece com dois distritos: o de mesmo nome, sendo este a sede; e o de Vista Alegre, que fora criado a partir da Resolução nº 892, de 13 de julho de 1923 (MATO GROSSO, 1923). Quase vinte anos depois, já em 1943, um novo decreto nomeou um novo território, o Território Federal de Ponta Porã, sob a ordem do Decreto-Lei Federal nº 5.839, de 21 de setembro de 1943 (MATO GROSSO, 1943), constituído por Maracaju e mais sete municípios⁵. Santos (2016, p. 20) trata do papel desses territórios federais, assim como sua definição:

Os Territórios Federais criados em 1943 se constituíram de partes desmembradas de estados pertencentes ao Brasil. No caso do TFPP, trata-se de uma parte desmembrada do estado de Mato Grosso. Esses territórios eram unidades federativas que não possuíam capacidade econômica para se manter, embora pudessem e devessem ter administração local para o que precisassem ser preparados. Essa era a função do governo federal: dar suporte a tais regiões, geralmente grandes e despovoadas, mas estratégicas para a defesa nacional. (SANTOS, 2016, p. 20).

Ressalta-se, pois, a dificuldade do governo de Mato Grosso em manter e até mesmo fundar novos Grupos Escolares devido a seu alto custo e, portanto, não possuir “[...] capacidade econômica para se manter” (SANTOS, 2016, p. 20). Nessa época, a Segunda Guerra Mundial já estava em curso, o que promoveu certo impacto na educação.

⁵ As cidades que compunham o Território Federal de Ponta Porã eram, de acordo com Santos (2016), Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju, situadas na porção meridional do atual estado de Mato Grosso do Sul.

Em 1944, inaugurou-se a estação ferroviária de Maracaju devido à Estrada de Ferro Noroeste, localizada a três quilômetros da cidade, promovendo desenvolvimento econômico a essa região.

Fotografia 5 – Estação Sete Voltas (década de 1940)



Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Maracaju (2020)

Tal feito impulsionou o desenvolvimento da cidade, ainda que o primeiro trem de passageiros tenha chegado apenas em 1946. Neste mesmo ano, o distrito de Vista Alegre teve seu nome mudado para Ervânia pelo Decreto-Lei nº 9.055, de 12 de março de 1946 (BRASIL, 1946), o que foi revertido doze anos depois pela Lei Estadual nº 1.176, de 16 de dezembro de 1958 (MATO GROSSO, 1958). Ainda em 1946, o Território Federal de Ponta Porã foi extinto por meio do Ato Constitucional de 18 de setembro de 1946 (BRASIL, 1946), restaurando-se, assim, a antiga divisão administrativa e judiciária.

O último fato histórico a ser registrado acerca da história da cidade de Maracaju é também parte da história dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Cita-se o Art. 1 e Art. 2, que discorrem sobre a divisão estadual:

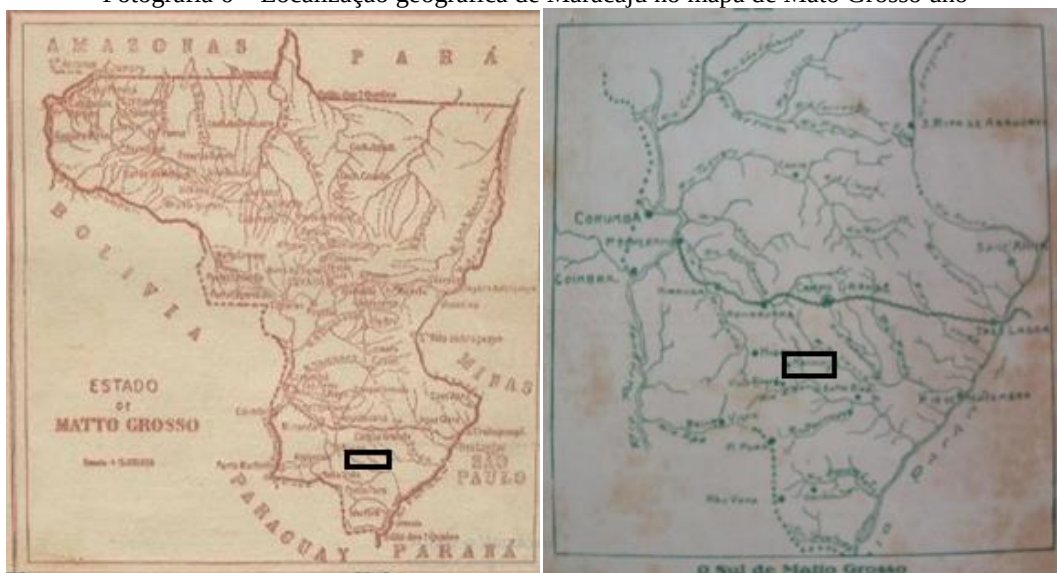
Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - A área desmembrada do Estado de Mato Grosso para constituir o território do Estado de Mato Grosso do Sul, situa-se ao sul da seguinte linha demarcatória: das nascentes mais altas do rio Araguaia, na divisa entre os Estados de Goiás e Mato Grosso [...]. (BRASIL, 1977, n.p.).

Antes de tratar do processo de institucionalização escolar em Maracaju, julgamos necessário apresentar a cidade em seus aspectos político, econômico, social e geográfico. Dessa maneira, apresentamos a cidade com seus dados atuais e com a evolução populacional e territorial. Além disso, inseriu-se outras informações, como a localização de Maracaju no estado de Mato Grosso no período pesquisado.

Reiteramos que a cidade de Maracaju pertenceu ao estado de Mato Grosso uno até 1977, ano em que se criou o estado de Mato Grosso do Sul. A fotografia abaixo apresenta dois mapas, sendo o primeiro um mapa histórico do estado de Mato Grosso antes de sua divisão, com a localização aproximada da cidade de Maracaju, e o segundo um mapa histórico com a parte sul do estado, também com a localização da cidade.

Fotografia 6 – Localização geográfica de Maracaju no mapa de Mato Grosso uno



Fonte: Adaptado de Rodrigues (2017)

Destaca-se que a propósito da população de Maracaju, há intervalos de tempo em que não houve recolhimento tão assíduo a respeito das informações do município.

A partir de 1937, o IBGE precisou que Maracaju possuía uma população de 8.400 pessoas (IBGE, 1937). Com o objetivo de traçar a evolução no número de habitantes da cidade, buscou-se também os Anuários Estatísticos dos anos de 1941-1945, 1946, 1950, 1953 1956 e 1961. O anuário de 1941-1945 registrou um decréscimo na população, precisando 5.680 habitantes (IBGE, 1945). Em 1946, havia 5.160 habitantes (IBGE, 1946). Já em 1950, o número era de 5.804 (IBGE, 1950) e, em 1953, de 5.799 pessoas (IBGE, 1953). Em 1955, o número se manteve (IBGE, 1955). No último ano do recorte, 1961, nota-se que a cidade registrou 6.176

pessoas (IBGE, 1961). No primeiro ano de coleta de dados, um número consideravelmente alto de pessoas em comparação com os anos subsequentes.

Os dados acerca do território da cidade também foram precisados a partir dos Anuários Estatísticos do IBGE dos anos de 1937, 1946, 1953 e 1961. Em 1937, a área era de 7.800 km² (IBGE, 1937). Em 1946, o território era de 4.591 km² (IBGE, 1946). Já em 1953, era de 5.387 km² (IBGE, 1953). No ano final, 1961, era de 5.130 km² (IBGE, 1961).

Hoje, a cidade se encontra em expansão por conta da sua atividade econômica que vem se expandindo a cada dia mais e possibilitando o aumento populacional da cidade.

Nos dias atuais, a cidade de Maracaju pertence ao estado de Mato Grosso do Sul e possui o território de 5.398,391 km² de extensão, de acordo com o censo de 2019 do IBGE (IBGE, 2019). Já o PIB per capita é de R\$ 53.037,52. A cidade possui uma taxa de escolarização de 96,5% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade. Já o salário médio dos trabalhadores formais é de 2,3 salários mínimos. De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Maracaju, “Maracaju passou de 12^a para 6^a maior economia do Estado e teve seu PIB um crescimento recorde, superior a 516%” (A CIDADE..., 2020).

2.2 O começo da Associação Incentivadora da Instrução de Maracaju

Fazer a escrita de uma parte da história dessa instituição a partir dos sinais e indícios que localizamos nos arquivos da cidade e da própria escola pesquisada, é dar conta, ainda que de forma limitada, com algumas ausências, mas ao menos abrindo brechas para problematizações sobre o que foi esta instituição escolar que ocupa um espaço, e que se torna, por isso, “um lugar”, como afirma Viñao Frago (1995).

A escola colocada em questão nesta pesquisa passou por muitas modificações em seu funcionamento, desde a sua nomenclatura até o seu prédio. Afinal, a escola, enquanto produto social, que responde aos anseios da sociedade, deve acompanhar as demandas que lhes são dadas. Ora, se ao longo de sua existência ela foi alterada de muitas formas é porque a sociedade em que ela esteve e está inserida também mudou, visto que sociedade e escola se implicam mutuamente. Dias e Pinto (2019, p. 449) apontam que “A educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade”. Nesse sentido, em conformidade com as autoras, consideramos que a escola foi uma resposta ao contexto em que ela estava inserida naquele período, ou seja, estamos tratando de um período ditatorial. Neste caso, seria possível observar a interferência que esse movimento ditatorial trouxe para as escolas desta época? Sim,

pois este período transformou não só o sistema educacional (currículo), como também a arquitetura dos prédios escolares. Assim, quando elegemos a arquitetura e os usos do espaço-tempo como categoria de análise é porque os consideramos aspectos produtivos que fazem parte daquilo que a escola fez e foi, ou seja, o espaço físico em que funcionou a Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, afetou seu funcionamento na medida em que ele mesmo ajudou a organizar as práticas docentes, o dia a dia na escola, o que as crianças fizeram e como fizeram.

Se nos anos da fundação dessa escola ela funcionou em um pequeno espaço, e que hoje percebemos que seria insuficiente para o que seria a escola hoje, para aquela época a escola por mais que pequena fosse representou muito para Maracaju, pois se tratava de um prédio de alvenaria, diferenciando-se das demais construções que a cercavam, que em sua maioria eram de madeira. Mas algumas décadas depois ela começa a mudar, a dar sinais de transformação da cultura escolar que ali se desenrolava. Tanto o é que em 1971, quarenta e quatro anos depois de sua fundação, que ocorreu em 1927, o prédio da escola era outro, bem diferente do que foi inicialmente, maior para comportar mais alunos.

O motivo para tal mudança, inversamente, não pode ser outro senão o de que a escola, o que ela é, como ela funciona, como as pessoas nela trabalham ou estudam agem é, senão, efeito do seu tempo, resultado das demandas da sociedade que incidem sobre ela, que a formam e a transformam. Nosso argumento é construído com base em Escolano (2001, p. 47), para quem “A escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas”. Isto significa que a maneira como a instituição escolar se apresenta, em seu aspecto físico, deve ser pensada como resultado de uma operação que envolve as relações sociais, econômicas e humanas. O jeito como as escolas são projetadas e erguidas se refere às concepções que se tem de aluno, de professor, de relações humanas, de ensino, de Pedagogia, de currículo, de sociedade, de pessoas em determinado momento.

No processo de busca e seleção de fontes, conseguimos localizar algumas fotografias que evidenciavam, de diferentes ângulos, o prédio da escola a partir do ano de 1974. O que se coloca aqui em termos de elaboração historiográfica não é senão uma interpretação do que a escola foi e fez, pois nem mesmo o acesso às pessoas que trabalharam ou estudaram na instituição, foi capaz de nos permitir uma melhor compreensão dos impactos da arquitetura escolar e suas alterações no cotidiano e nas práticas dos sujeitos nela envolvidos.

Ainda assim, partimos do princípio de que “a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como elemento do currículo, invisível, silencioso, ainda que

ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta” (ESCOLANO, 2001, p. 47). Este argumento é ainda mais completo quando o autor afirma que:

A arquitetura escolar, além de ser um programa invisível e silencioso que cumpre determinadas funções culturais e pedagógicas, pode ser instrumento também no plano didático, toda vez que o espaço em que se dá a educação formal e constitui um referente pragmático que é utilizado como realidade ou como símbolo em diversos aspectos do desenvolvimento curricular. (ESCOLANO, 2001, p. 47).

Considerar que a arquitetura funciona como um programa significa que ela tem uma lógica própria, que por meio dela as pessoas, sobretudo os alunos, são formados. A escola, nesse sentido, efetiva seu papel de controle sobre os sujeitos, não apenas por meio do currículo e dos saberes que nele são dispostos, mas também por meio de sua arquitetura, de seu espaço físico. Assim, a arquitetura escolar funciona como “[...] uma espécie de discurso que institui, na sua materialidade, um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos”, como afirma Escolano (2001, p. 26).

Neste sentido percebemos que as mudanças da arquitetura escolar, passa a ser compreendido como um conjunto de valores que vai além de suas estruturas, carregando consigo simbologias e ideologias diferentes desse período, pois o ambiente escolar carregava em si a identidade de muitos sujeitos com suas particularidades.

A escassez de fontes não nos permitiu apontar quando as mudanças passaram a ocorrer exatamente. O fato é que se trata, sim, de um prédio inteiramente diferente, ainda que esteja situado no mesmo local em que a história da instituição começou, em um lote “doador” para comunidade maracajuense, situado na Rua Dracena, n. 101, hoje Centro do município.

A “Associação Incentivadora da Instrução de Maracaju” foi inaugurada em 2 de julho de 1927 com a principal função de atender aos filhos dos primeiros moradores da região. Para a construção deste edifício, fora organizado um evento para a arrecadação e “o total arrecadado, menos de 20.000\$000 em moeda corrente da época, foi bastante razoável para aquele tempo, todavia o custo da construção foi muito além da quantia arrecadada”. Assim, deu-se início às obras, que só finalizaram com uma doação final de João Pedro Fernandes⁶ (FERREIRA; ROSA, 1988, p. 149).

A fotografia abaixo retrata o primeiro prédio da escola, logo após sua inauguração.

⁶O primeiro diretor da instituição foi o professor Mariano Cebalho. O registro de inauguração mostra que a escola tinha a frase “LUX IN TENEBRIS” estampada na entrada, frase que significa “LUZ NAS TREVAS”, como menção ao momento em que a educação chegou ao território.

Fotografia 7 – Primeiro Prédio da Escola João Pedro Fernandes (1927)



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Ao observar a fotografia, percebemos que o espaço escolar reflete muito para além da sua própria materialidade, pois a escola deveria se compor dentro de um padrão pedagógico, ou seja, reunindo valores e simbologias da época.

Em 1930, devido a formação da cidade que ali ocorria, a escola passou a chamar-se “Escolas Reunidas de Maracaju. O Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927 (MATO GROSSO, 1927), estabelecia que:

Art. 19 – Quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de “Escolas Reunidas”.

Art. 20 – As escolas reunidas terão no máximo sete classes e não poderão funcionar com menos de três.

Art. 21 – A criação de escolas reunidas visa:

I – melhorar as condições pedagógicas e higiênicas das salas escolares;

II – classificar os alunos pelo nível de desenvolvimento intelectual;

III – facilitar e intensificar a inspeção. (MATO GROSSO, 1927, p. 163).

Com esse novo Decreto que entrou em vigor, ficou claro da necessidade de uma distribuição entre as categorias institucionais. O regimento interno das escolas reunidas que observamos, seguiu naquele momento as mesmas diretrizes dos grupos escolares. Neste caso, se o número de aluno excedesse ao total permitido por período, caberia à escola oferecer outro turno para esses alunos.

O Decreto em questão também prescrevia que as salas teriam um mínimo e máximo de alunos, sendo esse intervalo de 15 e 45 alunos, respectivamente (MATO GROSSO, 1927). Quando havia alguma situação adversa em relação ao número de alunos, pressupunha-se que deveria fundir-se numa só classe dois ou mais anos do curso, ou formar-se classes mistas

quando o número de alunos matriculados fosse insuficiente para a separação de sexo e anos do curso em turmas distintas. Santos e Sá (2011) afirmam que “As classes que obtivessem a matrícula e frequência inferior a 15 alunos, num período de três meses consecutivos, seriam extintas”. Além disso, “as escolas reunidas onde tivessem funcionando no período de um ano, uma média frequente de oito classes, essas escolas seriam transformadas em grupos escolares” (SANTOS; SÁ, 2011, p. 4), como aconteceu com a instituição, 16 anos mais tarde.

Havia critérios para que uma instituição viesse a se tornar Grupo Escolar, o que, provavelmente, foi motivado pela questão econômica, visto que os Grupos Escolares eram modelos que demandavam um investimento elevado em relação ao modelo de Escola Reunida, e esta, por sua vez, surgiu como uma alternativa economicamente mais viável que os Grupos Escolares.

Desse modo, havia a possibilidade de a instituição escolar regredir na categorização, podendo voltar a ser considerada Escola Reunida. Isso é atestado por Santos (2018, p. 28), que ao discorrer a respeito das Escolas Reunidas e dos Grupos Escolares afirma que as escolas reunidas “[...] poderiam ser transformadas em grupos escolares na medida de sua expansão, mas estes também poderiam ser classificados como escolas reunidas, por força da mesma prescrição, indicando que tais modelos organizacionais estavam articulados entre si” e, como afirma, “[...] ambos dependiam também de condições extra escolares, tais como a densidade populacional e a disponibilidade econômica” (SANTOS, 2018, p. 28-29).

Dezesseis anos denominada na categoria de escolas reunidas, a instituição que analisamos foi denominada “Grupo Escolar João Fernandes”, o que demonstra que as condições extraescolares, tais como a densidade populacional e a disponibilidade econômica, foram favoráveis para este acontecimento.

Sobre a configuração dos Grupos Escolares, o decreto também prescrevia que:

Art. 34 – Os grupos escolares terão, no mínimo, oito classes, e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar.

§ único – As escolas reunidas que, em virtude de desdobramento de suas classes, funcionarem, durante um ano, com oito classes, serão transformadas em grupos escolares. (MATO GROSSO, 1927, p. 176).

Neste período, aproximadamente em 1946, a Escola João Fernandes chegava a 268 alunos, e ficava a cargo de um professor, que era nomeado pelo governo, a responsabilidade de organização do espaço escola, ou seja, a direção da escola seria sua responsabilidade, se o número de alunos fossem aumentando, a estrutura da escola mudaria e também seu nome.

A fotografia abaixo retrata o Grupo Escolar João Pedro Fernandes.

Fotografia 8 – Grupo Escolar João Pedro Fernandes (1946)



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

A fotografia nos mostra que a escola se enquadrava em todos os aspectos do padrão constituído como Grupo Escolar, todo o cuidado com o espaço arquitetônico da escola estava ligado ao período higienistas⁷, ou seja, janelas largas, salas arejadas e como número de crianças adequadas nas salas. O prédio passava a atender todos os critérios básicos do grupo escolar, uma escola com espaço para o intervalo, para os alunos brincarem, todas as salas de aula tinham a mesma medida, havia banheiro para meninos e meninas, sala dos professores e sala do diretor. Além da preocupação intelectual das crianças, havia uma preocupação com o seu aspecto físico. A escola deveria ter um espaço para as crianças praticassem seus exercícios físicos, espaço onde ocorria o momento de lazer nos intervalos das aulas.

Essa construção entre espaço (lugar) e sujeitos, levando em consideração toda vivência do indivíduo, nos faz crer então neste momento em uma construção de identidade, entre sujeitos e espaço.

Bencostta (2001) comenta sobre a preocupação do Estado tinha em relação aos espaços escolares, mostrando as percepções e motivações governamentais para estas edificações:

A construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados que tinha no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, em especial, nas capitais e cidades prósperas economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios

⁷ Período que alguns médicos e agentes sanitários no século XIX estudavam algumas ocorrências de doenças, como a febre amarela, varíola, entre outras.

escolares deveria funcionar como um ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime. (BENCOSTTA, 2001, p. 105).

Do geral para o particular, Bencostta (2001) apresenta o aparecimento do prédio escolar como agregador de uma série de casas alugadas para um lugar apenas edificado para um determinado fim, esta iniciativa paulista se estendia para outros estados.

A iniciativa paulista de organização do ensino elementar público, através dos grupos escolares, iniciado nos fins do século XIX, certamente instigou as demais unidades da federação republicana em adotar, em níveis diferenciados, a experiência deste tipo de escola em seus estados. (BENCOSTTA, 2001, p. 106).

Esta organização pode ser constatada na fachada do colégio, surgindo imponente no cenário local apontando as duas características relatadas por Bencostta (2001) para esta proposta arquitetônica: a aglutinação em um prédio específico e as linhas retas e clássicas da estética neoclássica, ou seja, a estrutura do prédio nos remete a uma característica marcante da cultura grega e romana, onde nas construções observamos formas regulares, geométricas e simétricas nas construções. Cabe ressaltar que nesta época Maracaju ainda não contava com grandes prédios e mesmo as ruas não eram asfaltadas, havendo pouca iluminação, e não se pensava em calçadas neste período.

Com as transformações que a escola vinha sofrendo, em 1974, ela recebeu o nome de “Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes”.

A partir do ano de 1974 a instituição passou a integrar a Rede Estadual de Educação, por ocasião da reforma disposta na Lei nº 5.692, promulgada em 1971 (BRASIL, 1971), sendo denominada pelo Decreto 2.049/1974 (MATO GROSSO, 1974) de Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, e o ensino primário e o ginásio, que era o primeiro ciclo do ensino secundário, passaram a compor o ensino de 1º grau:

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos (BRASIL, 1971).

A reorganização do sistema de educação implicou consequentemente a remontagem das finalidades da escolarização. Sabe-se que com essa reforma a tônica foi a obrigatoriedade da qualificação profissional de forma generalizada para todas as instituições, fossem públicas ou privadas. A respeito da finalidade, a legislação vigente apontava o seguinte:

Art. 1º. O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971, n.p.).

O modelo instituído com a legislação em questão objetivava um ensino que “[...] envolvesse e integrasse o desenvolvimento tecnológico, bem como integrá-los [os alunos] de forma produtiva e isto compunha, conforme descrito no artigo 4º da Lei, um Núcleo Comum, para atender às particularidades e especificidades de cada região e principalmente de cada indivíduo” (BRASIL, 1971, n.p.).

Considerando que uma Lei Federal legisla sobre todo país, e que os estados se adéquam a ela por meio de regulamentação, o governo mato-grossense elaborou a Resolução nº 19 de junho de 1972 (MATO GROSSO, 1972). Conforme esta Resolução, as escolas do Mato Grosso teriam até o ano de 1974 para fazer essas modificações em sua estrutura curricular e também na denominação, fato que realmente aconteceu em diversas instituições do estado, motivo que levou o Grupo Escolar João Fernandes, que tinha este nome desde 1946, a ser denominado, em 1974, por meio do Decreto n. 2.049, de 12 de junho de 1974 (MATO GROSSO, 1974), de Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, assim vigorando até 1991, quando incorporou o ensino de 2º grau e mais uma vez alterou a sua nomenclatura e passou a ser chamada de Escola Estadual de 1º e 2º Graus João Pedro Fernandes, por meio do Decreto n. 6.003, de 12 de julho de 1991 (MATO GROSSO DO SUL, 1991a), e meses depois foi alterado para Escola Estadual de 1º Grau João Pedro Fernandes, por meio do Decreto n. 6.178, de 04 de novembro de 1991 (MATO GROSSO DO SUL, 1991b).

Dialogando com Sá e Siqueira (2006), pode-se apontar que a escola João Pedro Fernandes evoluiu, assumiu novas funções, visto que cada tipologia pela qual essa instituição passou desde sua implantação teve importância e modificou seu funcionamento e os sujeitos. A princípio, a instituição fora construída para suprir a lacuna educacional da região e, logo em seguida, fora elevada à categoria de Escola Reunida, que era uma categoria precursora dos ideais contidos nos Grupos Escolares.

Entendemos que a arquitetura escolar não é construída por acaso, entender a história da arquitetura escolar, é perceber que estamos analisando não só o prédio arquitetônico em si, mas também o contexto histórico que ela está inserida no momento, é perceber a identidade do sujeito em relação ao espaço analisado, pois estamos tratando de um conjunto de valores.

2.3 Arquitetura e espaço escolar da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes

Nesta seção, abordamos questões específicas de análise do espaço escolar, levando em consideração a arquitetura da escola e sua simbologia para o período. As fotografias abaixo retratam a instituição no ano de 1974 e 1975, nas quais observamos uma grande transformação em sua arquitetura ao se comparar com as imagens anteriores.

Fotografia 9 – Lateral da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes (1974)



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Percebe-se que a escola não possuía uma fachada bem elaborada, só após um ano dessa reforma, passaram a construir uma fachada para a escola, como mostra a Fotografia 10. Cabe abordar que muitos fazendeiros ajudavam com as reformas, doando muita das vezes dinheiros para melhorar a arquitetura da escola. O prédio não possuía muros, ficando mais ou menos isolada naquela quadra.

Fotografia 10 – Fachada da Escola Estadual de 1º João Fernandes (1975)



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes.

O prédio como observamos nas fotografias acima, não passou por uma grande transformação em um curto período de tempo, as transformações que ocorreram de um ano para o outro se deu em sua fachada, adequando-se aos padrões de funcionamento do período. No Decreto nº 2.049, de 12 de junho de 1974 (MATO GROSSO, 1974), que previa, em seu primeiro artigo, a criação desta última escola:

Artigo 1º - Fica criada uma Escola Estadual de 1º Grau, com sede no Município de Maracaju denominada Escola Estadual de 1º Grau “João Pedro Fernandes”

Artigo 2º - Compete à Secretaria de Educação e Cultura a colocação de pessoal docente e dos recursos necessários ao funcionamento da Escola no Moldes do Sistema Estadual de Ensino.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário (MATO GROSSO, 1974, p. 2).

O Decreto nº 96, de 24 de julho de 1993 (MARACAJU, 1993), previu a municipalização da instituição escolar, tornando-a “Escola Municipal de Pré-Escolar e 1º Grau João P. Fernandes”, conforme os artigos 1º e 2º:

Art. 1º: Fica incorporada à Rede Municipal de Ensino a Escola Estadual Pré-Escolar e 1º Grau João Pedro Fernandes criada pelo Decreto nº 2049 de 12/06/1974, sediada neste município, passando a mesma a denominar-se Escola Municipal de Pré-Escolar e 1º Grau João Pedro Fernandes.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (MARACAJU, 1993).

Anos depois, em 1998, fora feita a última alteração no nome da escola, passando a ser denominada “Escola Municipal João Pedro Fernandes”.

Não é possível precisar o número de matrículas da época, pois não há dados oficiais a esse respeito. Contudo, a partir da relevância que a instituição recebeu e do que foi exposto até o momento, sabe-se que foi necessário expandir rapidamente para abrigar os alunos novos.

Conforme a fotografia anterior, em 1975 havia seis janelas basculantes horizontais que davam de frente para a rua, que já parecia ser asfaltada nesse ano. Este número era equivalente a três salas que compunha o bloco visto que parecia haver duas janelas em cada sala. O prédio era pintado de branco e possuía algumas flores na entrada. Na fachada, o nome da instituição era pintado em caixa alta como “Escola Estadual de 1º Grau João Pedro Fernandes”.

Conforme se observa na Fotografia 11, provavelmente do ano de 1980, conforme indicação dos funcionários da Escola, havia uma marquise na frente da escola, a partir da qual se iniciava o pequeno corredor. Também se nota a presença de um poste de luz elétrica, o que se limitava à frente da escola, pois como descobrimos mais adiante, nem mesmo o pátio possuía tal estrutura. Esta fotografia foi tirada pelo lado de fora da escola, do outro lado da rua.

Fotografia 11 – Fachada da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes (1980)



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes.

O crescimento da escola em relação às décadas anteriores pode ser pensado como resultado da demanda por escolarização na década de 1970 e que ganha força nos anos

subsequentes. No período da ditadura militar houve forte demanda por mudanças, parte da população, apesar de temerosa, acreditava que era preciso avançar em diversos aspectos, inclusive na educação. Bittar e Bittar (2012) explicam de forma geral como o golpe influenciou neste ponto de aumento e expansão da escola:

Quanto ao ensino de primeiro grau de oito anos, a expansão física das escolas foi uma característica dos 21 anos de ditadura. Mas que escola era essa? Sem dúvida, a das crianças das camadas populares; a escola em que funcionava o turno intermediário, com pouco mais de três horas de permanência na sala de aula, mal aparelhada, mal mobiliada, sem biblioteca, precariamente construída, aquela em que os professores recebiam salários cada vez mais incompatíveis com a sua jornada de trabalho e com a sua titulação (BITAR; BITTAR, 2012, p. 163).

Por mais que observemos algumas transformações na arquitetura da escola, muitas dessas modificações ocorreram graças à ajuda obtida pelos fazendeiros da região, como já foi relatado a cima. Por mais que a estrutura do prédio estivessem boa, no interior da escola faltavam muitos materiais para trabalhar com seus alunos. Com base no depoimento das ex professoras Martha Krolow, Ceila Marcondes Machado e Judith Marcondes Machado, muitas vezes os materiais que eram utilizados em sala de aula com os alunos, as professoras que tinham que comprar, e a maioria das vezes era com seu dinheiro, pois não eram suficientes os materiais em sala de aula. Além da ex professora, uma ex aluna chamada Glauce Machado dos Santos relatou que em tempos de chuva os colegas ficavam com os guardas chuvas abertos para não se molharem, pois havia muitas goteiras. Foi neste sentido que a ajuda financeira para o reparo da escola vinham dos fazendeiros da cidade e até mesmo de muitos pais de alunos.

De acordo com os depoimentos, a escola possuía 8 salas, sendo 6 delas destinadas à realização das aulas e 2 para a direção e sala de professores. Nesse sentido, podemos supor que a escola não tinha um número grande de alunos, ainda que consideremos os dois períodos em que ela funcionava (matutino e vespertino), visto que o seu público era ainda muito restrito. Não obtivemos a quantidade de alunos por turma, pois isso não aparece nos registros da escola, visto que a documentação foi amplamente descartada.

Além dessas fotografias que foram apresentadas anteriormente, encontramos uma fotografia, na qual podemos ver a escola sob outra perspectiva, ou seja, o fundo da escola:

Fotografia 12 – Fundo da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes (1978)



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Nessa fotografia percebemos que a escola possuía uma estrutura maior do que o início de seu funcionamento. A Fotografia 12 expressa o fundo da instituição. Como é possível observar, a escola não possuía uma quadra esportiva na qual os alunos pudessem realizar atividades físicas (aspecto comum das instituições), e anos depois desse registro cenário não havia se alterado, o que aponta para a morosidade de seu desenvolvimento, de sua transformação estrutural. Isto pode ser confirmado ainda pelo registro de uma solicitação feita por um professor, responsável pelo Clube Escolar, em 1985 – aspecto que será discutido adiante – para a compra de materiais para a construção de um poste de luz para este espaço no qual as crianças desenvolviam as atividades práticas desportivas. Disto depreende-se que as aulas de Educação Física se desenvolviam nesse espaço de terra, que dava de fundos para a escola, que se estendia por volta de toda a escola, servindo também como um pátio para o recreio/intervalo.

Aliás, este tempo de intervalo acontecia no espaço dos fundos da escola, e os alunos levavam e compartilhavam seu lanche, conforme depoimentos feitos pelas ex funcionárias da escola. Elas ainda lembram que nesse lugar em que o intervalo acontecia as crianças brincavam e se aglomeravam. Podemos considerar que o espaço mesmo não sendo coberto e não oferecendo conforto para as crianças (pois provavelmente fazia muito sol), ele serviu para separar ou distinguir o momento que era passado na sala de aula.

Viñao Frago (1995) nos oferece um ponto de vista ao mencionar que todo espaço assume um papel mesmo quando ele não é “habitado”, “ocupado” pelos seres humanos. Nesse sentido, entendemos que o pátio da escola, ainda que fosse um lugar de passagem, provisório, no qual

as crianças usavam alguns de seus minutos dentro da instituição, possui o poder de deixar lembranças e marcos nos sujeitos, tal como o foi com os depoimentos.

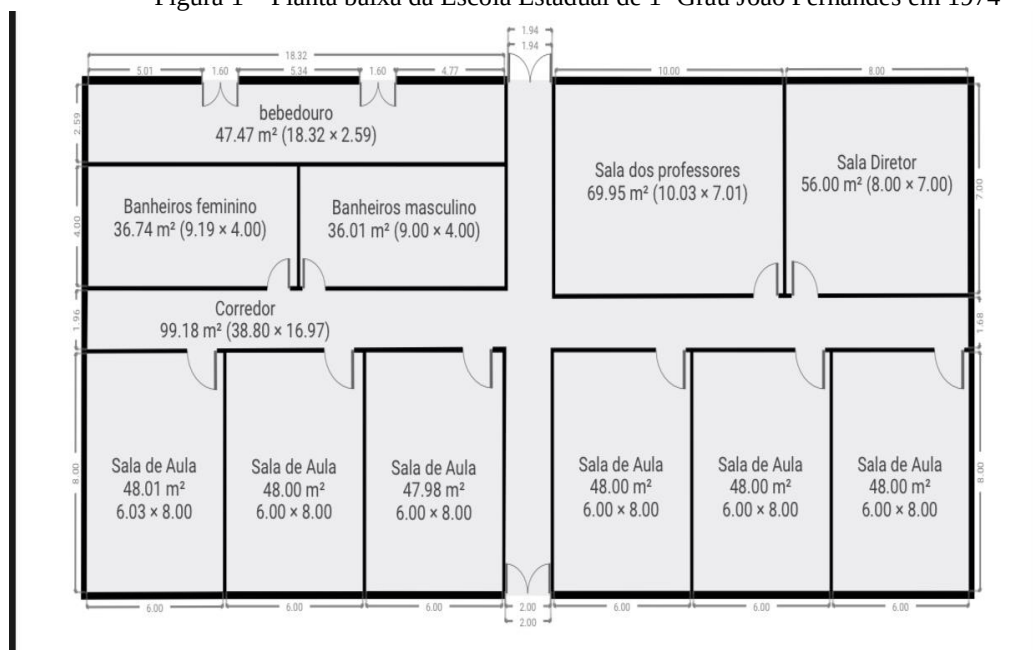
A constituição do espaço como lugar [...] É o resultado de sua ocupação pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. [...] Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, um lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. [...] Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar –, uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território. (FRAGO, 1995, p. 17).

Especificamente sobre a importância do pátio na escola, Fedrizzi (1999, p. 11) argumenta que “Um pátio escolar é muito mais do que um lugar para colocar as crianças durante o período em que elas não estão nas salas de aula. [...]. Para muitas crianças, o pátio é o único espaço aberto e seguro para desenvolver diferentes tipos de atividades”. Além disso, tal espaço “um lugar para ensinar e aprender, um lugar para brincar, socializar-se, ter contato com a natureza, cultivar, praticar esportes, as crianças serem cuidadas e respeitadas, onde se pode ficar sozinho” (FEDRIZZI, 1999, p. 11).

A forma de acesso à escola se dava por uma pequena porta, que aparece na Fotografia 11. Além disso, podemos perceber que se tratava de uma estrutura comum para a época, talvez, e as salas de aula aparentavam ser pouco ventiladas, pois havia pouca janela e eram bastante pequenas, conforme é possível deduzir a partir das imagens. Nesses espaços também era onde se organizam as filas para que as crianças entrassem na sala de aula, de acordo com os depoentes havia separação de meninos e meninas, sendo duas filas para cada turma, uma para os meninos e outra para as meninas.

Para uma melhor aproximação do que era a escola, e para melhor nos situar, produzimos uma planta do que era a escola nesta época, tendo como base essas imagens, especialmente a Figura 1, e os depoimentos coletados.

Figura 1 – Planta baixa da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes em 1974



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Considerando os aspectos levantados, a Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes tinha a seguinte estrutura: seis salas de aula, as quais possuíam duas janelas basculantes cada; dois banheiros, sendo um masculino e um feminino, dirigido a funcionários e alunos; uma sala de professores; uma sala destinada à direção; um bebedouro; e uma área que ao redor de toda a escola, mesmo sem possuir chão de concreto, era utilizada como pátio, e as crianças brincavam em tempo livre, ou seja, em momentos em que não estavam na sala de aula.

O prédio não possuía muros, ficando mais ou menos isolada naquela quadra. Passados alguns anos, essa estrutura mais geral da escola se manteve, mas outros espaços foram construídos garantindo a “arquitetura comum” da instituição, conforme observamos nas fotografias apresentadas anteriormente. Nesse sentido, podemos considerar que:

[...] desde que a instituição escolar surgiu, há mais de 200 anos, os conceitos de Educação vêm se modificando, assim como as propostas pedagógicas, os conteúdos curriculares, os modos de ensinar e de aprender. E, com eles, os professores, os estudantes, funcionários, diretores, as famílias, todos mudaram, todos mudamos. Nossas cidades estão diferentes, o País está diferente, e as nossas escolas continuam as mesmas, iguais ao que eram e iguais entre si, com seus espaços praticamente inalterados no que se refere à essência de sua organização, de sua concepção, os quais, na sua origem, foram pensados para docilizar os corpos, modelar subjetividades, homogeneizar comportamentos, fragmentar a percepção, controlar a produção – e até hoje assim permanecem. (FARIA, 2012, p. 103).

Ou seja, transcorrido esse tempo, a escola permanece a mesma em sua arquitetura.

3 INGRESSO DE ALUNOS E CURRÍCULO NA ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU JOÃO FERNANDES

Nesta seção, objetivamos compreender as formas de ingresso dos alunos na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes e analisar a estrutura curricular desta instituição, esclarecendo sobre as modificações realizadas pela Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971). As fontes encontradas para este assunto não foram abundantes, pois a escola, no decorrer de sua trajetória, adotou a prática do descarte das documentações antigas, mas ainda assim consideramos pertinente tratar dos referidos temas na presente investigação. Para tanto, dialogamos com os autores como Guinzburg (2007), Souza (2008), Brzozowski e Caponi (2013), Barretto e Mitrulis (2001) e a legislação educacional do período.

3.1 Forma de ingresso na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes

Se entre 1931 e 1971 era necessário fazer exames admissionais para ingresso no ensino ginasial (primeiro ciclo do ensino secundário), agora, no período analisado, era necessário somente requerer a matrícula para passar do então ensino primário ao quadro dos últimos anos do recém-criado ensino de primeiro grau. Dada a sua conhecida dificuldade, havia comemoração quando os alunos obtinham aprovação nesses exames, por isso, consideramos que com a extinção dos exames admissionais a escola estaria se tornando mais democrática, mais acessível para a maioria das pessoas, pois “[...] durante muitos anos constituíram obstáculo à continuidade dos estudos” (BARRETTO; MITRULIS, 2001, p. 109).

Nunes (2000) comenta de forma bastante clara sobre como funcionava o exame admissional e o impacto que ele tinha sobre os estudantes e sua família naquele período:

O exame de admissão mobilizava os estudantes, seus pais e irmãos. Obter a aprovação nas provas tinha uma importância equivalente à aprovação nos exames vestibulares ao ensino superior. Era uma espécie de senha para a ascensão social. A seletividade do ensino secundário era agravada por esse exame, pois cada escola secundária organizava seus programas e não os divulgava, de modo que os candidatos e suas famílias não sabiam se o nível de exigência das provas acompanharia o nível do conteúdo da quarta série das escolas primárias. O fracasso nos exames era praticamente inevitável, o que acarretou a disseminação dos cursos de admissão organizados por particulares, mantidos à custa de altas taxas e dificultando condições às populações mais pobres de participar do processo seletivo. (NUNES, 2000, p.45).

Com a exclusão do exame admissional, tentava-se colocar cada vez mais pessoas na escola, na tentativa de democratizar a educação. Entretanto, Assis (2012) reconhece o fato de que a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) estendeu a obrigatoriedade do ensino de 4 para 8 anos, porém, não deu condições concretas para que o plano da lei fosse efetivado. Um dos motivos para essa democratização era que, a partir da década de 1970, o país viveria um desenvolvimento econômico e por isso seria essencial haver mais pessoas qualificadas por meio da educação. Assim, a questão passou a ser não mais apenas de inserção de público nas escolas, mas de qualidade educacional, por isso houve um movimento constante para modificar o currículo para escolarizar a grande massa (SOUZA, 2008).

Analisando todo o movimento que se fez nas décadas anteriores, como a exclusão do exame admissional como forma de ingresso no primeiro grau e o prolongamento do tempo escolar, Silva (2020) aponta que com tudo isso estava se tentando oferecer

[...] uma escola mais acessível, voltada para o desenvolvimento econômico e fundada nos princípios escolanovistas. Acerca da ampliação do acesso, deve-se destacar a preocupação em expandir a escolarização, seja por meio do prolongamento do período diário de permanência do aluno na escola, seja pelo aumento dos anos formativos. Esse movimento pela amplificação da formação escolar foi, em grande parte, impulsionado por uma perspectiva que relacionava o alcance do desenvolvimento econômico e social à ação educativa, visão bastante difundida naquele período, sobretudo em relação aos países latino-americanos, os quais eram alvos constantes das prescrições emitidas por organizações como a Unesco e OEA [Organização dos Estados Americanos], por meio de suas conferências internacionais. (SILVA, 2020, p. 26).

Muitas mudanças foram produzidas por causa dessa legislação, mas, especialmente em relação à etapa de ensino que é o nosso foco na pesquisa, o documento apontava o seguinte:

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades. (BRASIL, 1971, n.p.).

De acordo com Souza (2008, p. 228), a fusão do ensino primário com o ginásial, resultando em 8 anos de duração da escolarização, “[...] foi uma das mais significativas mudanças no período, repercutindo na organização da rede de ensino, na profissionalização do magistério e nas representações sociais sobre a educação escolar”.

Especialmente sobre as formas de ingresso no 1º grau, a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) indicava o seguinte:

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. (BRASIL, 1971, n.p.).

Era preciso que o aluno tivesse pelo menos 7 anos para estar no 1º grau, e, caso ele tivesse menos do que isso, ficaria a cargo da administração municipal decidir aceitá-lo e matriculá-lo nessa etapa. Preferencialmente, os sistemas municipais deveriam oferecer educação em outras instituições que não escola de 1º grau.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.
Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a freqüência dos alunos. (BRASIL, 1971, n.p., sic).

A Lei era enfática ao afirmar que toda criança e adolescente entre 7 e 14 anos deveria estar na escola, de modo que seria papel do município fazer essa fiscalização e levantamento da população que tinha esta idade para colocar elas na escola. Caberia a todas as esferas (municipal, estadual e federal) fiscalizar como estava sendo a freqüência dos alunos na escola e cumprir com a obrigatoriedade escolar para todos. Como se nota, havia uma preocupação de fazer com que todos os órgãos funcionassem em acordo para que a legislação fosse cumprida.

No estado de Mato Grosso, a Lei Federal foi regulamentada pela Resolução nº 19 de junho de 1972 (MATO GROSSO, 1972), que confirmou que o Ensino de 1º Grau seria composto por 8 (oito) séries, resultantes de integração do ensino primário de 4 (quatro) anos com o ciclo ginasial, e que essa organização deveria ser cumprida e adequada pelos municípios até o ano de 1974, quando seriam definidas quais escolas se tornariam escolas 1º grau. Estas, conforme Silva (2019), seriam as instituições que tivessem número suficiente de alunos para receber a estrutura escolar correspondente ao nível, enquanto as que não tivessem seriam desativadas e os seus alunos seriam remanejados para escolas mais próximas possível.

Esses foram os delineamentos gerais da reforma e de seu impacto no 1º grau. Diante deles, nos interrogamos sobre como funcionava o ingresso de alunos na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes. Se não havia mais exames admissionais, podemos inferir que a entrada era mais facilitada pois buscava-se democratizar esse acesso. Nesse sentido, localizamos um requerimento e duas fichas de matrícula datadas de 1976, 1977 e 1978, respectivamente, que fornecem alguns elementos sobre o processo de ingresso dos alunos no 1º grau naquela época.

São documentos que se complementam e dizem respeito a uma mesma aluna. Notamos que de um ano para o outro o modelo e a nomenclatura do documento foram modificadas. Em 1976, quando a aluna ingressou na primeira série do 1º grau, era denominado “requerimento de matrícula”, com informações básicas que não foram totalmente respondidas. No ano seguinte, quando ela ingressou na segunda série, o documento já era outro, uma “ficha de matrícula”, talvez por ela já ser aluna da instituição, o que facilitaria o trâmite, sendo que a mesma nomenclatura permaneceu em 1978, quando a menina ingressou na terceira série, mudando apenas o formato do documento.

Fotografia 13 – Requerimento de matrícula da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes em 1976

REQUERIMENTO DE MATRÍCULA

Est. Est. do 1º Grau João Fernandes
Nome do Estabelecimento

Ano *1976* Curso *primário* Série *1ª* Turno *mat.*

Nome do Aluno *Walterin Aparecida de Castro Tedorato*

Naturalidade *Maracaju* Nacionalidade *brasileira*

Data de Nascimento *17 outubro 1965* Endereço *Av. João*

Filiação *Pedro Fernandes*

Filiação *Walterin Tedorato e Ana Aparecida de Castro Tedorato*

Profissão do Pai *lavrador*

Local de Trabalho *lavoura*

Profissão da Mãe *doméstica*

Local de Trabalho *lar*

Responsável *Jausto Ferra Barbosa*

Endereço *Av. João Pedro Fernandes*

Último colégio frequentado pelo aluno

De _____ a _____ Local _____

Situação Militar _____ Certificado n.º _____

Título Eleitoral n.º _____ Zona Eleitoral _____

Carteira de Identidade n.º _____ Expedida por _____

Requerimento a Matrícula na _____ Série do _____ Grau, aceitando as disposições expressas no Requerimento Escolar da _____ e assumindo a responsabilidade de qualquer espécie pela autenticidade dos documentos entregues com o presente requerimento.

Maracaju, 21 de *junho* de 1976.

Secretaria

Assinatura do Requerente

Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

As informações exigidas para o ingresso do aluno na escola eram o nome, data de nascimento, idade, endereço e até mesmo dados eleitorais (pelo fato de este campo não estar preenchido não sabemos se era dos pais ou do próprio aluno em sendo maior de idade). Tal tipo de fonte, caso fosse encontrado em grande quantidade, serviriam para se traçar um quadro da escola em relação às pessoas que nela estudaram, porém, isto não foi possível.

A partir do momento que buscamos relatar sobre o ingresso dos alunos na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, devemos ter a noção de idade desses alunos, pois para ingressar em uma escola de 1º grau a idade destes alunos era de 7 a 10 anos, da 1º à 4º série e de 11 a 14 anos, da 5º à 8 série, conforme aparece na Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), como tratamos no início da seção, aspecto que é também explicado por Souza (2008):

Entre as modificações mais importantes instituídas pela reforma de 1971 podemos assinalar a extensão da escolaridade obrigatória e a tentativa de eliminação da dualidade do ensino educacional mediante a implantação de uma escola única de 1 e 2 graus. Neste sentido, o ensino de primeiro grau passou a ter duração de oito anos letivos, sendo obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade. Dessa maneira atendia ao disposto da Constituição de 1967, eliminando pelo menos formalmente, a concepção de ensino primário e ginásial, substituindo-a por uma escola integrada de educação fundamental. (SOUZA, 2008, p. 267).

Neste caso, para cada etapa de ensino (1º grau ou 2º grau) os alunos deveriam apresentar idades que se enquadrassem dentro da obrigatoriedade da escola. Entretanto, relativizamos isto na medida que, conforme observamos no requerimento de matrícula, a aluna ingressante no 1º Grau já tinha dez anos, o que nos leva a acreditar que as crianças ou adolescentes sendo maiores do que a idade determinada em lei, a escola as aceitava para cumprir a determinação de acesso da educação a todos os cidadãos brasileiros.

Além do preenchimento do requerimento de matrícula, o aluno deveria apresentar um atestado de sanidade física e mental, como a Fotografia 14 nos mostra.

Fotografia 14 – Atestado de sanidade física e mental para ingresso na escola em 1976

REQUERIMENTO DE MATRICULA

Atestado de sanidade física e mental

Atesto para os devidos fins que:
Waleguina de Castro Teodoro.
foi por mim examinada e não sofre de nenhuma
doença infecta contagiosa ou mental.

Nº: 20/01/76

Março, 21 de Janeiro de 1976.

Secretaria

Assento ou Responsável

Fernandes
 Nascimento *1º* Turno *mat.*
Teodoro
 Nacionalidade *Brasileira*
 Endereço *Av. João*
na Avenida de Castro -
ader
ura
ética
a
as

Local _____
 Certificado n.º _____
 Zona Eleitoral _____
 Expedida por _____
 Série do _____ Grau, aceitando as _____

ando a responsabilidade de qualquer espécie pela
 requerimento.

Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Pelo que se lê no laudo, podemos inferir o fato de que, naquele período, para o aluno frequentar a Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, ele deveria estar “íntegro” em suas capacidades físicas e mentais⁸. O documento informa o seguinte:

Quadro 2 – Detalhamento da Fotografia 14

Atestado de sanidade física e mental

Atesto para devidos fins que [nome da aluna] foi por mim examinada e não sofre de nenhuma doença infecta contagiosa ou mental.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

⁸Para que se entenda a solicitação deste atestado “de que o portador não sofria nenhuma afecção física ou mental” deve-se levar em consideração o período em que foi realizado, em 1976. A declaração de Salamanca, tida para muitos como o marco zero dos processos de inclusão social e educacional, data de 1994, do qual o Brasil foi signatário. O documento em discussão apenas cumpria uma linha de pensamento que só começou a ser alterada dezoito anos mais tarde.

Conforme notamos, há uma negativa médica em relação a alguma possível doença infectocontagiosa ou mental por parte da aluna, o que nos leva a conceber que o documento se fez necessário por causa de uma determinação da lei de que quando o aluno estivesse “atrasado”, isto é, houvesse uma distorção série-idade, sua entrada na escola deveria ter o crivo de que ele deveria “receber um tratamento especial”:

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971, n.p.).

Entendemos que a necessidade de se apresentar um laudo médico, mesmo no caso em que apenas se tinha uma distorção idade-série, faz parte de um conjunto de práticas de “medicalização” que se fortaleceu durante o século XX. A educação escolarizada, por ser um dos elementos que passaram a fazer parte da vida das crianças e jovens, também incluiu essa questão como pauta. Assim, a legislação foi atravessada por essa necessidade de “medicalizar” os alunos, ou seja, passou-se a pensar a escola na dimensão patológica e social.

A respeito da medicalização da infância, Brzozowski e Caponi (2013) fazem síntese do movimento em que a determinação da legislação a respeito de dar um tratamento distinto aos “deficientes” ou com distorção idade-série:

O processo de medicalização está diretamente ligado ao que é considerado um desvio social e ao controle social. Ao mesmo tempo em que a área da saúde foi entrando na vida familiar e escolar, a Medicina foi assumindo o papel de agente de normalização dos desvios, ficando responsável por comportamentos que até então eram da esfera de outras instituições, tais como aprendizagem [...]. Em outras palavras, certas condutas [...] foram incorporadas ao campo médico em uma tentativa de resolução de problemas e de normalização dessas condutas. (BRZOZOWSKI; CAPONI, 2013, p. 211).

As autoras apontadas ainda tratam sobre o papel do Estado ao fazer certas distinções. Para elas, ao dotar a medicina de poder para definir algum aluno, de alguma forma o Estado se retiraria da vida dessas pessoas, pois os problemas de aprendizagem não seriam como que uma questão pedagógica, mas uma condição natural do indivíduo. Assim, até mesmo aquele que apresenta uma distorção idade-série estaria implicado nesse meio. As autoras apontam o seguinte sobre o tema:

Com a medicalização, questões sociais tornam-se biológicas, o que naturaliza a vida e todos os processos sociais nela envolvidos. Dessa forma, explica-se

um quadro complexo, que envolve questões psicológicas e sociais, apenas por meio do desequilíbrio de um ou mais neurotransmissores no cérebro. Dentro desse formato explicativo, as instâncias de poder podem facilmente ser isentas de algumas responsabilidades, tais como diminuir as desigualdades sociais ou oferecer um ensino de qualidade, que respeite as individualidades, já que os problemas estão no âmbito de doenças neurológicas, tratáveis com medicamentos. (BRZOZOWSKI; CAPONI, 2013, p. 217).

Como observamos, a “Unidade Sanitária 2”, carimbada no atestado, era uma farmácia que havia em Maracaju, local em que um agente de saúde, na ausência do médico itinerante, despachava e assinava os documentos, que eram levados para a escola para a efetivação da matrícula. Esta farmácia foi implantada por João Pedro Fernandes (farmacêutico), que dá nome à instituição aqui investigada.

Em um outro documento, uma ficha de matrícula da aluna datada de 1977, podemos visualizar algumas informações necessárias para as matrículas dos estudantes na instituição Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes. Chama a atenção o aspecto de que a ficha já é outra, bem diferente daquela utilizada quando do requerimento de ingresso no ano anterior:

Fotografia 15 – Ficha de matrícula da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes em 1977

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
DREC de Divinópolis

FICHA DE MATRICULA - HT 23

ESTAB. EDUCANTE: Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes - 1977

SEXO: F NOME DO ALUNO: Aluna NOME DO PAI: João Pedro Fernandes NOME DO MÃE: Aluna

ENDEREÇO: Av. ... CIDADE: Divinópolis ESTADO: MG

NACIONALIDADE: Brasileira DATA NASC.: 14/11/1968

SITUAÇÃO DE ESCOLARIDADE

TRANSFERIDO: ☐ SÉRIE: ☐ ANO: ☐ MATRICULA DE: ☐ REPROVADO: ☐ VESTIBULAR: ☐ HABILITADO: ☐ TÍTULO EM: ☐ ALUNO EM: ☐ TÍTULO EM: ☐ ALUNO EM: ☐ TÍTULO EM: ☐ ALUNO EM: ☐

DOCUMENTOS APRESENTADOS

☐ CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO CANDIDATO ☐ CARTÃO PROPOSTO MTS ☐ ATESTADO DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL ☐ FOTOGRAFIA (2) ☐ TÍTULO DE ELEITOR ☐ DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR ☐ DOCUMENTO COMPROBATÓRIO NA VIDA ESCOLAR ANTERIOR

DADOS E RESIDENTES FAMILIAR

FILIAÇÃO: PAI: João Pedro Fernandes MÃE: Aluna PROFISSÃO: Divinópolis

RENDAS: PAI: 400 MÃE: 400 CARTEIRA: PROTEÇÃO

TOTAL DA RENDA FAMILIAR: 800 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES: 0

DEPENDENTES

NÚMERO DE DEPENDENTES: 0 QUE ESTUDAM: 0 QUE NÃO ESTUDAM: 0

CONTRIBUIÇÃO

PAGARÉ: 0 CAUSA ESCOLAR: 0 ANUIDADE: 0

IDENTO: 0 MOTIVO DA ISENÇÃO: 0

ASSINATURAS

ASS. DO ALUNO DO RESPONSÁVEL: João Pedro Fernandes ASS. DE QUEM PREENCHEU A FICHA: Aluna

VISTO DO SECRETÁRIO: 04/12/77 LOCAL: Divinópolis DATA: 04/12/77

Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Notamos que o modelo de documento era bem diferente do ano anterior, sendo agora mais completo, com informações que buscavam examinar vários aspectos pessoais dos estudantes. Nesta ficha de matrícula para a segunda série do 1º grau, destinada a todas as escolas (porque era uma ficha em que era necessário completar uma linha com o nome da escola) interroga-se no primeiro campo de informações dados como nome do aluno, endereço, naturalidade, nacionalidade e data de nascimento.

No segundo campo do documento, buscava-se saber a situação de escolaridade, se era ou não transferido de uma outra instituição, se era aluno novo na escola em que a matrícula estava sendo feita, a série e qual grau de ensino (primeira a quarta do 1º grau ou quinta a oitava série do 2º grau) e o período de estudo (matutino, vespertino ou noturno). Este campo tinha ainda outros elementos para serem preenchidos, especificamente para alunos do 2º grau, como se o aluno cursaria alguma habilitação, técnico ou auxiliar.

No campo abaixo, destinado à indicação de quais documentos haviam sido apresentados no ato da matrícula, tem-se: certidão de nascimento ou casamento, prova de cumprimento das obrigações militares, atestado de sanidade física e mental, título de eleitor, documento comprobatório da vida escolar, carteira profissional, fotografia e declaração de empregador. Pelo fato de a estudante a que se refere o documento já ter sido aluna no ano anterior, acreditamos que não precisou apresentar outros documentos, por isso registrou-se como apresentado por ela apenas o primeiro.

No quarto campo parece mais ser uma inspeção da vida pessoal. Buscava-se saber quem eram os pais responsáveis pela criança. No caso da aluna a que pertence a ficha, o pai era lavrador e a mãe era dona de casa, conforme declaram nesses e nos demais documentos de matrícula. Interessante observar que há toda uma inspeção da vida alheia, inclusive questionando qual a renda mensal da família, como se isso fosse decisivo na matrícula, conforme positivamente foi constatado no quinto campo a ser preenchido, pois pela quantia total ganha não foi preciso dar uma “contribuição” para o Caixa Escolar, pois a família foi então marcada como Baixa Renda, por isso a aluna foi isenta.

De acordo com a ficha de matrícula, a família da aluna que estava sendo matriculada tinha renda de 602,40 Cr\$ (cruzeiros), o que era um valor pouco superior ao salário mínimo vigente da época que conforme o Decreto nº 75679, de 29 de abril de 1975 (BRASIL, 1975), era de 532,80 Cr\$ (cruzeiros). Além de o salário ser muito baixo, e somente obtido pelo pai, a aluna em questão tinha mais 4 irmãos com menos de sete anos, o que demonstra as condições precárias e de vulnerabilidade pela qual esta aluna e possivelmente outros alunos da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes passavam.

Em sua pesquisa, Monteiro (2011) identificou que a prática de cobrança de uma taxa era oriunda da Portaria nº 549, de 18 de maio de 1971, em que o Secretário de Educação e Cultura do Estado do Mato Grosso, Joaquim Alfredo Soares Vianna, determinou para todas as escolas do estado sobre a cobrança do Caixa Escolar e também indicou limitações sobre ela:

Considerando o interesse do Governo Estadual em regularizar o pagamento da Caixa Escolar nos estabelecimentos de ensino, resolve:

I – Recomendar que todos os Estabelecimentos de Ensino do Estado que estejam cobrando a Caixa Escolar para atendimento de suas despesas internas, continuem a fazê-lo, a título precário, observadas, porém, as seguintes condições

- a) que a Caixa Escolar em funcionamento receba a autorização do Delegado Regional de Ensino da Região;
- b) que o valor da Caixa Escolar seja arbitrado, tendo em vista as peculiaridades do estabelecimento, ficando isentos os alunos reconhecidamente pobres;
- c) que seja instituído o sistema de livro Caixa, para a devida escrituração contábil. (Arquivo da DRE/Dourados. CDR-UFGD apud MONTEIRO, 2011, p. 190).

De acordo ainda com Monteiro (2011), no ano seguinte houve a regulamentação da Portaria em questão, por meio determinando que apenas os declarados pobres (que eram os que recebiam menos de um salário mínimo da época) estariam isentos da cobrança.

Essa taxa de contribuição que hoje é proibida por lei em todo o território nacional foi extinta no estado de Mato Grosso uma década depois, por meio da Lei nº 4.986, de 7 de maio de 1986 (MATO GROSSO, 1986), enquanto no Mato Grosso do Sul somente foi exigido por intermédio da Lei nº 10.875, de 11 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996b).

Para encerrar a ficha de matrícula algumas pessoas tinham um campo específico para inserir a sua assinatura: o aluno ou seu responsável, o(a) secretário(a) da escola, a pessoa que preencheu a ficha (que pela diferença da assinatura era algum outro funcionário da escola) e o diretor da instituição.

Na ficha de matrícula do ano de 1978, as informações requeridas não mudaram, apenas a disposição da folha, agora na horizontal. Por outro lado, é possível ver que o pai da estudante informava um outro rendimento, agora de 1000,00 cruzeiros (Cr\$), ainda assim foi isento daquela taxa de contribuição com o Caixa Escolar, porque na data da matrícula o salário mínimo vigente era referente ao ano de 1977, portanto, equivalia a 1.106,46 cruzeiros (Cr\$). Ainda mais porque a taxa de inflação era muito alta no período.

Fotografia 16 – Ficha de matrícula da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes em 1977

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
D. R. E. C.

FICHA DE MATRÍCULA Nº 129

ENSINO ☐ REGULAR ☒ ESPECIAL ☐

ESTABELECIMENTO Esc. Est. de 1º Grau João Fernandes CÓDIGO POSTAL 79 150

ENDEREÇO Rua - Guia Lopes - 224 ENT. MANTENEDORA Estado BARRIO Centro

MUNICÍPIO Maracaju DISTRITO Maracaju LOCALIZAÇÃO: URBANA ☒ RURAL ☐ DATA DA MATRÍCULA 21/02/78

NOME DO ALUNO Walter de Almeida Castro Teodoro ENDEREÇO DO ALUNO Rua: Pereira de Melo - 868

SEXO Fem. NACIONALIDADE Brasileira NATURALIDADE Maracaju DATA DE NASCIMENTO 11/11/1965 ESTADO MT

TRANSFÉREDO: SÉRIE ☐ GRAU ☐ ALUNO NOVO NA SÉRIE: SIM ☐ NÃO ☒ MATRÍCULA - SE NA: ☒ SÉRIE DO: ☐ GRAU

MATUTINO ☐ VESPERTINO ☐ NOTURNO ☐ TÉCNICO EM ☐ HABILITAÇÕES: AUXILIAR EM ☐ HABILITAÇÃO BÁSICA EM ☐

APROVADO ☒ REPETENTE ☐ ESTUDAVA: NESTA ESCOLA ☒ EM OUTRA ESCOLA ☐ ANDA NÃO ESTUDAVA ☐

DOCUMENTOS APRESENTADOS: CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO ☒ HISTÓRICO ESCOLAR ☐ DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR ☐
CARTEIRA PROFISSIONAL MTPS ☐ FICHA DE TRANSFERÊNCIA ☐ CERTIFICADO DE RESERVA ☐
TÍTULO DE ELEITOR ☐ FOTOGRAFIA (2) ☐

FILIAÇÃO: PAI Walter de Almeida Castro Teodoro PROFISSÃO PAI Empregador
MÃE Ana Aparecida de Castro Teodoro MÃE doméstica

RENDAS: PAI Cr\$ 1.000,00 OUTRAS RENDAS Cr\$ — CARTEIRA PROFISSIONAL PAI —
MÃE Cr\$ — TOTAL RENDA FAMILIAR Cr\$ 1.000,00 MÃE —

DEPENDENTES: COM MENOS DE 7 ANOS ☐ ENTRE 7 e 14 ANOS ☐ MAIS DE 14 ANOS ☐ QUE ESTUDAM ☐ QUE NÃO ESTUDAM ☐

CONTRIBUIÇÃO: PAGARÁ Cr\$ — ISENTO ☒ MOTIVO DA ISENÇÃO Isenção - renda

ASS. DO ALUNO OU RESPONSÁVEL Walter de Almeida Castro Teodoro VISTO DO DIRETOR —
ASS. DE QUEM PREENCHEU A FICHA — VISTO DO SECRETÁRIO —

PR VIA ESCOLA PR VIA DREC

Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Com esse levantamento e acesso a informações podemos ter noção de como funcionou o ingresso na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes no período delimitado para a pesquisa. Apontamos primeiro sobre as modificações breves que determinaram a existência dos documentos localizados (as fichas e requerimento de matrícula). Pois antes da promulgação da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) era necessário que os alunos fizessem um exame de admissão, que era considerado de difícil acesso e elitizado.

A Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) não só eliminou o gargalo do exame da admissão, porém ao entender como fundamental estes, inicialmente, oito anos, estabeleceu uma reorganização tanto pedagógica, que exigia dos professores uma maior qualificação, quanto espacial em uma reorganização do espaço escolar. Esta reorganização do sistema de educação tinha como objetivo a remontagem das finalidades da escolarização. A ênfase foi a obrigatoriedade da qualificação profissional para todas as instituições, fossem públicas ou privadas. A respeito da finalidade, a legislação vigente apontava o seguinte:

Art. 1º. O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971, n.p.).

Esta legislação era uma resposta às necessidades de uma melhoria e especialização da mão de obra diante do desafio de um país que pretendia estabelecer um parque industrial pujante, necessidade foi apontada pelo acordo MEC-USAID, delineado na gestão do governo do Garrastazu Médici. Os Acordos MEC-USAID (Ministério de Educação e Cultura/ United States Agency Internacional for Development) eram investimentos desde o ensino primário até o superior, em materiais, treinamentos de professores, produção e veiculação de livros didáticos, entre outras propostas para o desenvolvimento do país em termos educacionais.

Apesar de não termos localizado muitos documentos nos quais pudéssemos visualizar qual foi exatamente as práticas adotadas pela Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes durante os anos de 1974 a 1991, acreditamos que ela seguiu mais ou menos o padrão adotado por outras escolas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (a partir de 1977).

Silva (2019), ao analisar a formação da Escola Municipal de 1º Grau Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis-MS, que teve origem parecida com a de Maracaju e com o recorte temporal de 1973 a 1988, afirma que:

[...] essa escola foi criada e, também, posta em funcionamento durante o regime militar no Brasil e em Mato Grosso para atender aos filhos dos pequenos proprietários rurais e dos seus funcionários, tendo como professores, no seu início, docentes habilitados no Curso de Magistério, e outros ainda em fase de formação nesse curso. Como resultado, considera-se que a criação dessa escola teve um papel relevante frente à escolarização de crianças, jovens e adultos moradores dessa localidade, uma vez que, a instalação de uma instituição dessa natureza já era almejada há muitos anos pela população local. (SILVA, 2019, p. 9).

Diante da afirmação acima, lembramos que o pai da aluna a que se refere a documentação analisada trabalhava como lavrador, enquanto a mãe era dona de casa. Isto leva-nos a constatar que a escola recebia alunos pobres e fornece-nos elementos para pensar o perfil socioeconômico do público.

Diante desses resultados, inferimos que houve certa facilitação de acesso à escola a partir de 1971 por causa da exclusão do exame admissional como critério de entrada. Percebemos que para os alunos ingressarem na instituição era necessário apresentar um laudo médico, sendo esta determinação posta na legislação, que indicava que as crianças ou adolescentes com alguma deficiência ou em distorção idade-série deveriam ter uma atenção diferenciada. Além disso, todo o ingresso era feito mediante uma sondagem do perfil socioeconômico do estudante, sobretudo em relação à renda familiar, porque, caso tivesse renda suficiente, deveria contribuir com uma taxa destinada ao Caixa Escolar, prática que foi extinta alguns anos depois conforme a própria legislação estadual.

3.2 O currículo e suas implicações educacionais na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes

A análise do currículo escolar, considerando as fontes de pesquisa acessadas e os “rastros” da história, nos permitem ter uma ideia sobre as práticas educacionais da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes no contexto do recorte temporal da pesquisa (1974 a 1991). Para o historiador italiano Carlos Guinzburg (2007), a história é feita de marcas feitas pelos homens no curso de suas ações, e, por isso, cabe ao historiador reconstruir uma narrativa que dê conta de unir ponto a ponto desses rastros, as marcas deixadas pelas pessoas.

De acordo com este mesmo autor, cabe ao historiador criar uma narrativa que alcance uma verdade sobre os fatos, ainda que esta seja limitada e ao mesmo tempo passível de crítica. Assim, ele aponta que “[...] o verdadeiro é um ponto de chegada, não de partida [...]” (GUINZBURG, 2007, p 14), justamente porque o historiador se utiliza de documentos que não são a verdade dos fatos, mas são resultados dos sentidos que o historiador dá a eles. Nesse sentido, cabe-nos “[...] destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GUINZBURG, 2007, p 14).

Por que estudar o currículo do ponto de vista da história da educação? Um currículo é a operacionalização de uma determinada Política Educacional, a escolha do que, quando e como transmitir as informações que foram o universo de dados escolares reflete de maneira inequívoca a proposta política proposta por instancias superiores. O currículo é também o meio pelo qual a instituição determina suas práticas e prescreve os tipos de estudantes que se deseja formar. Goodson (1997, p. 17, sic) afirma que o currículo escolar “[...] é um artefacto social concebido para realizar determinados objectivos humanos [...]” e ainda que “[...] o currículo escrito é o testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares” (GOODSON, 1997, p. 20).

Partindo da importância de se estudar o currículo e as disciplinas que o compõem é que nos dedicamos a investigar qual era o currículo em voga no período e discutir as motivações e finalidades dessa organização, bem como sua aplicação na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes.

Em 1974, a instituição que antes tinha o nome de passou a integrar a Rede Estadual de Educação e em consonância ao Decreto nº 2.049/1974 (MATO GROSSO, 1974) passou a se denominar Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes.

Saraiva (1984, p. 20 apud Santos, 2014, p. 152) identificou a síntese do relatório do grupo de que produziu esta reforma, indicando que as bases sobre as quais o ensino de 1º grau se assentaria seriam as seguintes:

- Integração do ensino primário e médio dentro de objetivos comuns por meio de processos adequados às idades sucessivas;
- A integração do ensino fundamental no meio físico e social, assegurando a plenitude da formação humana;
- Compreensão da realidade – trabalho entre os problemas comuns do meio e do homem, a partir das últimas séries do ensino primário e ao longo do ginásio, sem caráter profissionalizante, mas como exploração e estímulo das vocações e como processo de objetivação dos problemas sociais e econômicos que envolvem o educando. (SARAIVA, 1984, p. 20 apud SANTOS, 2014, p. 152).

A reforma tinha como preocupação central a preparação do sujeito desde a mais tenra idade para atuar não apenas na vida social, mas também para ser preparada para o trabalho, pois naquele período iniciava-se uma tentativa de desenvolvimento do país, creditando à educação o papel de qualificação de mão de obra.

A carga horária mínima 720 horas de atividades anuais implicou na organização curricular, em comparação ao que era no modelo educacional anterior. O modelo instituído com a legislação objetivava um ensino que “[...] envolvesse e integrasse o desenvolvimento tecnológico, bem como integrá-los [os alunos] de forma produtiva e isto compunha, conforme descrito no artigo 4º da Lei um Núcleo Comum, para atender às particularidades e especificidades de cada região e principalmente de cada indivíduo” (BRASIL, 1971, n.p.).

Santos (2014) chama a atenção para o fato de que a legislação não fazia uma separação entre os termos currículo e disciplina. A propósito deste primeiro, a autora aponta:

O chamado “currículo pleno” era formado a partir das grandes linhas de matérias que constituíam o núcleo comum (respeitando a indicação do Conselho Federal de Educação quanto às disciplinas obrigatórias na composição das matérias) acrescido da parte diversificada, conforme diretrizes dos Conselhos Estaduais de Educação e pelos planos de estudo do estabelecimento de ensino, cujos conteúdos eram selecionados pela equipe de professores de acordo com as especificidades do ambiente escolar. Podemos observar uma certa flexibilidade na proposta da lei, uma vez que a escolha dos conteúdos ocorria na escola e o currículo apresentava uma configuração própria, conforme o estabelecimento de ensino. A análise dos dispositivos da lei permite-nos também apontar a presença de um indicativo de que a aprendizagem não se restringia apenas à aquisição de conhecimentos, mas promovia um processo que englobava habilidades, atitudes e criatividade. (SANTOS, 2014, p. 156).

Já em relação ao termo disciplina, aponta que:

[...] o termo “matéria” não tem o mesmo sentido do termo “disciplina”, porquanto a ideia de “matéria” corresponde a um recorte constituído por algumas disciplinas, algo que se vai configurar a partir da forma que receba. Nesse sentido, a matéria é mutável e pode adquirir formas distintas, conforme os conteúdos selecionados nos diferentes níveis de atividades, área de estudo e disciplinas. A perspectiva da lei prevê que o conhecimento apresente-se com formas distintas em cada nível, de modo a atender às necessidades de aprendizagem (SANTOS, 2014, p. 157).

A Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), a propósito do currículo do ensino de 1º e 2º graus, estabeleceu “[...] um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais; aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos” (BRASIL, 1971, p. 59), inclusive possibilitando a cada estado realizar as modificações conforme as demandas e especificidades que tinha, o que realmente ocorreu em Mato Grosso.

Santos (2014, p. 161) esclarece que, nas primeiras séries do 1º grau, os conteúdos propostos estavam “[...] relacionados à experiência e à prática, trabalhados em situações concretas de aprendizagem, em exercícios que despertassem a curiosidade do aluno para a investigação, fornecendo assim os elementos básicos para o método científico”. Já nas séries finais, “[...] a proposta era de integração dos conteúdos das disciplinas organizadas por áreas de estudo. Nessa concepção, os conhecimentos das disciplinas estão presentes, mas o conteúdo sistemático da disciplina só aparece no segundo grau” (SANTOS, 2014, p. 162).

A autora apresenta uma figura, extraída do parecer que deu base à reforma, em que esta proposta de divisão e entrelaçamento entre as disciplinas é resumida:

Figura 2 – Síntese do programa de ensino de 1º grau



Fonte: Santos (2014)

Este aspecto foi por nós observado em um histórico escolar localizado na instituição, pertencente a uma aluna que lá estudou durante todo o 1º Grau. Importante ressaltar que apesar de a Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) apontar que a idade para entrada no 1º grau deveria ser sete anos, a aluna entrou nesta fase da escolarização aos 10 anos.

Fotografia 17 – Histórico Escolar de uma estudante da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes (1979)

HISTÓRICO ESCOLAR
1.º Grau – Nível I e IV Série

Estabelecimento: Eco. Est. de 1º G. João Fernandes Local: Maracaju - MS
Endereço: R/ Antonio Jose Ferreira - 91
Decreto de criação n.º: 2.049
Autorização n.º: 04/76

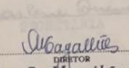
Aluno: Walquiria Aparecida de Castro Teodoro
e Ana Aparecida de Castro Teodoro
Filiação: Walfrido Teodoro Cidade: Maracaju Estado: M.S.
Data de Nascimento: 17/10/65

NÚCLEO COMUM

SÉRIES	Com. e Expressão	Int. Social	Iniciação às Ciências	Avaliação Anual	Resultado Final AP ou RP
1ª Série	8,1	8,0	8,1	8,0	AP.
Eco. Est. 1º G. João Fernandes	Maracaju - MS	1.976			
2ª Série	6,0	7,0	6,0	6,0	AP.
Eco. Est. 1º G. João Fernandes	Maracaju - MS	1.977			
3ª Série	A T I V I D A D E S	X.X.X.X.X.X.X.X.X.X	5,0	AP.	
Eco. Est. 1º G. João Fernandes	Maracaju - MS	1.978			
4ª Série	A T I V I D A D E S	X.X.X.X.X.X.X.X.X.X	5,5	AP.	
Eco. Est. 1º G. João Fernandes	Maracaju - MS	1.979			

Observações: Carga horária 1.976 - 720 hs.
1.977 - 720 hs.
1.978 - 732 hs.
1.979 - 732 hs.

Maracaju, 11 de Dezembro de 1979


 Olga R. Magalhães
 Diretora
 Aut. 870/79


 Rubens
 SECRETARIO
 Aut/sguard.

Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Conforme se observa na fotografia acima, o currículo do ensino de 1º Grau da escola possuía um Núcleo Comum, que era organizado por três matérias: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. Estas, por sua vez, possuíam conteúdos específicos que eram em parte definidos pelo Conselho Federal de Educação e o estabelecimento de ensino poderia escolher outras “disciplinas” para comporem seu programa de ensino, com carga horária delimitada. Apesar de não termos localizado nenhum documento na escola a partir do qual pudéssemos visualizar qual foi exatamente o currículo adotado pela Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes durante os anos de 1974 a 1991.

Diante das informações coletadas na legislação e dialogando com pesquisa sobre o tema, podemos apontar que o currículo dessa escola foi assim organizado: em Comunicação e Expressão havia os conteúdos de Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física; na matéria Integração Social os conteúdos eram Geografia, História, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Ensino Religioso, sendo este de oferta obrigatória, mas facultativa aos alunos; e em Iniciação às Ciências havia os conteúdos de Matemática, Ciências e Programas de Saúde (BRASIL, 1971).

O quadro abaixo, extraído de Silva (2019), nos ajuda a visualizar como era o currículo na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, visto que as instituições do estado de Mato Grosso seguiram os mesmos moldes:

Quadro 3 – Currículo do 1º Grau com a Lei nº 5.692/1971

Camadas	Matérias	Conteúdos específicos	Carga Horária			
			1ªSérie	2ªSérie	3ªSérie	4ªSérie
Núcleo Comum artigo 7º da Lei nº 5.692/1971	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física	360	360	288	288
	Integração Social	História Geografia Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil Ensino Religioso	180	180	216	216
	Iniciação às Ciências	Matemática Ciências Programa de Saúde	180	180	216	216
	Total de Hora Anual		720	720	720	720

Fonte: Silva (2019)

Observamos que as horas destinadas para cada bloco de matérias era diferente em cada série do 1º Grau. Por exemplo, na 1ª e 2ª série, as horas de aula eram iguais e o mesmo acontecia com a 3ª e 4ª série. As principais matérias eram de Comunicação e Expressão, e, por isso, tinham maior carga horária durante os quatro anos. Ao contrário das outras matérias, nesta, a carga horária diminuía na 3ª e 4ª série, passando de 360 horas para 288 horas. Nas demais matérias,

Integração Social e Iniciação às Ciências, às duas primeiras séries do 1º Grau destinava-se 180 horas, e nas outras duas séries aumentava-se a carga para 216 horas.

Nos primeiros parágrafos sobre as determinações de currículo, a Lei apontava:

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos (BRASIL, 1971, n.p.)

Apesar de haver um currículo de caráter comum a todos e em todo o território nacional, tinha-se uma preocupação em oferecer também um ensino diferenciado para atender as particularidades locais e ainda mais para abranger as diferenças entre os públicos de estudantes que também variavam a depender da região em que estavam.

O artigo 4º possuía alguns parágrafos que davam aos conselhos de educação o poder de determinar como se deveria proceder em relação ao currículo, por isso indicava-se:

§ 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de materiais relacionadas de acordo com o inciso anterior (BRASIL, 1971, n.p.).

Como se observa, o currículo não era fechado, mas ele podia ser moldado de acordo com as realidades do lugar e do público ao qual ele seria destinado. Conforme Souza (2008, p. 271), “O núcleo comum reforçava as tendências de simplificação do currículo da escolarização básica circunscrevendo-o ao mínimo necessário para o indivíduo adaptar-se às exigências da sociedade urbano-industrial e tecnológica”.

É possível observar que maior ênfase era dada à matéria Comunicação e Expressão, que abrangia os conteúdos relacionados ao ensino da Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física, pois era compreendida como matriz da boa civilidade e necessária para o homem que se pretendia culto. Ou seja, considerava-se que a partir desses conteúdos os alunos poderiam ter uma formação mais sólida, baseada nas letras e na literatura, bem como nas artes, além da boa formação de seu físico/corpo (SOUZA, 2008).

Tinha destaque no programa do núcleo comum a língua portuguesa, cujo ensino foi assim determinado pela Lei nº 5.692/1971: “§2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relêvo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira” (BRASIL, 1971, n.p.). De acordo com Souza (2008, p. 271), a língua portuguesa, naquele momento, era encarada “[...] como instrumento por excelência de comunicação, deslocando o eixo de aquisição da norma culta para o uso instrumental e cotidiano da língua, tendo em vista a predominância dos meios de comunicação de massa”, ou seja, desejava-se ensinar a língua pátria como forma de enfatizar a cultura nacional mesmo que se estava reconhecendo que os veículos de comunicação mudariam essa cultura.

Diferentemente das informações que obtivemos, um histórico escolar com informações sumárias sobre o ano escolar e um boletim, o quadro anterior nos ajuda a entender como se organizava o currículo de 1º Grau na época. Os números de horas anuais dispostos equivalem àquelas das informações que localizamos nos primeiros documentos no que tange ao tempo de aula que deveria ser ofertado às crianças. Ainda observamos que a nota obtida era a soma da nota dos conteúdos que compunham cada matéria.

A respeito dessa organização curricular, e possivelmente adotada pela Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, Santos (2014) faz uma interessante reflexão, a qual é útil por nos ajudar a compreender visualizar o contexto no qual a instituição esteve inserida no período e adotou como regulador das práticas educativas:

Consideramos importante observar que a Lei n. 5.692 distinguia claramente o sentido de matéria e de currículo. Nessa proposta não ficava estabelecido um programa de ensino, que seria construído nas escolas. O chamado “currículo pleno” era formado a partir das grandes linhas de matérias que constituíam o núcleo comum [Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências] (respeitando a indicação do Conselho Federal de Educação quanto às disciplinas obrigatórias na composição das matérias) acrescido da parte diversificada, conforme diretrizes dos Conselhos Estaduais de Educação e pelos planos de estudo do estabelecimento de ensino, cujos conteúdos eram selecionados pela equipe de professores de acordo com as especificidades do ambiente escolar. Podemos observar uma certa flexibilidade na proposta da lei, uma vez que a escolha dos conteúdos ocorria na escola e o currículo apresentava uma configuração própria, conforme o estabelecimento de ensino. A análise dos dispositivos da lei permite-nos também apontar a presença de um indicativo de que a aprendizagem não se restringia apenas à aquisição de conhecimentos, mas promovia um processo que englobava habilidades, atitudes e criatividade. (SANTOS, 2014, p. 156).

De acordo com a afirmação de Santos (2014), entendemos que as escolas adotavam um currículo comum, e, diante da realidade local compunham um currículo específico, com a

finalidade de não apenas oferecer conhecimentos escolares, mas também “habilidades, atitudes e criatividade”, o que de certo modo acaba contrastando com o momento vivido, marcado por uma ditadura.

Recorrendo à legislação, podemos ponderar que o ensino de 1º grau tinha em sua base os seguintes critérios:

- a) Em Comunicação e expressão, ao cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico, psíquico e espiritual, ressaltando-se a Língua Portuguesa, como expressão da Cultura Brasileira;
- b) Nos Estudos Sociais, ao ajustamento crescente do educando ao meio cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver, como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento;
- c) Nas Ciências, ao desenvolvimento do pensamento lógico e à vivência do método científico e de suas aplicações. (BRASIL, 1971c, p. 171).

Além do modo de organização dos conteúdos, as professoras depoentes declararam que não se lembravam se havia da separação entre as disciplinas, o que pode estar ligado ao fato dessa organização curricular ser em três grandes eixos. Ou seja, o ensino não tinha separação tal como se houve a partir dos anos de 1996 com a reforma (BRASIL, 1996).

Conforme comentamos anteriormente, a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) delegava que outras disciplinas deveriam fazer parte do currículo. No artigo 7º foi determinado que:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969.

Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus. (BRASIL, 1971).

De acordo com Souza (2008, p. 272), ao instituir essas disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde para o 1º grau, estava-se buscando promover “[...] a transmissão de valores morais, cívico-patrióticos e para a inculcação da ideologia política do regime militar”.

Por isso, ainda conforme a mesma autora, em todas as localidades viu-se expandir os eventos destinados a fazer essas reverências ao governo ou à nação por meio de hasteamentos de bandeiras, desfiles cívicos e práticas esportivas. Talvez por isso deu-se tanta ênfase ao esporte e positivou-se tanto a Educação Física, pois, por meio do esporte, seria possível formar

peessoas fortes e que representassem o país em competições internacionais. De acordo com Souza (2008, p. 289), buscava-se investir na “[...] formação do cidadão com qualidades de um campeão olímpico, à altura da grande nação e do povo brasileiro”. Nesse sentido, estava-se “[...] atribuindo à disciplina a responsabilidade de divulgar para o mundo o ‘Brasil Grande’” (SOUZA, 2008, p. 289).

No que tange à determinação de ensino religioso como conteúdo específico, sendo facultativo às crianças, ressaltamos que era ofertado porque o poder público tinha fortes vínculos com a igreja católica (SOUZA, 2008). Nesse sentido, reafirmamos o fato de que o currículo é construído por meio do poder que algumas instituições têm e de acordo com a cultura de determinado contexto histórico e geográfico. Sousa (2008) ainda comenta que os Programas de Saúde “[...] substituíam as preocupações antigas com a higiene, inserindo no currículo demandas sociais relacionadas aos cuidados com o corpo” (SOUZA, 2008, p. 288).

Merece atenção ainda a disciplina de Educação Artística, naquele contexto de ditadura militar, ainda que fosse uma “[...] área historicamente ligada ao exercício da liberdade e da expressão criadora, deveria manter-se sob controle, tornar-se um instrumento a favor da conservação e dos objetivos desenvolvimentistas apregoados pela ditadura militar” (SUBTIL, 2012, p. 127). Segundo Subtil (2012), a obrigatoriedade da Educação Artística na Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) tinha como princípio o desenvolvimento individual dos educandos, mas tinha o tecnicismo como princípio.

No Parecer nº 540/1977, que dispôs sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art. 7º da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), há as determinações de como esta disciplina deveria funcionar. No referido documento apontava-se que o

[...] núcleo-comum não há de ser encarado isoladamente (art.2.º), se em termos de currículo, como já proclamavam os educadores do século XVIII, “tudo está em tudo”. A Língua Portuguesa não pode estar separada, enquanto forma de Comunicação e Expressão, de Educação Artística ou de um Desenho que se lhe acrescentem, sob pena de inevitável empobrecimento. A Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil adquirem tanto mais sentido e vigor quanto mais se interpenetram com vistas a integração do aluno ao meio próximo e remoto; e para isso muito hão de contribuir atividades como as de Educação Física, Educação Artística e Educação Cívica [...] (BRASIL, Parecer 540/1977, p. 176-177 apud SILVA, 2018, p. 44).

De acordo com Silva (2018, p. 44), “[...] nota-se a dialética afirmação/negação da Lei nº 5.692/71, primeiro ao tornar obrigatório o ensino de arte e segundo por desconsiderar a formação específica de cada linguagem artística”. Ao discutir o funcionamento da Educação Artística no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (pois o período da pesquisa

compreende a divisão do estado), Silva (2018) demonstrou, por meio de análise de jornais locais, que a disciplina em questão deveria ser trabalhada em conjunto com outras por meio de certa interdisciplinaridade, mostrando ainda mais certa submissão em relação à disciplina de Educação Moral e Cívica, que protagonizava o currículo.

Em seus relatos, as ex-professoras da instituição rememoram a existência da disciplina de Educação Moral e Cívica, inclusive utilizando este mesmo nome para tratar dela, a qual entendemos como parte daquele momento histórico marcado pela Ditadura Militar. Santos (2014) é taxativa ao afirmar que “[...] não houve interferência política ou militar [...]” na formulação da Lei nº 5.692/1971 (que instituía o ensino fundamental em 8 anos) e que entre outras coisas estabelecia a área de estudos sociais.

Os Estudos Sociais cujo objetivo é a integração espacio-temporal e social do educando em âmbitos gradativamente mais amplos. Os seus componentes básicos são a Geografia e a História, focalizando-se na primeira a Terra e os fenômenos naturais referidos à experiência humana, e, na segunda, o desenrolar dessa experiência através dos tempos. O fulcro do ensino, a começar pelo “estudo do meio”, estará no aqui e agora do mundo em que vivemos e, particularmente, do Brasil e do seu desenvolvimento. (BRASIL, 1971b, p. 80 apud SANTOS, 2014, p. 164).

Ainda segundo o relato de uma das pessoas envolvidas na produção da Lei nº 5.692/191, “O ministro Passarinho nunca fez interferência, nem colocou nenhuma palavra sobre a lei. De modo geral, os ministros nunca interferiam no período em que eu estive no conselho” (SANTOS, 2014, p. 155). Estas mudanças foram sempre de cunho pedagógico obedecendo a filosofia pedagógica preconizada pela proposta da Escola Nova.

A análise dos depoimentos da Profa. Terezinha, bem como os documentos do período, mostram que não houve uma ruptura entre as ideias pedagógicas desenvolvidas na década de 60 e as propostas encontradas na Lei de Diretrizes e Bases de 1971. Os estudos que antecederam à elaboração da Lei, desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho em 1969 e 1970, foram realizados por membros do antigo Conselho Federal de Educação e englobaram muitas das ideias ali defendidas. Como exemplo, temos o Parecer 853/71 cujo relator – Valnir Chagas – compartilhava do ideal escolanovista de Anísio Teixeira e Newton Sucupira, seus companheiros no Conselho ao longo de toda a década de 60. (SANTOS, 2014, p. 165).

O que difere das análises de Nunes e Rezende (s.d.), a propósito do ensino da disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas:

A EMC [Educação Moral e Cívica] atuava, inclusive, na mente das crianças, inculcando valores tais como: obediência; passividade; ordem; fé; “liberdade com responsabilidade” e patriotismo. Estes valores faziam parte dos conteúdos presentes nos livros didáticos de EMC, o que leva a considerar a disciplina como parte da estratégia psicossocial elaborada pelo governo militar, uma vez que atuava nas formas de pensamentos e nas subjetividades individuais com o objetivo de interferir na dinâmica social. Desejava-se moldar comportamentos e convencer os alunos acerca das benesses do regime para que estes contribuíssem com a manutenção do regime. (NUNES; REZENDE, s.d., n.p.).

Queirós (2013) afirma o seguinte:

As proposições para a educação no período de ditadura civil-militar estavam pautadas nessas ideias de um ensino mais prático e útil à sociedade, mas muitos desses elementos já sefaziam presentes nos mais variados discursos governamentais, o menos desde início dos anos de 1960 e permaneceram e se acentuaram, dependendo do contexto de seu anúncio, por isso se faz necessário entendê-las como representações, que também são produções de um lugar de discurso. (QUEIRÓS, 2013, p. 10).

De acordo com o autor, o que se estava buscando era um ensino que pudesse dar às crianças e jovens melhores condições para a vida prática. A necessidade desse tipo de formação já vinha sendo afirmada pelos governantes do país uma década antes da promulgação da reforma, ou seja, na década de 1960, e foram ganhando mais força no decorrer dos anos à medida que o Brasil via crescer sua economia e sua população. Diante disto, Queirós (2013), em suas considerações finais, pontua que

[...] as formas de percepção e concepção da educação e as maneiras antagônicas de se pensar em seus encaminhamentos fizeram parte de todo esse contexto, mas é claro que as relações de poder, as estratégias utilizadas pelos grupos dominantes na época para maior aderência de seus ideais, por parte da população, fizeram a diferença nessas lutas de representações, que podem não ter imposto seus ideais de forma absolutamente concreta, nas práticas cotidianas de maneira uniforme no país, mas mudaram uma estrutura de ensino e produziram marcas na História da educação brasileira que permanecem até os dias de hoje. (QUEIRÓS, 2013, p. 12).

O autor assume o fato de que as “representações” dos governantes determinaram os rumos da educação brasileira no período. Isto vai ao encontro dos depoimentos das ex-professoras da instituição de que os processos disciplinares aconteciam a todo instante, havendo respeito máximo dos alunos para com os docentes não apenas na sala de aula, o que pode ser

entendido muito mais pelo contexto da época (as relações de autoridade entre pai e filho; entre professor e aluno) do que pela imposição de uma ideologia militar.

Diante do que foi captado na documentação, procuramos explorar quem foram as pessoas que diante de suas ações colocaram o currículo para funcionar. Nesse processo, nos deparamos com livros de “registros de entrada” do período, entretanto, na impossibilidade de identificar os nomes de todos os sujeitos que assinaram (pois a maioria o fez com rubricas), nos limitamos a registrar aqueles que aparecem com evidência nos documentos, mas sem desconsiderar o fato de que muitos outros contribuíram com a história da escola.

Entre as pessoas que assinaram estão: Aldemir Bech, Antônia Rodrigues de Moura, Aparecida Nunes Dias, Araci Amaral, Doralina Franco, Elisa Bispo, Eugenio Caetano, Eva I., Maria Silvestre, Marili Figueredo, Neusa de Oliveira, Martha Machado, Rosangela Escobar, Rosângela romeiro, Marta Silva, Roseli Magri, Silvana Ana da Costa, Telma Moura, Terezinha, Iraci dias e Vitoriano Gomes. Esta breve relação de professores está incompleta, sobretudo se comparamos com as disciplinas que compunham o currículo; porém, foram esses nomes que se evidenciaram no momento de localização das fontes.

Podemos concluir que o currículo na escola Estadual de 1º Grau foi fortemente influenciado pelo contexto da Ditadura militar, e que as disciplinas lecionadas funcionaram em acordo com a situação e determinações da legislação educacional do período.

4 FESTIVIDADES E ATIVIDADES EXTRACURRICULARES NA ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU JOÃO FERNANDES

Esta seção tem como objetivo apresentar uma discussão sobre mais dois elementos que dizem respeito à Cultura Escolar da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes no período de 1974 a 1991. A partir das fontes localizadas, pudemos produzir duas subseções, sendo cada uma delas voltadas a um dos elementos observados. Na primeira subseção, tratamos das festividades que ocorreram na escola no período, destacando o aspecto das comemorações cívicas implicadas nas práticas escolares e a tentativa de reconstrução de uma nação brasileira (aspecto que marcou o período dado o impacto da Ditadura Militar em curso no país). Na segunda subseção, abordamos o funcionamento do Clube Escolar –“descoberto” em meio aos registros avulsos – e discutimos sobre o caráter deste tipo de atividade extracurricular que, ao que parece, foi um aspecto comum da escolarização no período.

Em relação à discussão sobre as festividades, pode-se dizer que elas fazem parte da organização das escolas brasileiras de diferentes formas há muitas décadas e de diferentes formas. Especialmente sobre a prática de festas que envolviam festas nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) fazem uma retrospectiva apontando que elas se expandiram na segunda metade do século XX com o intuito de produzir um imaginário nacional que fosse homogêneo, fazer um Brasil igual em todos os cantos.

Práticas e rituais cívicos, como festas, desfiles, eventos comemorativos e celebrações de culto aos símbolos da Pátria, foram desenvolvidos para envolver o conjunto da escola e estabelecer o ritmo do cotidiano escolar. Esperava-se que o estudante recebesse uma formação moral cristã atrelada a uma consciência patriótica, sustentada na ideologia da ciência, do progresso e da ordem. (BRASIL, 1997, p. 21).

Diante do que o documento aponta, podemos considerar que nas festas eleitas como “dignas” de serem fixadas no calendário da escola está implicada uma tentativa de formação de sujeitos, pois toda e qualquer ação é feita com intenções, sejam elas explícitas ou não. Gallego e Cândido (2015) fazem uma afirmação sobre as festividades desenvolvidas nas escolas nas primeiras décadas do século XX, mas que pode ser estendida ao que se passava nas décadas de 1970 e 1980:

[...] as instituições escolares integravam um projeto modernizador e difundiam valores, a exemplo do calendário escolar, que, ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, bem como homens a serem considerados

heróis, indica o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, produz esquecimentos. Heróis e mitos são criados e cultivados; fazia-se necessário desencadear emoção, encontrar símbolos dos fatos que se desejava recordar e provocar sentimentos para que as crianças aderissem a estes com paixão. Era preciso fazer com que o povo amasse a pátria, seus heróis, comemorasse a era republicana: hinos, hasteamento da bandeira, pavilhão escolar, músicas cujas letras faziam menção à pátria foram atividades decisivas na constituição da memória coletiva oficial. (GALLEGO; CÂNDIDO, 2015, p. 25).

Nesse sentido, trata-se, de acordo com Cândido (2007), de uma ação pedagógica, pois desde o momento de escolha das festas até a organização, ensina-se modos de se comportar, de pensar sobre certa temática. “A festa será uma ação pedagógica tanto mais tradicional quanto mais conseguir manifestar, recuperar, sintetizar um capital cultural que faz parte do repertório de experiência do povo” (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p. 43 apud CÂNDIDO, 2007, p. 37). No que tange ao Clube Escolar, consideramos que este aspecto é bastante importante pois nos dá alguma pista de como a escola funcionou e quais ações foram empreendidas.

4.1 Festividades na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes

O cotidiano escolar é composto pelo que se passa como rotina dentro das instituições escolares, como as ações pedagógicas, as comemorações periódicas, os rituais que se repetem dia a após dia, as orientações que prescrevem o que se deve fazer e o que não se deve, desde os alunos até os professores e outros funcionários. Justamente por ser uma categoria de análise ampla, e por isso mesmo ser possível pensar em várias coisas a respeito do funcionamento da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, tratamos de quais eram as festividades mais celebradas na escola. A elegemos porque este foi um dos sinais que emergiram no momento de busca das nossas fontes, tendo aparecido em várias fotografias.

Segundo Souza (2001, p. 99), “As fotografias de eventos escolares – festas, exposições e comemorações – são contributos para a memória institucional”, ou seja, através dessas fotografias, conseguimos reunir informações sobre o funcionamento da escola e como ela estava inserida no campo social.

À primeira vista pode parecer irrisório tratar sobre este tema, mas na perspectiva da Cultura Escolar são justamente os “pequenos” aspectos que nos interessam, pois a partir deles a instituição escolar se mostra e revela o que ela é/foi, como funciona/funcionou, quais são/foram seus objetivos na formação das pessoas. Alguns autores inseridos no campo da História da Educação analisaram este tipo de prática, tal como Campos (2009) e Silva (2012).

De modo geral, essas pesquisas demonstram que os grupos musicais serviam não apenas para levar divertimento à comunidade quando havia comemorações, mas, também, para classificar os estudantes, ainda que de modo não intencional. Muitas vezes, quem participava desse tipo de ação eram os estudantes referenciados como “problemáticos” pela escola, de modo que o seu ingresso na fanfarra tinha caráter regulatório e moralizante (CAMPOS, 2010). Além disso, as festas tinham um caráter não apenas de divertimento da comunidade, mas eram acontecimentos que ajudavam a estabelecer posições sociais de todos os envolvidos, pois “[...] propagam o imaginário sociopolítico para todos que são chamados a dela participar como atores ou espectadores” (SILVA, 2012, p. 164).

A referida autora aponta, nesse sentido, que

[...] ao estudar as festividades escolares não podemos reduzi-las a momentos de confraternização, descontração, e alegria, mas precisamos entendê-las, como momentos especiais, de integração, de exaltação de valores – à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes. Em outras palavras, as ocasiões festivas eram propícias para a difusão de conhecimentos, normas e valores legitimados pela escola, pelos governantes e pela sociedade. Sendo compostas por normas e práticas com objetivos educativos, as festas escolares, revelam características importantes da cultura escolar. (SILVA, 2012, p. 164).

As festas funcionam no interior da escola como uma prática de controle não só dos estudantes, mas também de todo o corpo docente e administrativo. Silva (2012) nos oferece um panorama geral do processo que transformou a escola em um lugar de ordenamento dos estudantes, sobretudo, na medida em que eram estes o foco do trabalho pedagógico realizado por adultos, os quais não escapavam da regulação temporal, pois tinham suas obrigações.

Entre finais do século XIX e início do século XX, as instituições escolares diante da necessidade de controlar, organizar o saber, as atividades de professores e alunos passaram a ordenar o tempo escolar através de calendários e horários. A regulamentação do tempo na escola – organização pedagógica e disciplinar - por meio de calendários e horários, é um eficiente instrumento de racionalização, porque ao mesmo tempo, que ordena as atividades educativas (agrupa os alunos em turmas, estabelece programas de ensino, lições, exercícios, intervalos), cumpre uma finalidade moral e de disciplinarização de condutas (pontualidade, assiduidade, ordem, asseio, obediência, prêmios e castigos). (SILVA, 2012, p. 169).

Para Le Goff (1996, p. 35, sic), “[...] enquanto organizador do quadro temporal, condutor da vida pública e quotidiana, o calendário é, sobretudo, um objecto social. Tem, portanto, uma história, aliás muitas histórias [...]”, ou seja, o calendário não é um dado natural,

mas, antes, é um objeto construído pelo homem, daí porque possui intencionalidades dos grupos que o constroem. Seja em qual nível for, em qual instituição for, é importante sempre considerar quem o faz e porquê o faz e assim visualizar o calendário como um documento elaborado que tem um poder sobre todos envolvidos na escolarização.

Nesse sentido, por meio da análise dos registros fotográficos, foi possível visualizar como este grupo se desenvolvia e quais foram suas ações destinadas ao desenvolvimento e promoção da escola na cidade; em quais datas e lugares se apresentavam; quem eram as crianças e jovens que participavam; qual era a sua finalidade no contexto escolar; quais eram as condições de funcionamento deste grupo, quem os ensaiava, quando eram os ensaios, quais músicas eram instrumentalizadas; e, sobretudo, quais os sentidos da participação desses estudantes tanto dentro quanto fora da escola. Também conseguimos saber quais eram as datas comemorativas que a escola promovia ao longo do ano, visto que localizamos inúmeras fotografias que registram esses eventos em diferentes anos no período adotado nesta pesquisa.

Em uma das primeiras fotografias que registram uma festividade, um elemento a ser observado são as roupas das crianças, que demonstram um aspecto de formalidade com que os desfiles ou rituais funcionavam. As roupas utilizadas para esses eventos não eram os uniformes da escola, também de acordo com os relatos recolhidos, mas a instituição as fornecia aos alunos e dia antes das festividades as professoras entregavam para que levassem para a casa e as lavassem. Após o desfile, cada aluno devolvia a roupa limpa, onde a escola guardava para o próximo ano ou para um próximo evento.

Fotografia 18 – Desfile Escolar Escola João Fernandes em 1976



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Podemos observar em primeiro plano a presença de alunos, cada bloco do desfile havia um aluno responsável, este aluno deveria ser do 8º ano, sua função era de organizar e comandar o desfile durante o seu percurso, de acordo com o depoimento de Ceila Marcondes Machado. Os alunos usavam roupas iguais: as meninas com saias pretas de pregas, blusa e calçando botas de cano médio e os meninos com calça preta, blusa branca e sapatos. A cor da roupa deveria ser padrão, tanto para os meninos como para as meninas. Seus braços durante o desfile deveriam estar soltos e não poderiam cruzá-los no momento da exibição. Ainda conforme o depoimento, a ordem era que todas as crianças, no momento que passassem em frente à escola, estivessem em posição de sentido; ordem esta que pode ser entendida como um traço da disciplina que se intentava na época. Ao fundo, há uma bandeira de Mato Grosso, que tinha como objetivo representar o Estado de Mato Grosso uno naquele período.

Para o desfile não precisava ter a mesma quantidade de meninas e meninos. Cada série ficava responsável por organizar sua temática no desfile, e a professora encarregada de cada turma monitorava cada detalhe da apresentação, que deveria ser impecável para a população.

Havia também comemorações que pareciam não exigir tanta disciplina e ordem. Encontramos uma fotografia em que há muitas crianças, alunos da instituição, vestidos de caipira. Trata-se de uma festa junina. Vemos que as meninas estão de vestidos e os meninos de calça e camisa xadrez. Eles se abraçam, parecem estar felizes com o momento, mas alguns ao mesmo tempo demonstravam seriedade em seus olhares. A festa junina é uma data que, geralmente, faz parte do calendário das instituições escolares, pois é uma comemoração ao homem do interior. Além disso, é uma festa que tem a religião como base, pois celebra santos como Santo Antônio, São João e São Pedro, o que reforça a ideia de que a escola possui vínculos com o cristianismo de matriz católica.

Fotografia 19 – Festa Junina na escola em 1977



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Nesta fotografia, observamos que nem todas as crianças estão a caráter, pois nem todos tinham roupas de quadrilha (nome que se dá ao grupo de dança das festas juninas e que se vestem de acordo com a descrição feita anteriormente), a professora ao fundo com a sua turma. As fotografias escolares quase sempre eram acompanhadas pela professora ou do professor da sala de aula. Nota-se que a representação desta fotografia registra uma mistura de meninas e meninos, que por sua estatura aparentam ser de diferentes séries ou grau escolar.

As festas públicas, na maioria das vezes, estavam relacionadas à música. As bandas escolares estavam sempre presentes nesses cenários, podemos situar aqui um dos registros em que se tem como foco uma banda composta por muitos alunos da Escola Estadual de 1º Grau

João Fernandes. Trata-se de uma fotografia feita por ocasião da comemoração dos 50 anos da escola, realizada em 1977. Nela podemos visualizar um grande número de estudantes divididos em três fileiras, cada um deles portando um instrumento, como caixa de guerra, tambor e surdo, instrumentos típicos de fanfarras. Esses instrumentos pertenciam à prefeitura, onde a escola, por meio de documento, solicitava-os para os alunos que sabiam tocar desfilassem, considerando que ainda tinham ensaios no período contraturno. Suas vestimentas eram comuns e padronizadas: calça jeans escura, camiseta ou camisa branca e sapato desta mesma cor. O desfile era realizado em um lugar cuja rua não havia asfalto (pelo menos é o que se revela na fotografia) o que indica a paisagem urbana precária de Maracaju na época, assim como boa parte do estado de Mato Grosso.

Fotografia 20 – Desfile em comemoração aos 50 anos da Escola em 1977



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

O registro mostra que em pleno regime militar as bandas faziam parte de desfiles escolares, e mais que isto faziam realmente parte da cultura escolar. Acompanhamos Tourinho (1993) quando este autor afirma que o ensino da música na escola “serve” a várias funções, como também assim entendia Getúlio Vargas em sua campanha nacionalista quando implementou, sob os auspícios do Maestro Vila Lobos, o canto orfeônico nas escolas.

Segundo Souza (2008), na década de 1970 havia uma intensa intervenção do Estado para estimular atividades cívicas por meio de bandas. Isto significa que a banda ou grupos musicais que se compõem no interior da instituição escolar, assim como foi na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, tem sua importância na medida que, ao levar à sociedade a “demonstração de um produto” organizado, disciplinado, bem estruturado, faz com que ela seja construída no imaginário coletivo como um lugar que tem as mesmas características, e isto “[...] reforça também um sistema simbólico mais amplo e complexo que contribui para a sustentação de valores e normas sociais que a instituição se propõe a sustentar” (TOURINHO, 1993, p. 98). Nesse sentido, consideramos que a banda que funcionou na escola cumpria uma função não apenas institucional, mas também social, por mostrar como era a estrutura escolar.

A banda da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes pode ter sido uma das primeiras bandas do município de Maracaju, e trazia consigo uma representação simbólica para a cidade em suas comemorações cívicas.

Nessa perspectiva, segundo Julia (2001), o que se faz na escola, seja em caráter regulatório ou não, funciona como um “instrumento” de regulação das pessoas envolvidas no processo de escolarização. São esses os efeitos da cultura escolar, que para o autor anteriormente referido significa

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10, grifo do autor).

Além disso, outro aspecto a ser considerado sobre a banda diz respeito ao caráter “classificatório” e por vezes “excludente” que ela promove, pois nem todo mundo pode participar dela, não há espaços para todos alunos. Diante disso, algumas questões se apresentam: Quem participava da banda? De que forma foram escolhidos? Por quanto tempo permaneceram? Com isso, o que queremos apontar, deixando aí alguns indícios que valerão a pena ser retomados futuramente, é o impacto que a execução desse grupo musical provocou nos estudantes. Assim como e toda e qualquer atividade tem efeitos sobre os que dela participam, o que importa é pensar como os elementos da cultura escolar que se desenvolveu na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes podem ter afetado as pessoas envolvidas.

Dialogando com duas ex-professoras da escola, elas afirmaram que no início da banda, cuja data é indefinida, havia um homem que ajudava a operacionalizar o grupo, ensinando os

estudantes a tocarem os instrumentos. Devido à escassez de fontes, não conseguimos localizar mais informações de como foi o funcionamento do grupo. De todo modo, as fotografias que se misturam às memórias não deixam de dar sinal de existência.

Uma das festividades presentes nas instituições escolares brasileiras destina-se a comemorar a Independência do Brasil, no dia 7 de setembro. Trata-se de um dia que é feriado nacional, e em quase todas as cidades do país promove-se desfiles, bandas escolares se apresentam, músicas são coreografadas por bailarinas e carros alegóricos passam pelas principais ruas e avenidas da cidade. Esta comemoração, que foi discutida em pesquisas no campo da História da Educação (BENCOSTTA, 2014; COSTA; SOARES, 2020), fez também parte do calendário de comemorações da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, conforme se observa em uma das fotografias que localizamos, que data do ano de 1978.

Sendo as festas cívicas rituais políticos contribuem para a construção de um conjunto de crenças e de valores sociais. O destinatário das festas cívicas eram os alunos, os pais, os professores, e a população em geral, que sempre estavam presentes para prestigiar as comemorações. A presença desses sujeitos era indispensável, porque são os espectadores, sem a sua presença e participação, ela perde a sua razão de ser. Já que a eles se pretendia instruir e educar. (SILVA, 2012, p. 183).

Na fotografia 21, logo a seguir, vemos a professora em primeiro plano, cuja posição, à frente do grupo de alunos, que vêm logo atrás, revela o lugar destaque dado a ela. Consideramos que estar neste lugar em uma comemoração que é vista e apreciada por toda a cidade seria uma maneira de mostrar que a instituição escolar era comandada por alguém que, assim como aqueles que a seguem, mantém-se organizada e controlada. Não afirmamos, com isso, que a escola funcionava assim o tempo todo, mas o enquadramento feito na fotografia e possivelmente a organização que se fez o desfile, esta deve ter sido a intenção dos envolvidos.

A fotografia a seguir faz menção ao desfile de 1978, mostrando um bloco organizado em sua maioria por mulheres, sem presença masculina pelo fato de estarem todos de saia.

Fotografia 21 – Desfile de 7 de setembro de 1978



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Nesta fotografia, pressupõe-se que as pessoas presentes na composição da paisagem são estudantes e funcionárias da escola. Logo ao fim da fila observamos alguma presença masculina. Neste enquadramento, estão organizadas em três grandes fileiras. Suas roupas, assim como as do que faziam parte da banda, são iguais (saia preta, blusa e meias brancas e sapato preto), e revelam uma característica comum à escola, que é a tentativa de homogeneização das pessoas que a frequentam. Avaliamos que fazer com que crianças e jovens se assemelhem em seus aspectos visuais faz parte do processo de escolarização, mas, neste caso, mostrar à população funcionaria como uma encenação, literalmente ensaiada.

O segundo elemento da fotografia que vale a pena ser destacado é o conjunto das bandeiras carregadas por duas estudantes. Uma delas, situada à direita, carrega a bandeira brasileira, apontando aí certa necessidade de mostrar respeito à pátria e civilidade, e também lembrando a data ali comemorada, a Independência do Brasil. Já a outra estudante, situada à esquerda, carrega a bandeira do Mato Grosso, que é muito parecida com a bandeira do Brasil, pois suas semelhanças simbolizam a integração entre Estado e país. Podemos entender essa junção como uma tentativa, por parte do Estado, de difundir entre os cidadãos brasileiros (sim, este evento se repetiu por todo o território brasileiro durante décadas, permanecendo até os dias atuais) referências e símbolos nacionais, além de propagar sentimento de pertencimento e amor à pátria, tão caras ao momento político que se atravessava (ainda que em Mato Grosso isso

tenha se dado de forma menos intensa do que nos grandes centros urbanos). Uma relação entre as bandeiras mato-grossense e brasileira, que é útil para estabelecermos tal integração, é disponibilizada pelo próprio Governo de Mato Grosso:

As semelhanças entre a bandeira de Mato Grosso e a brasileira simbolizam a integração existente entre o Estado e país. As cores principais são o azul, o verde, o amarelo e o branco e cada uma delas possui um significado diferente e muitas vezes até místico.

O azul assemelha-se ao céu carioca da noite da Proclamação da República, além de sugerir a ideia de busca pela evolução espiritual. O branco é a cor que simboliza a paz e a concórdia, já o losango é uma referência à mulher, símbolo da República. A esfera central da bandeira estadual exalta a soberania, que junto com a cor verde remete à esperança, à juventude e à natureza, tão abundante em Mato Grosso, único Estado a reunir três biomas naturais.

O destaque principal é a grande estrela amarela no centro da esfera, símbolo dos ideais republicanos. Trata-se de Sirius, que integra a constelação de Cão Maior e é a estrela mais brilhante que pode ser observada no céu. Nas antigas civilizações, Sirius era considerada elemento sagrado e cheia de significado. Já a cor amarela da estrela simboliza as riquezas minerais, a exemplo do ouro, tão abundante em terras mato-grossenses. (OVIEDO, 2016, n.p.).

A respeito desta comemoração de 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, podemos tecer algumas considerações que nos ajudam a pensar sobre a questão da cultura escolar desenvolvida no âmbito da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes. O primeiro desses pontos suscitados diz respeito à escolha desta data para ser comemorada em meio a tantas outras possíveis. A este propósito, Silva (2012) argumenta:

No calendário escolar estão fixadas as datas a serem comemoradas. Essas datas, marcadas por significados religiosos, políticos, e sociais, não podem ser analisadas como interrupções/rupturas sem validade no processo ensino-aprendizagem, mas têm que ser vistas, como um tempo em que se desenvolve uma prática social com conteúdos, símbolos e valores legitimados por um regime político ou grupo, com intenções educativas. (SILVA, 2012, p. 171).

Conforme os registros fotográficos encontrados, outras comemorações eram feitas pela Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, como um desfile Escolar, que possivelmente era apresentado a toda a cidade. Quando não ocorriam nas ruas, as apresentações da escola passavam a ser internas, ainda assim abrindo as portas para a sociedade participar juntamente com a escola, segundo depoimento de Ceila Marcondes Machado.

Na Fotografia 22 podemos visualizar um carro alegórico sendo carregado por um cavalo (charrete). Nele há algumas crianças sentadas e algumas professoras à frente. Não há muitos indícios de urbanização nesta fotografia, a estrada era de terra, sem construções. A foto foi

tirada a três quadras de distância da escola, era ali que passava a via principal do desfile, pois se iniciava da parte pouca urbanizada para a região mais urbanizada da cidade.

Fotografia 22 – Carro alegórico em desfile escolar em 1978



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Já na fotografia 23, registrada no ano de 1979, conforme informações que obtivemos na coleta das fontes, podemos ver uma professora sentada em um carro alegórico em que a decoração se assemelha a uma jangada, com diversos objetos em cima dele. Observamos que na vela da jangada há o escrito “CEARÁ TERRA DE SOL E MAR”, a partir do qual podemos apreender que se tratava de uma homenagem ou representação de um aspecto geográfico e cultural do Brasil. Com isso, aventamos que a escola, por meio de suas práticas festivas, ajuda a disseminar pensamentos e saberes sobre o nosso país, neste caso, um saber que fixa as características de uma unidade federativa brasileira.

Fotografia 23 – Carro alegórico em desfile escolar em 1979



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Ambas fotografias, mas também todas aquelas que expõem os desfiles, nos remetem à problematização feita por Ribeiro Júnior (1982 apud CÂNDIDO, 2007, p. 38), ao afirmar que a ação pedagógica de uma festa popular, tal como são os desfiles cívicos escolares, comportam duas dimensões. A primeira delas é a de que uma festa desse tipo pode ser uma festa-para-o-povo, em que a população apenas observa o que acontece, tendo, portanto, um papel passivo na festividade: “Nessas ocasiões sua cultura é pasteurizada, são pinçados apenas elementos exóticos” (RIBEIRO JÚNIOR, 1982, p. 43 apud CÂNDIDO, 2007, p. 38). A segunda dimensão é a de que a festa pode ser uma festa-do-povo, na qual a população expressa suas ideias e participadas atividades. No caso dos desfiles escolares, trata-se da primeira opção, pois se nota que o povo apenas olha, contempla, observa, ou seja, as festas *feitas pela escola* são festas *para o povo*, para que este se divirta e absorva as mensagens que se busca transmitir.

Por outro lado, também podemos perceber que as comemorações não ficaram restritas aos ambientes externos. As comemorações consideradas “singelas”, ou seja, mais comuns, não passavam em branco na Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes. Conforme se observa na Fotografia 24, as crianças foram objetos de atenção nas festividades, pois o Dia das Crianças, em 12 de outubro, também foi comemorado. Vemos, na fotografia, a professora cortando um imenso bolo (tal como era comum nas festas daquele período), com balas de coco embrulhadas em típicas embalagens de papel coloridas e algumas garrafas de refrigerante sob a mesa. Cabe observar que os refringentes (Coca-Cola) foram postos à mesa para tirar a foto, pois não daria

para todas as crianças, e como era considerado o refrigerante mais caro da época, eram servidos outros tipos de refrigerantes. Quem assumia a responsabilidade de cortar as fatias de bolo é a professora, exercendo a sua função de coordenar os momentos, assim como o fazia na sala de aula.

Fotografia 24 – Comemoração do Dia da Criança em 1979



Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Diante desses elementos analisados, podemos considerar que a Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes produziu práticas de formação em que estavam implicadas uma cultura escolar. A discussão feita a respeito das festividades aponta para o fato de que elas tinham uma dupla dimensão: de um lado, buscavam promover ou fixar modos de ser e estar na escola, pois reproduziu discursos em circulação na sociedade, com aqueles que diziam respeito à importância da criança ou das regiões brasileiras; de outro lado, as festas também ajudaram a promover ou divulgar um ideal de nação, de pessoas que idolatravam a sociedade e seus símbolos, com se fez nos desfiles cívicos.

A partir desses apontamentos, evidenciamos que as comemorações da instituição tiveram um caráter educativo, pois mesmo antes de serem expostas a público, antes mesmo de os carros alegóricos serem colocados na rua para que as pessoas os apreciassem, elas educaram os sujeitos participantes, seja disciplinando-os ou preparando-os para as exposições públicas. Além disso, as festas contribuíram na divulgação das atividades da escola, pois serviam como “vitrine” para o que vinha sendo produzido na instituição.

4.2 O Clube Escolar na Escola de 1º Grau João Fernandes

Em meio à leitura do material que acessamos como fontes, verificamos a existência de um Clube Escolar na instituição, com regime próprio e normas específicas. Localizamos o seu regulamento, a partir do qual pudemos pensar sobre quais eram as suas funções e objetivos.

Antes de realizarmos a análise do material que encontramos, precisamos entender o que era um Clube Escolar e qual a sua importância para as instituições escolares no período. Percebemos que a literatura a respeito do tema é escassa e poucos textos tiveram essa atividade extracurricular como objeto de interesse, aspecto que limitou a nossa reflexão, mas, em contrapartida, deu abertura para que uma pesquisa mais aprofundada possa ser feita no que tange ao Clube Escolar da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes.

Os Clubes Escolares surgiram na década de 1960 com a função de proporcionar aos alunos atividades extraclasse voltadas, sobretudo, à prática de atividades físicas ou artísticas. Por isso, esses Clubes Escolares tinham caráter de promotores de cultura e desenvolvimento das habilidades dos estudantes nesses aspectos e visavam preencher o tempo livre de alunos. Délio Freire (1964, p. 107) apontou que tais atividades objetivavam desenvolver “[...] a experiência vital dos nossos educandos, proporcionando-lhes oportunidades criadoras, de contatos com os diversos ramos das Ciências e das Artes, de convívio social, de desportividade etc., de maneira que eles venham a preencher sadiamente suas horas de lazer”.

É explícito que os Clubes Escolares buscavam, em primeiro lugar, recolher as crianças, livrando-as do ócio que assolava a maioria delas, e, ao mesmo tempo, pretendia educá-las com alguma atividade que pudesse ser mais produtiva. Tais clubes poderiam ser comparados aos espaços que em todo o país, hoje em dia, são sustentados por órgãos municipais e que desenvolvem atividades educativas direcionadas às crianças carentes.

Para além dessa finalidade de proporcionar momentos recreativos, os Clubes Escolares tinham também função moralizante e modulador de caráter na medida em que buscavam “[...] a criação de situações para a prática e desenvolvimento de inúmeras qualidades e virtudes, concorrendo desse modo para um aprimoramento mais completo e harmonioso da personalidade dos nossos educandos” (FREIRE, 1964, p. 108).

Uma conceituação a respeito da importância dos Clubes Escolares na atualidade é dada por Rodrigues (2013), que tratou caráter educativo que esses projetos possuem. Conforme a autora, eles objetivam escolarizar os sujeitos propondo atividades que enriqueçam a prática escolar e permitam a construção de conhecimento de maneira coletiva:

Os Clubes Escolares, na sua concepção, pretendem alcançar temáticas e conteúdos que proporcionem aprendizagens significativas, construtivas e também cooperativas. Em que as crianças se envolvam na construção da aprendizagem, com uma motivação acrescida, em que eles próprios sejam agentes ativos na procura de conhecimentos novos e na assimilação dos mesmos. As crianças, mediante a apresentação de um problema, procurarão solucioná-lo, investigando, experimentando e testando possíveis soluções, avaliando, reformulando, onde a negociação do conhecimento entre pares constitui, um recurso sempre presente, pois todos trabalham para o mesmo fim. (RODRIGUES, 2013, p. 35).

Dada a limitação de fontes, não foi possível apreender aspectos mais específicos do funcionamento do Clube Escolar em questão, especialmente em relação às atividades, mas reunimos alguns elementos que nos deram indícios sobre sua organização.

Conforme as fotografias da Ata de Fundação do Clube Escolar da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes (LIVRO ATA..., 1985), este foi fundado em 8 de abril de 1985, às 19h, em evento realizado no interior da instituição com 50 pessoas que assinaram o documento. Tratou-se de uma iniciativa para possibilitar aos seus membros, que eram alunos e ex-alunos, professores, funcionários administrativos da instituição ou pessoas a ela ligadas, participarem, sobretudo, de atividades esportivas e culturais.

Não foi possível saber se esta foi de fato a primeira reunião e se todos os presentes no evento sabiam do que se tratava exatamente o Clube Escolar. O fato é que dentre as 50 pessoas estavam muitas que participavam direta e indiretamente da escola (pais, alunos e professores). A respeito do que e como deveria ser o modelo ideal dos primeiros dias de um Clube Escolar, Délio Freire (1964) destaca o seguinte:

Na primeira reunião dos sócios de um clube escolar, o que já acontece no terceiro dia de aula, é feita, pelo orientador do mesmo, uma pequena palestra onde ele explica o que é o clube, suas finalidades, o seu passado - se é que tem - suas conquistas e sua importância. Ainda nessa mesma reunião ele procede a eleição da diretoria, pode variar de um clube para outro, o importante é que atende aos interesses dos clubes. Normalmente temos os cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. (FREIRE, 1964, p. 108).

Podemos pressupor que muitos desses aspectos foram atendidos de imediato pelo Clube Escolar, pois encontramos todas essas informações dispostas pelo menos na Ata de Fundação do Clube ou em seu Estatuto. A exemplo das exatas finalidades do Clube Escolar registradas no *Estatuto do Clube Escolar da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes* (ESTATUTO..., 1985), o documento aponta:

Art. 1º – O Clube Escolar da Escola Estadual de 1º grau João Fernandes, fundado em 8 de abril de 1985, com sede à rua José Ferreira, na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul, com número ilimitado de associados, sem distinção de nacionalidade, credo político ou religioso, tem por finalidade:

- a- Difundir, incentivar e estimular a prática do Desporto Escolar;
- b- Selecionar, preparar e representar a Escola em competições oficiais ou extraclasse;
- c- Promover competições internas na Escola;
- d- Representar a escola em qualquer evento extraclasse, desportivo, cultural ou social;
- e- Realizar atividades culturais, sociais e atividades físicas de lazer (ESTATUTO, 1985, p. 1).

Com tais informações, é possível considerar que o Clube Escolar tinha como finalidade maior o desenvolvimento de atividades esportivas. Tratava-se de uma atividade extracurricular organizada para promover eventos desta natureza ou preparar os alunos para competições internas ou externas, para qualquer atividade tanto de cunho cultural e social, pois o Clube não tinha só como objetivo as atividades físicas, mas também culturais.

Era permitido o ingresso de quaisquer pessoas na qualidade de sócio, independentemente das posições políticas ou religiosas, marcando, então, o pluralismo da instituição escolar, ou seja, o Clube permitia a relação entre comunidade e escola.

Consideramos que o fato dessa propagação e forte incentivo da prática de atividades desportivas guarda relações com a influência da Ditadura Militar sobre a educação nacional. Conforme observamos, competição e realização de atividade física eram as molas propulsoras das atividades extraclasse no período, o que nos leva a pensar que, apesar de o Clube Escolar ter surgido já em um momento em que a democracia no país estava se reestabelecendo, a educação das crianças tinha resquícios do período ditatorial.

De alguma forma, recorrendo a Brecht (1986), em seu artigo intitulado “A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista”, ponderamos que essas atividades propostas pelo Clube intencionavam modular a personalidade integral (conforme propunha a própria legislação vigente). O autor supracitado aponta que:

[...] o esporte educa porque ensina a criança a conviver com a vitória e a derrota, ensina a respeitar as regras do jogo (já que todos são iguais perante a lei devemos respeitá-la; sem discuti-la), ensina a vencer (no jogo da vida) através do seu esforço pessoal (às vezes tem que momentaneamente aliar-se a outro ou outros para atingir este objetivo, processo que os pedagogos esportivos chamam de cooperação ou companheirismo), ensina a competir (já que a sociedade é extremamente competitiva e isto prepara para a vida), desenvolve o respeito pela autoridade que é o árbitro ou o professor (chama-se a isso de disciplina). (BRACHT, 1986, p. 64).

Como se vê pela afirmação do autor realizada no mesmo período de funcionamento do Clube – não sendo, por isso, de uma crítica feita com distanciamento temporal – a prática desportiva tinha também a função de preparar os alunos para os ditames da sociedade capitalista que estava em crescimento. Assim, ao promover atividades de caráter competitivo, voltadas à formação de pessoas que naturalizassem isso, o Clube estava alinhado à perspectiva de formação do homem trabalhador, competitivo. Não entraremos neste mérito da discussão, sob o risco de fugir do tema, mas algumas discussões sobre o tema foram realizadas por Oliveira (2002) e Sousa e Pelegrini (2009).

Além disso, reforçamos que a intenção do Clube da Escola de 1º Grau João Fernandes era para formar esportistas com altas habilidades. Vale recuperar que naquele tempo vigorava uma Educação Física pautada no alto rendimento dos alunos, a fim de favorecer o desenvolvimento de habilidades físicas e motoras. A própria Lei nº 69.450, de 1 de novembro de 1971 (BRASIL, 1971b), em vigor no período, que regulamentava o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), apontava o seguinte a respeito da prática da Educação Física nas escolas, o que possivelmente foi estendido ao Clube da Escola de 1º Grau João Fernandes:

Art. 1º A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Art. 2º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino.

Art. 3º A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade. (BRASIL, 1971b, n.p.).

O documento prossegue informando, então, as medidas necessárias para que tais finalidades fossem cumpridas. A partir dos tópicos elencados, podemos visualizar o que foi desenvolvido ou pelo menos se tentou desenvolver no Clube Escolar. Cabe frisar que o Clube era parte da escola, era uma instituição dentro de outra instituição. Notamos uma grande

preocupação da Escola para com seu público na medida em que pensa em seu programa diferentes atividades, conforme apontado no Estatuto (ESTATUTO..., 1985, p. 2):

- Art. 2º - Para se atingir as finalidades acima citadas, serão adotadas, entre outros, os seguintes meios:
- a- Atividades desportivas, colônias de férias, excursões, acampamentos e jogos recreativos;
 - b- Teatro, conjuntos musicais, coral, exposições artísticas;
 - c- Centro de debates, cursos de orientação profissional, visitas educativas, conferências, seminários, painéis, simpósios e cursos intensivos;
 - d- Reuniões sociais, correspondência escolar e intercâmbio com instituições congêneres;
 - e- Jornal mural, jornal, revista e biblioteca (ESTATUTO..., 1985, p. 2).

Apesar de constar isto na documentação, não foi possível localizar nada mais além que pudesse nos dar algum indício do que realmente foi feito no Clube Escolar, como alguma peça teatral, alguma atividade de orientação profissional ou a produção de um jornal, tal como prevê o Estatuto (1985). Por outro lado, evidenciamos que nele se tentou fazer funcionar um lugar de formação de crianças no qual estas puderam desenvolver diferentes habilidades, apesar de se instituir fortemente a prática desportiva.

Sobre a composição da gestão do Clube Escolar, o Estatuto (ESTATUTO..., 1985, p. 2-3) informa o seguinte:

- Art. 3º - O Clube Escolar funcionará em cogestão entre alunos professores e funcionários administrativos, sendo de 50% (cinquenta por cento) a representatividade de alunos, na composição da Diretoria do Clube;
- § 1º - A Presidência do Clube Escolar será ocupada pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino, ou seu substituto legal;
- § 2º - O cargo de Coordenador da Comissão Desportiva será privativo de aluno do Estabelecimento (ESTATUTO..., 1985, p. 2).

Art. 4º - O quadro social se comporá das seguintes categorias:

- a- ATIVOS - todos os alunos, professores e funcionários do estabelecimento de ensino;
- b- HONORÁRIOS - Aqueles que, sendo estranhos aos quadros do estabelecimento de ensino, tenham prestado relevantes serviços ao Clube Escolar, a juízo da Assembleia Geral e por proposta da diretora;
- c- BENEMÉRITOS - aqueles que, pertencendo aos quadros do estabelecimento, tenham prestado relevantes serviços ao Clube Escolar;
- d- EGRESSOS - aqueles que, tendo concluído os estudos referentes ao 1º grau, expressarem o desejo de continuar frequentando o Clube Escolar (ESTATUTO..., 1985, p. 3).

Notamos que o Clube Escolar esteve diretamente voltado à participação dos alunos, pois o seu enfoque principal parece ter sido a prática de esportes. Por isso, é evidente a importância que se dá aos escolares quando a eles é relegada a metade da quantidade de cargos da Diretoria do Clube, sendo a outra metade ocupada por pais de alunos, professores e demais funcionários da instituição.

Essa cogestão pode ser observada na Ata de Fundação (LIVRO ATA..., 1985, p. 2), na qual, por ocasião da fundação do Clube Escolar, foram definidos os sujeitos e suas respectivas funções no setor por meio de uma eleição, com chapa única, tendo sido composta por:

PRESIDENTE: ProfªValdecilha Stivanelli Matheussi
 VICE PRESIDENTE: Prof. Aparecido José Damaceno
 DIRETOR SECRETÁRIO: Joice Ouzana Causalari
 DIRETOR TESOUREIRO: Ronaldo Nunes de Paula
 DIRETOR SOCIAL: - Edelvira Gimenez
 DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS: - Ceila Marcondes Machado (Profª)
 DIRETOR DE ESPORTES: - Gumercindo Adão Gomes
 DIRETOR DE PATRIMONIO: - Prof. Mario Flávio G. P. Moreira
 CONSELHEIROS ORIENTADORES:
 PAI DE ALUNO: - Gumercindo Adão Gomes
 PAI DE ALUNO: - Sandro José Da Silva Muller
 PAI DE ALUNO: - Valdecy Alves Caetano
 PROF. DA ESCOLA - Beatriz Silva Fagundes
 PROF. DA ESCOLA - Suely dos Santos G. Leal
 PROF. DA ESCOLA - Hilda Barbosa Machado
 PROF. [DA ESCOLA] -Silvia Helena dos Santos
 COORDENADORES DA MODALIDADE:
 BASQUETEBOL - Rildo Alves Tenorio/Sandro Jose da Silva Muller
 FUTEBOL – Geová Vieira Gabriel/Pedro Darcy De Moraes
 FUTEBOL DE SALÃO – Genaro dos Santos/Moacyr Aguilar
 HANDEBOL – Vander Luis Moreira/VanderleyTremtim
 VOL[E]IBOL – Rosane Barbosa/Adão Mercy de Moraes
 TENIS DE MESA – Assis Cabreira
 RECREAÇÃO E LAZER – Moacyr Aguilar (LIVRO ATA..., 1985, p.2).

Apesar de esses nomes aparecerem nos registros, não conseguimos contato com nenhum deles. Diante disso, consideramos que neste momento o Clube tentava adequar o funcionamento da escola aos princípios da gestão democrática, em que os pais, funcionários da escola e os próprios alunos participavam dessa atividade da escola, tendo voz ativa na organização escolar.

A respeito dos direitos dos sócios do Clube Escolar, dos “benefícios” que os seus pagantes teriam, o documento estabelecia:

Art. 5º - são direitos dos sócios ativos:

- a- Frequentar as dependências do clube escolar e tomar parte em todos os empreendimentos que o mesmo promover;
- b- Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- c- Votar e ser votado;
- d- Requerer convocação da Assembleia Geral na forma do Estatuto;
- e- Apresentar por escrito críticas e sugestões, visando o interesse do Clube Escolar. (ESTATUTO..., 1985,p.4).

A partir do que o documento apresenta, pressupomos que o Clube Escolar funcionava como uma dependência à parte da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, ainda que as atividades fossem desenvolvidas no mesmo prédio. O Clube, cuja função fora indicada anteriormente, tinha seu funcionamento baseado em uma gestão democrática, na qual todos os integrantes participantes tinham algum espaço para reivindicar e sugerir mudanças que pudessem melhorar as dependências e a organização do lugar. Porém, essa liberdade era de alguma forma regulada. As reivindicações feitas pelos sócios deveriam ser feitas senão de forma escrita e sempre visando “o interesse do Clube Escolar” (ESTATUTO, 1985, p.5).

Nesse sentido, uma questão se impõe: será que os pais participantes, sabiam ler e escrever? No decorrer da pesquisa não conseguimos acessar as pessoas cujos nomes constam no registro, mas considerando o contexto da época, em que poucos pais tiveram acesso à escola, podemos supor que a legalidade criada pela próprio Clube dava “espaço” para as pessoas que dele participavam se aproximar a um ambiente escolar. Assim, se participavam da organização e gestão do Clube Escolar, por mais que alguns pais não soubessem ler e escrever, poderiam colaborar de inúmeras formas, pois a participação no Clube não se dava só pelo fato da escrita.

Um aspecto importante do Clube Escolar eram as reuniões que ocorriam a cada mês, sendo registradas em atas. Portanto, qualquer decisão que fosse tomada deveria estar em ata, pois sustentariam de forma validada todas as decisões tomadas pelo grupo de pessoas que estava presente e, principalmente, seria uma forma de organização.

O documento ainda apresenta o seguinte a respeito da organização do Clube:

Art. 6º - Os sócios “HONORÁRIOS”, não terão direito de votar, ser votado e de participarem na direção do Clube Escolar, mas poderão participar de eventos internos cívico - culturais - sociais – desportivos (ESTATUTO..., 1985, p. 4).

Conforme o artigo 6º do Estatuto (ESTATUTO..., 1985, p.6), nem todos tinham essa plena liberdade, especificamente os Honorários, os quais não possuíam vínculo nenhum com a

Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, porém, os sócios tinham deveres a serem cumpridos, como relatado no artigo 7º:

Art. 7º - São deveres dos sócios:

- a- Propagar incansável e honestamente, para que os elevados objetivos do Clube Escolar sejam integralmente alcançados;
- b- Respeitar os presentes estatutos;
- c- Pagar pontualmente e regularmente suas mensalidades⁹;
- d- Zelar pela conservação do material e equipamentos do Clube Escolar;
- e- Comparecer às Assembleias Gerais;
- f- Desempenhar com dedicação os cargos ou tarefas para os quais foram eleitos ou designados;
- g- Apresentar, quando solicitada, a sua carteira social¹⁰;
- h- Abster-se de qualquer manifestação ou discussão de assuntos de natureza política ou religiosa nas dependências do Clube Escolar (ESTATUTO..., 1985, p .6-7).

Além dos direitos, os componentes do Clube Escolar também tinham obrigações que deveriam ser seguidas à risca e foram dispostas no artigo 7º. Entre os oito itens elencados nesta parte do documento dois nos chamam mais a atenção e devem ser considerados, pois dão indícios de um tempo, de um espaço, de uma cultura escolar. O primeiro está no item “c”, apontando que os integrantes do Clube Escolar deveriam “Pagar pontualmente e regularmente suas mensalidades” (ESTATUTO..., 1985, p.6). Isto nos faz questionar que, se para fazer parte do Clube Escolar era necessário pagar uma mensalidade, e nem todos os alunos tinham acesso a ele, ele era, portanto, um lugar de exclusão, apesar de funcionar em uma escola pública. Lugar público, porém, pago!

Reconstruindo o contexto socioeconômico do público nessa época, percebe-se que nem todos tinham os mesmos privilégios econômicos, ao mesmo tempo em que o Clube Escolar dava liberdade de participação à comunidade, ele foi um lugar de exclusão, pois nem todas as crianças tiveram a chance de participar e nem os pais, pois todos que participavam deveriam pagar as mensalidades. A única informação disponível foi dada no depoimento de Ceila Marcondes Machado, que disse ter a mensalidade o custo de 50 reais (atualmente).

O outro, elencado no item “h”, instrui que os sujeitos deveriam “Abster-se de qualquer manifestação ou discussão de assuntos de natureza política ou religiosa nas dependências do Clube Escolar” (ESTATUTO, 1985, p.7). Dado o momento de existência do Clube Escolar, consideramos que essa entrada na legislação se deveu ao contexto político que o Brasil

⁹As mensalidades eram pagas por todos os sócios, na primeira semana de cada mês.

¹⁰Todos que participavam do Clube Escolar tinham a sua carteira social, ou seja, a carteirinha do Clube.

atravessava. Nos primeiros meses de 1985, o Brasil se livrava da Ditadura Militar, porém, levou algum tempo até que os resquícios desse período assombroso deixassem de pairar sobre as instituições. Assim como foi durante todo o período ditatorial, no Clube esteve proibido fazer qualquer discussão de cunho político e religioso. O mesmo se passou nas escolas, ainda que esses temas atravessavam as disciplinas de Ensino Religioso e Educação Moral e Cívica.

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) trouxe à tona a responsabilidade do Estado com a disciplina de ensino religioso e estabelece o seguinte em seu art. 210, parágrafo 1º:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. (BRASIL, 1988, n.p.)

Nesse sentido, entendemos que o ensino religioso era facultativo, e por mais que fosse um conteúdo trabalhado na escola não significava que o Clube também trataria esta temática. Conforme o depoimento de Ceila Marcondes Machado, o Clube quis manter sua neutralidade em relação aos assuntos polêmicos como a política e a religião, principalmente por ser tratar de um período de expansão de outras religiões, sobretudo evangélica, pois um dos objetivos centrais do Clube Escolar seria a de promover nos alunos a formação cultural e social.

Se isto aconteceu ou não, o fato é que o assunto era expressamente proibido, não. Ou seja, podemos considerar que qualquer assunto que tivesse a política ou a religião como eixo se configurava como um tabu na época e deveria ser recalcado pelos agentes escolares. Mas será que todos cumpriam à risca a lei do Clube Escolar? Quem fiscalizava o cumprimento das leis do Clube? De acordo com Ceila Marcondes Machado, quem não cumprissem com as leis, era afastado do Clube, este afastamento acontecia durante as reuniões e registrado em ata.

Mais um documento localizado que faz referência a esse Clube Escolar, é um por meio do qual a então diretora da escola, Valdecilha Stivanelli Matheussi, no ano de 1985, faz uma solicitação por escrito dirigida ao “Gerente Local da Rede Ferroviária Federal”, um dos prováveis membros honorários do Clube, para que fossem comprados fios e cabos para se construir um poste de iluminação da quadra. Isto nos leva a crer que essa parte da escola era precária e permaneceu assim até o início do ano 2000, quando uma quadra coberta foi finalmente construída e a escola passou por reforma/construção. Ao que tudo indica, o espaço referido no documento era o grande vazio que cercava toda a escola, conforme demonstram as fotografias anteriores e os depoimentos, que relatavam que a essas atividades eram realizadas no fundo da escola. O argumento dado pela diretora na solicitação era o de que com o espaço

melhor estruturado seria possível promover as aulas práticas de Educação Física e competições. No documento lê-se o seguinte:

Quadro 4 – Ofício de solicitação de trilhos

<u>Clube Escolar “Escola João Fernandes” - Maracaju – MS</u> Maracaju, 13 de maio de 1985. Of. Nº 03/85 Assunto 1 - solicito trilho para confecção de esportes. Prezado Senhor, Pelo presente, dirigi-me a vossa senhoria no sentido de solicitar dois trilhos, medindo 10 metros cada, com a finalidade de transformar luz em poste para iluminação da quadra “espaço” da Escola João Fernandes, para que os alunos do período noturno possam realizar aulas práticas de educação física e organizarem competições esportivas. Certo de poder contar com a colaboração de Vossa Senhoria, antecipadamente agradeço e aproveito a oportunidade para enviar meus votos de estima e distinta consideração. Atenciosamente, Valdecilha Stivanelli Matheusel Diretora. Aut. a.’ 0081/83M.E. A Vossa Senhoria, o senhor DD. Gerente local da Rede ferroviária Federal

Fonte: Escola Municipal João Pedro Fernandes

Esse pedido revela a escassez com que funcionavam certas atividades da escola, e que ela não possuía todos os materiais necessários, estando ao breu, sem luz. É possível depreender que a escola funcionava no período noturno, ou seja, além da escola atender as atividades extraclasse, ela também atendia as últimas séries do primeiro grau, talvez por isso a luz era requisitada no período noturno. Frisamos que o Clube Escola solicitava os materiais quando necessário, e que não era destinado ao poder público que fazia a gestão da escola, mas, sim, ao sistema particular; a solicitação dos postes foi um dos exemplos.

Délio Freire (1964) aponta que os materiais demandados deviam ser solicitados logo no início do funcionamento do clube, pelo menos na segunda reunião, o que no Clube Escolar da Escola de 1º Grau João Fernandes parece ter ocorrido por meio de uma espécie de ofício. Convém ressaltar que esta é somente uma visão de como os Clubes Escolares deveriam ser.

Ainda em se tratando do desenvolvimento dos clubes, o autor referido atribui importância aos gestores, aos quais ele chama de orientadores (FREIRE, 1964). Podemos considerar que o orientador ou responsável pelo funcionamento do Clube Escolar da Escola de 1º Grau João Fernandes participou ativamente, tanto é que demonstrava preocupação no funcionamento da escola e na prática esportiva das crianças no período noturno.

O sucesso ou fracasso de um clube escolar depende fundamentalmente do seu orientador. Se ele for entusiasta, estiver presente a todas as reuniões do clube, orientar os trabalhos dos alunos, levando-os a ocupar o tempo com atividades agradáveis e úteis, se procurar dar oportunidades a todos, poderá participar do sucesso do seu clube. (FREIRE, 1964, p. 111).

O Clube Escolar foi um espaço em que estudantes, pais, mães e demais funcionários da Escola Estadual de 1º Grau puderam estar, realizar atividades, participar. Além disso, nem todo mundo participava das atividades culturais, esportivas, sociais do Clube, o que nos leva a perguntar para quem e para quantos ele era direcionado. Certamente nem todos os alunos poderiam pagar, podemos considerar que o Clube funcionou como forma de exclusão das crianças que passaram pela escola nesse período e cursaram o ensino de 1º grau.

É neste contexto histórico que os primeiros dez anos analisados por esta pesquisa transcorreram. A Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, como todas as outras escolas brasileiras, se adaptou ao novo regime de caráter formativo, cuja proposta, entre outras tantas características, tinha um caráter de doutrinação e divulgação de suas ideias. Para que isto ocorresse como esperado, havia um monitoramento constante da figura do diretor, que compartilhava ou devia compartilhar com o público as diretrizes apresentadas.

A propósito do Clube Escolar, este pode ser pensado como uma atividade extracurricular que foi desenvolvida na instituição com vistas a formar os alunos de diversas formas. Porém, olhando atentamente para o que foi registrado, podemos apontar que as atividades desenvolvidas não se restringiram somente às questões desportivas. De todo modo, podemos considerar que a escola impactou o desenvolvimento da cidade de Maracaju em variados sentidos, tendo alterado e o dia a dia das pessoas envolvidas no processo de escolarização das crianças, principalmente por causa das comemorações realizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial desta pesquisa era analisar a implementação e funcionamento da Escola Primária João Pedro Fernandes, localizada no município de Maracaju, ainda no contexto do estado de Mato Grosso, tendo como recorte temporal o ano de 1927 até 1961, porém, a pesquisa documental se mostrou escassa a tal ponto que não havia como estabelecer a análise intentada. Com isso, se fez necessária uma readequação de objetivo geral da pesquisa, considerando o material disponível (maior número de fotos e outros registros documentais). Por isso, propomos analisar os aspectos da mesma instituição entre os anos de 1974 a 1991, quando ela funcionou sob a alcunha de Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes.

Este primeiro obstáculo (a escassez de fontes) fez-nos refletir sobre o pouco interesse na preservação da memória institucional escolar. Ao desenvolver esta pesquisa, tivemos uma preocupação em preservar a memória documental daqueles que passaram pela instituição investigada, seja na condição de aluno, de professor, diretor ou outra função. É digno de nota que mesmo no referido recorte temporal foram poucos os documentos que serviram como fontes. A maioria dos dados estavam guardados na memória ou era do acervo pessoal de sujeitos (ex-alunos ou ex-professores), inviabilizando a aglutinação de material para a investigação.

Estabelecido o objetivo para a pesquisa, bem como observadas as fontes que nos serviriam como suporte, fizemos contato com as pessoas que nos ajudariam a dar um olhar mais fidedigno para os documentos. Este contato que, como quer Chartier (1996, p. 215), se faz na pesquisa histórica do tempo presente, é o “[...] encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas”; “encontro” que aconteceu a distância, através de contatos telefônicos e mensagens eletrônicas, devido às regras do distanciamento social impostas pela pandemia do COVID-19 vigentes no momento da coleta de dados.

O acesso às fontes de pesquisa foi bastante dificultado pela pandemia, posto que muitas vezes, os sujeitos que estavam em posse dos materiais se recusaram a permitir nossa aproximação (preocupação legítima diante do contexto que vivemos). Assim, consideramos se não fosse essa questão, nosso trabalho certamente seria outro, de maneira que poderíamos ter tido contato com pessoas e registros diferentes e ainda mais produtivos.

Como citado, os documentos constituíram-se, sim, documentos históricos importantes, confirmando a vertente preconizada pela escola nova francesa que usa de correspondência entre os indivíduos, anotações do cotidiano, registros de transações interpessoais como fonte documental, e que devidamente contextualizados podem oferecer pontos importantes de

discussão e compreensão de um determinado fato. Em consonância com a Escola dos Annales, da qual esta pesquisa é caudatária, valorizamos os “vestígios materiais arqueológicos”. A Escola dos Annales, que tem como base a história cultural, questiona a noção de documento, de tempo e de objeto, aspecto que acreditamos ter estado presente em todo o desenvolvimento desta pesquisa.

Para atingir o objetivo elencado dividimos a dissertação em três seções, além da Introdução, onde apresentamos alguns elementos que embasaram a pesquisa teórica e metodologicamente, e dessas Considerações Finais.

Primeiramente, relatamos o transcurso das transformações do espaço físico realizadas no decurso dos anos estudados. Para isso, primeiramente, apresentamos como se deu o surgimento da cidade de Maracaju, apresentando alguns acontecimentos que determinaram a criação da escola. Isto foi importante para que pudéssemos situar o contexto histórico e social em que a escola apareceu, pois isto só foi possível pelas reivindicações dos moradores que reconheciam a importância dos estudos como fator de melhora da vida de seus filhos.

Este espaço físico deve ser acolhedor e inclusivo deve se cercar de estruturas específicas como instituição de ensino, isto é apontado quando na mesma seção mencionamos que o espaço arquitetônico da escola estava ligado ao período higienista, ou seja, janelas largas, salas arejadas e com o número de crianças adequadas nas salas. O período higienista surgiu no século XIX e XX quando médicos e sanitaristas tratavam das ocorrências de surtos epidêmicos de algumas doenças epidemiológicas na população urbana, com o devido mobiliário voltado ao cuidado com a saúde física da criança, com espaços destinados a brincadeiras e a exercícios físicos. Isso ficou evidente nas análises quanto à estruturação arquitetônica da escola foco desta pesquisa.

Após isto, abordamos dois temas: o sistema de ingresso na instituição a partir da Lei nº 5.692/1971 e o seu currículo. Tal Lei, ao extinguir o gargalo do exame de admissão do antigo ginásio, estabeleceu um continuum educacional de oito anos, que passaram a ser pensados como os anos fundamentais de aprendizagem ao indivíduo em nossa sociedade, apresentar as condições de sociabilidade e inserção social, sendo esses aspectos sugeridos pelo projeto da Escola Nova. Retomando Souza (2008), consideramos que a escola pesquisada adotou aspectos da modernização escolar que foi iniciada no período de 1970.

Como foi devidamente explanado, a partir dessa Lei foram realizadas muitas mudanças na proposta política pedagógica. Embora a historiografia “oficial” coloque na conta da ditadura militar muitas destas propostas, já no depoimento da professora Terezinha Saraiva, Conselheira da Câmara do Ensino de 1º e 2ª graus e participante ativa da elaboração da LDB, não houve

nenhuma interferência de agentes militares na confecção da proposta e que as suas bases remontam as concepções propostas pela Escola Nova (SANTOS, 2014).

Tal dado é de importância ímpar para a compreensão da necessidade de um atestado de sanidade físico mental, chancelado pelo médico da cidade. Esta informação que pode causar estranheza em momentos atuais de uma política de inclusão deve ser devidamente contextualizada, pois somente dezoito anos mais tarde é que foi chancelada a declaração de Salamanca, considerada o marco zero dos processos de inclusão.

Outro dado localizado empiricamente e corroborado por Silva (2019) é que essa escola foi criada e posta em funcionamento para atender aos filhos dos pequenos proprietários rurais, comerciantes e dos seus funcionários no início, mas depois, com a democratização do acesso, passou a atender filhos de trabalhadores rurais (pessoas mais pobres). É possível considerar que o alunado da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, que se constituía de um público em sua maioria pobre, o que não é surpresa pois obedece a trajetória de colonização da maioria das cidades do Centro-Oeste, como atesta Silva (2019).

Sobre o currículo constatamos que ele foi reflexo do momento histórico marcado pela Ditadura Militar. Primeiro porque a própria nomenclatura da instituição mudou, passando de “Grupo Escolar João Fernandes” para “Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes” devido ao número maior de alunos que recebia, pois de acordo com a legislação, as escolas que tivessem quantidade adequada de estudantes receberiam outra denominação, e as demais redistribuiriam alunos para outras escolas. Sendo uma escola de 1º Grau, realizamos uma descrição das mudanças curriculares da época e percebemos que a Lei nº 5.691/1971 determinou algumas práticas e conteúdos específicos bem como privilegiou o ensino de língua portuguesa, pois considerava nossa língua o elemento principal da nação.

Por último, apresentamos uma discussão acerca dos eventos e de uma atividade extracurricular na instituição, que a princípio corrobora com a influência que estas atividades têm na formação da cultura escolar. Concluímos que apesar do espectro da ditadura militar estar sempre presente nos vários eventos, inclusive os desfiles da banda, estes já faziam parte da organização das escolas brasileiras de diferentes formas há muitas décadas, tendo estado desde o início da sua organização e de diferentes formas.

Além disso, ponderamos que as festas, comemorações e rituais como o desfile do dia 7 de setembro, aniversário da escola, dia das crianças, hasteamento de bandeira, são parte da cultura escolar e elas estiveram presentes no cotidiano da Escola Estadual de 1º Grau no período de 1974 a 1991 porque ao longo das décadas formou-se uma necessidade disso. De acordo com

o referencial teórico utilizado, como Le Goff (1996) e Silva (2012), essas festas são muito importantes, pois ajudam a formar um imaginário sobre a escola em certo tempo.

Também analisamos o funcionamento de um Clube Escolar, que tinha como objetivo maior promover atividade para os alunos no período noturno. Consultando o material encontrado percebemos que era uma atividade paralela aos estudantes, principalmente atividades esportivas, podendo ser por causa do contexto da Ditadura Militar do período que buscava formar pessoas bem treinadas por meio do esporte de alto rendimento, porém foi possível ver também que a escola não era bem estruturada, pois faltava até mesmo energia elétrica para iluminar o espaço em que as atividades aconteciam (não era uma quadra porque esta foi construída somente nos anos 2000, mas era no espaço aberto, o pátio da instituição).

O Clube Escolar foi uma atividade extracurricular organizada pela escola e iniciada no ano de 1985 e contou com a participação da comunidade escolar para funcionar, pois pais e alunos foram distribuídos em diferentes funções. De acordo com a data que isso foi iniciado, consideramos que seja porque era o momento de fim da Ditadura Militar e, portanto, de redemocratização dos espaços públicos, inclusive da escola com a participação popular.

Analisando os aspectos de funcionamento da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, entre os anos de 1974 e 1991, tivemos a oportunidade de ir de encontro aos “seres de carne e osso” que passam a narrar suas vidas e assim montam mais uma peça no cenário da história da educação brasileira.

No decurso da pesquisa se concretizou o esforço de enxergar o conceito de cultura escolar nas fontes selecionadas para escrever uma história da instituição, principalmente em uma cidade do porte de Maracaju, que é um polo de desenvolvimento e aglutinação social. Isto se fez no esforço coletivo entre professores, gestores, ou seja, a comunidade escolar, que gentilmente cedeu o material que antes estava sob seus cuidados, em prol do bem comum, que é a construção de uma parte da narrativa histórica da educação da cidade, a qual ainda necessita ser completada com investigações futuras para preencher as lacunas deixadas.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República dos Estados Unidos Federativa do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. 1946. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. 1971c. **Resolução nº 8, de 1 de dezembro de 1971**. Anexa ao Parecer nº 853/71. Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1.º e 2.º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-716719720002000017>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 75679, de 29 de abril de 1975**. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75679-29-abril-1975-424182-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal nº 5.839, de 21 de setembro de 1943**. 1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/530934/publicacao/15813957>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal nº 5.839, de 21 de setembro de 1943**. 1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/530934/publicacao/15813957>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.055, de 12 de março de 1946**. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal de Ponta Porã. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9055-12-marco-1946-417018-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1971a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. 1977. Brasília: DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 69.450, de 1 de novembro de 1971**. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. 1971b. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69450-1-novembro-1971-418208-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Parecer nº 540, de 10 de fevereiro de 1977**. Dispõe sobre o tratamento a ser dados aos componentes curriculares previstos no Art. 7º da Lei nº 5.692/71.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1946. **Anuário Estatístico do Brasil, 1946**. Mato Grosso, 1946.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1950. **Anuário Estatístico do Brasil, 1950**. Mato Grosso, 1950.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1953. **Anuário Estatístico do Brasil, 1953**. Mato Grosso, 1953.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1956. **Anuário Estatístico do Brasil, 1955**. Mato Grosso, 1955.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1961. **Anuário Estatístico do Brasil, 1961**. Mato Grosso, 1961.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil, 1937**. Mato Grosso, 1937.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil, 1941-1945**. Mato Grosso, 1945.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca IBGE, 2020. **Informações sobre Maracaju**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/maracaju.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de Maracaju, Mato Grosso do Sul, 2019** (8º Recenseamento Geral do Brasil).

MARACAJU. **Decreto nº 96, de 24 de julho de 1993**. Incorpora a Escola João Pedro Fernandes à Rede municipal. Prefeitura Municipal de Maracaju, Maracaju, Mato Grosso do Sul. 1993. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ruitq>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. 1991a. **Decreto n. 6.003, de 12 de julho de 1991**.

MATO GROSSO DO SUL. 1991b. **Decreto n. 6.178, de 04 de novembro de 1991**.

MATO GROSSO. **Decreto n. 2.049, de 12 de junho de 1974 (MATO GROSSO, 1974)**

MATO GROSSO. **Decreto nº 115, de 31 de dezembro de 1937**. Cuiabá, Mato Grosso, 1937.

MATO GROSSO. **Decreto nº 2.049/1974**.

MATO GROSSO. **Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927**.

MATO GROSSO. **Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927**. Regulamento da instrução pública do estado de Mato Grosso: Cuiabá, Mato Grosso, f. 163-227. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114996/Regulamento%20MT%201927%2C%2022%20de%20abril.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MATO GROSSO. **Decreto-Lei 5.941, de 28 de outubro de 1943**.

MATO GROSSO. **Decreto-Lei Estadual nº 330, de 7 de julho de 1947**.

MATO GROSSO. **Decreto-lei nº 87, 20 de julho 1948.**

MATO GROSSO. **Lei Estadual nº 1.176, de 16 de dezembro de 1958.**

MATO GROSSO. **Lei nº 1.031, de 1 de outubro de 1929.** Cuiabá, Mato Grosso, 1929.

MATO GROSSO. **Lei nº 4986, de 07 de maio de 1986.** Proíbe a cobrança de contribuição para a caixa escolar. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-4986-1986-mato-grosso-proibe-a-cobranca-de-contribuicao-para-a-caixa-escolar>. Disponível em: 8 ago. 2021.

MATO GROSSO. **Lei nº 987, de 7 de julho de 1928.** Notas e ofício de registro de títulos e documentos jurídicos. Maracaju, Mato Grosso, 1928.

MATO GROSSO. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa por Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, Governador do Estado de Mato Grosso,** em 30 junho de 1948.

MATO GROSSO. **Resolução Estadual nº 892, de 13 de julho de 1923.** Cuiabá, Mato Grosso, 1923. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/legislacao/20557/visualizar>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MATO GROSSO. **Resolução Estadual nº 912, de 8 de julho de 1924.** Cuiabá, Mato Grosso, 1924.

MATO GROSSO. **Resolução nº 19 de junho de 1972.**

LIVRO ATA da reunião de criação do Clube Escolar da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes. Maracaju, Mato Grosso do Sul, 1985. Acervo Institucional da Escola Municipal João Pedro Fernandes.

Bibliografia

A CIDADE de Maracaju. **Prefeitura Municipal de Maracaju.** 2020. Disponível em: <https://www.maracaju.ms.gov.br/portal/servicos/1001/a-cidade/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ALMEIDA, Magdalena. História oral e formalidades metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 11., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 1-13.

ASSIS, Renata Machado. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, jul./dez., 2012, p. 320-339. Disponível em: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v3i2.171>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, 2001, p. 103-140. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200003>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço Escola: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p 103-141, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.236>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Cultura cívico-escolar católica e desfiles patrióticos no Brasil do início do século XX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, 2014, p. 391-403. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000200004>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.17497>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRACHT, V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do esporte**. Brasília, v. 7, n. 2, p. 62-68, 1986.

BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Medicalização dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 1, 2013, p. 208-221. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100016>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CAMPOS, Nilceia da Silveira Protásio. Bandas e fanfarras escolares: uma análise a partir de três escolas em Campo Grande/MS. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 431-441, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/3722>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola**: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930). 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 215-224.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COSTA, Patrícia Coelho; SOARES, Jefferson da Costa. O centenário da independência brasileira em nossas escolas primárias: narrativas históricas escolares em disputa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 20, 2020, p. 1-22. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e130>. Acesso em: 11 ago. 2021.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. Educação e Sociedade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, 2019, p. 449-454. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701041>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ESCOLANO, Augustín. Arquitetura como programa. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESTATUTO do Clube Escolar da Escola Estadual de 1º Grau João Fernandes, Maracaju, Mato Grosso do Sul, 1985. Acervo institucional da Escola Municipal João Pedro Fernandes.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

FARIA, Ana Beatriz de. Por outras referências no diálogo arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. **Revista em**

- Aberto**, Brasília, v. 25, n. 88, p. 99 -111, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.25i88.2588>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- FARIA, Ana Beatriz. Por outras referências no diálogo arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. **Revista em Aberto**, Brasília, v. 25, n. 88, jul./dez. p. 99-111, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.25i88.2588>. Acesso em 11 ago. 2021.
- FEDRIZZI, B. **Paisagismo no pátio escolar**. Editora da Universidade: Porto Alegre, 1999.
- FERREIRA, Francisco Bernardes; ROSA, Albino Pereira da. **Maracaju e sua gente**. 1 ed., Campo Grande, 1988.
- FRAGO, Viñao. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez.1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- FREIRE, Délio. Os clubes escolares. **Curriculum**, Rio de Janeiro: FGV, ano 3, n. 6, p. 107-118, 1964. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/curriculum/article/download/61385/59574>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- GALLEGO, Rita de Cassia; CÂNDIDO, Renata Marcílio. Uma discussão sobre os sentidos da integração de feriados, festas e comemorações cívicas no calendário das escolas primárias paulistas (1890-1930). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 2, 2015, p. 17-36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698116799>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. [S.l.], [s.d.], Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf
- GHIRARDELLO, Nilson. A nova estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) em Bauru, símbolo arquitetônico e político de uma ferrovia estratégica. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 16, n. 1, p. 114-141, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1010>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454 p.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOODSON, Ivor E. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.l.], n. 1, p. 9-44, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1996.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, São Paulo. Editora Universitária São Francisco. 2004.
- MONTEIRO, Juliana da Silva. **Cultura Escolar: a institucionalização do ensino primário no sul do antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974)**. 2011. 237 f. Orientadora: Ana Paula Gomes Mancini. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2011.

NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, 2000, p. 35-60. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200004>. Acesso em: 11 ago. 2021.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 51-75, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27875>. Acesso em: 12 ago. 2021.

OVIEDO, Júnior. Bandeira de Mato Grosso é um dos símbolos mais antigos do país. **Governo de Mato Grosso**. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/5285707-bandeira-de-mato-grosso-e-um-dos-simbolos-mais-antigos-do-pais>. Acesso em: 11 ago. 2021.

POMPÍLIO, Monique Maiara. **Um estudo histórico sobre a criação da Escola João Pedro Fernandes**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Maracaju, Mato Grosso do Sul, 2013.

QUEIRÓS, Vanessa. A Lei nº 5.692/71 e o Ensino de 1º Grau: concepções e representações. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. Grupo de Trabalho: História da Educação, p. 21026-21043. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8356_5796.pdf. Acesso em 11 ago. 2021.

RODRIGUES, Egleme de Oliveira Passone. **A Revista Mensal Ilustrada Folha da Serra e suas dimensões educativas (Sul de Mato Grosso, 1931-1940)**. Orientador: Kênia Hilda Moreira. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.

RODRIGUES, Sandra Filomena Cepa. **Eco-projeto, Clube Escolar nas atividades extracurriculares, promovendo inovação pedagógica**. Orientador: Carlos Nogueira Fino. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade da Madeira, [S.l.], 2013.

SANTINI, Poliana. **Contando histórias: a Escola Estadual Dom Bosco (Década de 1950-2000)**. Orientador: Reinaldo dos Santos. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2012.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques. O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas. **Ensaio: avaliação em políticas públicas**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 149-170, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/YmjkHKq7HZpVHFRBFmzCKpv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SANTOS, Camila Comerlato. **Território Federal de Ponta Porã: O Brasil de Vargas e a “Marcha para Oeste”**. 2016. Orientador: Luciano Arrone de Abreu. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2016.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. **Inovação e hibridez: a disseminação da Escola Primária em Mato Grosso (1945-1965): grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas**. 2018. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, São Paulo, 2018.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Criação das Escolas Reunidas em Mato Grosso (1920-1945). In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO 2011. **Anais [...]**. Cuiabá, Mato Grosso, UFMT, 2011. v. 10. p. 1-10.

SANTOS, Ronise. **A história da casa escola o infantil do Bom Senso, em Dourados-MS (1973-1986)**. Orientadora: Alessandra Cristina Furtado. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2015.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. História da Educação do Tempo Presente: bases teórico-metodológicas. **Filosofia e Educação (Online)**, Campinas, vol. 3, n. 1, p. 295-312, abr./set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rfe.v3i1.8635481>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza. A cultura escolar no Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá/MS: um olhar por meio das festas (1972-1987). **Albuquerque**, Campo Grande, MS, v. 4, n. 7, p. 159-183, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.46401/ajh.2012.v4.4003>. Acesso em 11 ago. 2021.

SILVA, Mariza. **História e memórias: a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João do distrito de Indápolis-MS (1973-1988)**. Orientadora: Alessandra Cristina Furtado. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

SILVA, Milena Colazingari da. Acessível, desenvolvimentista e renovada: as perspectivas sobre a escola primária no discurso científico da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1950-1971). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 24, p. 1-31, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/89124>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SILVA, Nyanne do Nascimento. **Educação Artística como disciplina escolar em Mato Grosso (do Sul): 1971 a 1982**. 2018. 152 f. Orientadora: Kênia Hilda Moreira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2018.

SOUSA, Diego Petyk; PELEGRI, Thiago. A contribuição da educação física para a concretização do projeto educacional da ditadura militar brasileira (1964-1971). In: CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 4., 2009, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral18.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SOUZA, Rosa Fatima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 75-101. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xHrcQJNq4T9s9WKqjbLknTN/?format=pdf&lang=pt>.

SUBTIL, Maria José Dozza. A lei nº 5.692/71 e a obrigatoriedade da educação artística nas escolas: passados quarenta anos, prestando contas ao presente. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 3, p. 125-151, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38815>. Acesso em 11 ago. 2021.

TOURINHO, Irene. Usos e funções da música na escola pública de 1º grau. **Fundamentos da Educação Musical**, Porto Alegre, n. 1, p. 91-133, 1993.